UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE ARQUITECTURA

O BAIRRO E A CIDADE EM QUESTÃO

A Escola como Elemento de Regeneração Urbana

Crítica e Intervenção nas Olaias



João Pedro Marques Chaves

(Licenciado)

Dissertação para Obtenção do Grau de Mestre em Arquitectura

Orientador Cientifico

Professor Doutor Prof. Doutor Carlos Jorge Ferreira

Coorientador

Professor Prof. Doutor Jorge Firmino Nunes

Júri:

Presidente: Doutor José Afonso

Vogal: Doutora Marta Feliciano

Orientador: Doutor Carlos Jorge Ferreira

DOCUMENTO DEFINITIVO

Julho 2014

Lisboa | FAUL

(…)

"Eles não sabem, nem sonham,

que o sonho comanda a vida,

que sempre que um homem sonha

o mundo pula e avança

como bola colorida

entre as mãos de uma criança."

António Gedeão - **Pedra Filosofal**, 1956

RESUMO

A cidade que hoje herdamos e habitamos, não é mais do que uma grande "manta de retalhos". Pedaços fragmentados de território de maior ou menor dimensão, de diferentes estratos temporais, distintos na sua forma, pois o seu traçado segue diversas correntes ideológicas. É uma cidade muitas vezes "elitista", o que cria desequilíbrios urbanos e sociais, segregando diferentes tipos de bairros, alguns ditos económicos; socias; informais (…), por vezes até pouco seguros dada a sua grande diversidade cultural, sendo este, também o seu maior capital.

Em muitos destes casos, a responsabilidade social é respondida através da instituição **ESCOLA**. A escolarização das populações sempre foi o "trunfo" para uma sociedade mais capacitada e promissora. Se o homem é capaz de erguer tamanha estrutura, à escola o deve. Uma boa rede de escolas sempre foi a prioridade das civilizações que procuram ser desenvolvidas.

O **bairro das Olaias** apresenta-se como um território de limite, entre a cidade consolidada e a cidade dispersa, daí a sua fragilidade em se conectar com a cidade convencional, aqui a escola assume um papel primordial, acreditando no seu valor urbano e social. Valor este suportado pela ideia do **OBJECT-CTIY**, como sendo capaz de **regenerar** este pedaço de território, sustentando assim, a criação de um **centro** com carácter **agregador,** e uma maior **coesão urbana** da cidade de Lisboa.

Esta dissertação e projeto pretende responder à ideia de como a **cidade dos objetos** que herdámos, se poderia transformar no **objeto-cidade**, objeto que encerra em si todas as valências urbanas, desenhado a partir de um **sistema modelar** capaz de compreender e organizar o território. Por outro lado a **ESCOLA**, afirmando-se como um organismo importante para a cidade, muitas vezes usada como elemento motor de desenvolvimento urbano, com capacidade para **regenerar** o **território** é o objeto elegido. Deste modo partindo deste conceito de **objeto-cidade** e através do organismo **escola**, creio capaz de **regenerar** o **bairro das Olaias**, território de intervenção de projeto.

Título
A Escola como Elemento de Regeneração Urbana
Nome
João Pedro Marques Chaves
Orientador científico
Doutor Arquiteto Carlos Jorge Ferreira
Co – Orientador
Doutor Arquiteto Jorge Nunes

Mestrado integrado Arquitetura
Lisboa, Junho, 2014

PALAVRAS-CHAVE

Bairro das Olaias |regeneração urbana | object-city | escola | módulo

ABSTRACT

Our inherited and inhabited city is no more than a big « patchwork ». Fragmented parts of the territory that can be bigger or smaller, from different timeline positions, distinct in its shapes, for its design follows different ideological trends. It is often an *elitist* city, creating social and urban imbalances, segregating different types of settlements, some called economical; social; informal (…), occasionaly even unsafe due to its significant cultural diversity, although this is its greatest asset.

In many such cases, the social responsability is answered through the **SCHOOL** institution. The education of the population was always an asset for a more empowered and promissing society. If Man is capable of building such structure, it is owed to school. A good school network was a priority for the civilations looking for development.

Olaias district presents itself as a boundary territory, between a consolidated city and a scattered city. Here lies its frailty in the ability to connect to a more conventional city. Here school's rôle is of utmost importance, in the belief of the urban and social value that it synthesizes. Backed up by the idea of the **OBJECT-CITY**, I believe to be capable to **regenerate** this part of the territory, sustained by the creation of a **center** with an aggregator character, and a bigger urban cohesion on the city of Lisbon.

This dissertation and project aim at answering to the idea of how the **city of objects** that we inherited, could be transformed in the **object-city**, an object that encloses in itself all the urban services, drawn from **modular system** capable of understanding and organizing the territory where it establishes itself. The SCHOOL, as an important organism for the city, often used as catalyst for urban development, has the hability to **regenerate the territory**. From the concept of object-city and through the school organism, I believe to be capable to regenerate the Olaias district, the object for the project intervention.

KEY-WORDS

Neighborhood of Olaias | urban regeneration | object-city | school | modular concept

Title

School as element of Urban Regenaration

Name

João Pedro Marques Chaves

Main Adviser

Architect Carlos Jorge Ferreira

Co – Adviser

Architect Jorge Nunes

Integrated Masters Architecture

Lisbon, June, 2014

AGRADECIMENTOS

À Ana Catarina Brás,
À minha mãe, Exaltina Chaves,
Ao meu pai e irmãs, Armando, Marisa e Marta Chaves,
Ao meu falecido avô José,
Cunhado e Afilhada,
Aos professores, Carlos Ferreira e Jorge Nunes,
Maria Santos e sua família,
Colegas de residência - Maria Bateira e Marlene Mendes
E amiga Carolina Marques.

A todos, o meu mais sincero obrigado

ÍNDICE

I – RESUMO

II – ABSTRACT

III – AGRADECIMENTOS

IV – ÍNDICE GERAL

VI – ÍNDICE DE FIGURAS

INTRODUÇÃO……**01**

01. Tema e Título……**03**

02. Justificação do Tema e Problemática……**03**

03. Metodologia……**04**

CAPITULO I | Caracterização Histórica e Urbana da Cidade de Lisboa

1.1 Expansão de Lisboa como Área Metropolitana……**08**

CAPITULO II | A "Construção" do Ensino Liceal

2.1 Os 150 anos do Ensino Liceal em Portugal……**20**

2.2 A Cidade de Lisboa - Casos de Referência……**29**

2.2.1 Liceu Passos Manuel……**30**

2.2.2 Liceu Camões……**32**

2.2.3 Liceu Pedro Nunes……**34**

2.2.4.Liceu Filipa de Lencastre ……**36**

CAPITULO III | Object-City

3.1 Introdução ao Conceito Object-City……**40**

3.2 Objecto-Cidade como Operador Urbano……**42**

3.3 Caso de Estudo: Hospital de Veneza……**45**

3.4 Uma Síntese Portuguesa……**48**

3.5 Caso de Estudo: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto……**50**

3.6 Object-City Um Conceito de Projeto……**53**

CAPITULO IV | Intervenção no Bairro das Olaias

4.1 Estratégia Urbana de Intervenção……..……..……**56**

4.2 Escola, Ponto de Partida para uma Regeneração Urbana……..……..…**58**

4.3 Olaias | Localização e Caracterização Geográfica……..……..……..…**61**

4.4 Evolução Urbana do Território em Estudo……..……..**62**

4.5 Análises | Caracterização do Território de Intervenção do Projecto…….……..……..…**72**

4.6 Estrutura dos Espaços Verdes……..……..……**73**

4.6 Olaias | Estrutura Edificada…….....**75**

CAPITULO V | **Projecto – Apresentação da Proposta**

5.1 Memória Justificativa do Projeto……..……..……..…**79**

5.2 Objetivos Estratégicos…….……..…**80**

5.3 Proposta Global de Intervenção | Regeneração Urbana…….....**82**

5.4 Programa e Elementos Compositivos do Edificado..……..…**85**

5.5 Organograma Funcional……..……..**89**

Considerações Finais……..……..……**90**

Glossário……..……..……**92**

Bibliografia e Fontes Documentais……..……..……..……..**93**

Anexos……..……..…**96**

ÍNDICE DE FIGURAS

01. CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA E URBANA DE LISBOA

Fig. 01.01 A Cidade Pombalina……..……..……..09

Fig. 01.02 A Cidade Capitalista.....12

Fig. 01.03 A Cidade do Estado Novo.....16

Fig. 01.04 A Metropolização da Cidade…….....17

In Atlas Urbanístico, (CML,2006)

Fig. 01.05 Esquema da Evolução Urbana de Lisboa.....18

In GÓIS, António Ribeiro. Plano urbano das Olaias, proposta para uma nova centralidade, Dissertação de Mestrado, IST-UTL, Lisboa, 2010

02. A CONSTRUÇÃO DO ENSINO LICEAL

Fig.02.01 Fachada principal do Liceu Passos Manuel…….……..22

In ALEGRE, Maria AlexandraNave, Arquitectura Escolar- Edifício Liceu em Portugal (1882-1978), FCG, Lisboa, 2012

Fig.02.02 Edifício do Liceu Rodrigues de Freitas…….……..……..22

In http://fims.up.pt/index.php?cat=2&subcat=8&proj=16

Fig.02.03 Liceu D.. João III, Coimbra e planta do 2º Piso……..23

In http://cavalinhoselvagem.blogspot.pt/2009/03/cavalinhos-no-liceu-djoao-iii.html

Fig.02.03 De seguida o Liceu Diogo de Gouveia, Beja e axonometria.

Fig.02.04 Planta 2ºPiso Liceu de D. João III, Coimbra.……..…….……..23

In In ALEGRE, Maria AlexandraNave, Arquitectura Escolar- Edifício Liceu em Portugal (1882-1978), FCG, Lisboa, 2012

Fig.02.05 Liceu Diogo de Gouveia Beja.…….……..…..……23

In www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/327741/

Fig.02.06 Axonometria.…….……..……23

Fig.02.07 L. Sá de bandeira, santarém, liceu Gonçalo velho viana do castelo…….……..……..24

Fig.02.08 Liceu Padre António Vieira, Lisboa, Vista Exterior…….……..…25

Fig.02.09 Liceu Padre António Vieira, Piso 1…….……..…..25

Fig.02.10 Liceu São João do Estoril, Cascais. Pátio Interior……..……..……..25

Fig.02.11Planta do Piso Térreo, Liceu São João do Estoril…….……..…25

In ALEGRE, Maria AlexandraNave, Arquitectura Escolar- Edifício Liceu em Portugal (1882-1978), FCG, Lisboa, 2012

Fig.02.12 Liceu de Queluz.....26

In http://www.panoramio.com/photo/20038980

Fig.02.13 Diferentes esquemas de organização de pavilhões……26
In ALEGRE, Maria AlexandraNave, Arquitectura Escolar- Edifício Liceu em Portugal (1882-1978), FCG, Lisboa, 2012
Fig.02.14 Liceu de Benfica……..……...……..……..27
Fig.02.15 Planta do 1º Piso……..27
In ALEGRE, Maria AlexandraNave, Arquitectura Escolar- Edifício Liceu em Portugal (1882-1978), FCG, Lisboa, 2012
Fig.02.16 Esquema evolutivo do edifício Liceu……28
Fig.02.17 Cidade de Lisboa, Localização dos Liceus em estudo……..……29
Fig.02.18, 19, 20 Vista aérea e relação do liceu com a envolvente…….……..…30
Imagens do Autor
Fig.02.21 Planta Piso 0 e 1 ……..……..……..31
Fig.02.22 Cortes. Alçado Principal e Posterior…….……..……..…...31
In ALEGRE, Maria AlexandraNave, Arquitectura Escolar- Edifício Liceu em Portugal (1882-1978), FCG, Lisboa, 2012
Fig.02.23 Pátio interior do Liceu, e Piso superior do liceu, respectivamente……..…..…31
http://www.cm-lisboa.pt/uploads/pics/tt_address/lxi-2400-04.jpg
Fig.02.24, 25,26 Vista aérea, elemento organizador do espaço público……..……..32
In Base de dados fotográficos Google, Bing Maps, Imagem do autor
Fig.02.27 Planta do 2º Piso……..……33
In NÓVOA, António, SANTA-CLARA, Ana Teresa. Liceus de Portugal, Histórias, Arquivos Memórias, Edições ASA, Porto, 2003
Fig. 02.28 Planta do liceu Camões, 3º piso……..……33
Fig. 01.29 Fachada principal do Edifício, 1940, Avenida Alvares Cabral……..……33
Fig.02.30 Vista da galeria de circulação ao nível do 1ºandar, 1940……...…..33
In ALEGRE, Maria AlexandraNave, Arquitectura Escolar- Edifício Liceu em Portugal (1882-1978), FCG, Lisboa, 2012
Fig.02.31, 32, 33 Vista Aérea, abertura da Avenida Alvares Cabral……..…..……..34
Imagem do Autor, Bing maps
Fig.02.34 Edifício concebido para o Liceu, Planta 1º piso……..…...35
Fig.02.35 Fachada Principal do Liceu……..……35
In ALEGRE, Maria AlexandraNave, Arquitectura Escolar- Edifício Liceu em Portugal (1882-1978), FCG, Lisboa, 2012
[Fig.02.36 Avenida Ávares Cabral, com o Liceu Pedro Nunes ao fundo……..……..…….35
In.coleção estúdio Mário Novais, Fundação Calouste Gulbenkian – Biblioteca de Arte CFT003 056547
Fig.02.37, 38, 39. Vista aérea, a posição central confere centralidade ao desenho urbano……..36
Imagem do autor, Bing maps

Fig.02.40 Planta do 1º piso, 1940, Planta do 2ºpiso, 1940……..…….37
In ALEGRE, Maria AlexandraNave, Arquitectura Escolar- Edifício Liceu em Portugal (1882-1978), FCG, Lisboa, 2012
Fig.02.41 Fachada Principal do Liceu……..……37
In http://www.cm-lisboa.pt/uploads/pics/tt_address/lxi-3177-02.jpg
Fig.02.42 e 43 Vista da Rua do Liceu e Pátio Interior…….....37
In http://www.cm-lisboa.pt/uploads/pics/tt_address/lxi-3177-03.jpg

03. OBJECT-CITY | ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO

Fig.03.01 Centro de Frankfurt, concurso, maquete, candilis, josic, woods, 1963……..…..44
Fig.03.02, 03, 04 Implantação do Hospital de Veneza……...…..…....45
Fig.03.05 O primeiro projecto, 1ºe 2º piso e piso 2b e 3, Jullian/Oubrerie, Paris.……...……46
Fig.03.06 Corte dos quartos tipo, 1964, Jullian/Oubrerie, Atelier L-C, Paris……...……47
Fig. 03.07 Quinta da Malagueira, Évora, planta de implantação……..…..…49
Fig. 03.08 Vista de uma rua interior, Álvaro Siza, 1975…….…...49
Fig. 03.09 Novas instalações da faculdade de engenharia da univ. do Porto…….……..…50
Fig. 03.10 Novas inst. da Faculdade de Engenharia da Univ. Porto…….……..…51
In LOUSA, António Manuel Portovedo. Object-city, Tese de Doutoramento, FCTUC-D'ARQ, Coimbra, 2009
Fig.03.11 Faculdade de Engenharia, FEUP, Porto 2012…….……..…..52
In http://sigarra.up.pt/feup/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=1183

04. INTERVENÇÃO NO BAIRRO DAS OLAIAS

Fig.04.01 Cidade de Lisboa, definição dos eixos estruturais…….……..…..56
Fig.04.02 Relação do eixo da cidade moderna com os seus interfaces……..…….……57
Imagem do autor
Fig.03.03 Vista do Vale de Chelas para o Complexo das Olaias……...……..…..……..61
In Panoramio, Google Maps.
Fig.04 04 Filipe Folque, Carta Topográfica de Lisboa de 1854-1856…….……..…62
In Imagem do Autor baseada na Carta Topográfica de 1854-1858 de Filipe Folque, consultada em http://temp.betatechnologies.info /folque/ff.html
Fig. 04.05 Levantamento da Planta de Lisboa de 1904-1911…….……...63
Imagem do Autor baseada no Levantamento da Planta de Lisboa de 1904-1911 (CML, 2000)

Fig. 04.06 Etienne de Gröer, Plano Director Municipal de Lisboa de 1938-1948……...65
Imagem do Autor baseada no Plano Director Municipal de Lisboa de 1938-1948, consultado em http://pdm.cm-lisboa.pt
Fig. 04.07 Planta de Lisboa……..…68
Imagem do Autor
Fig. 04.08 Análise Hidrográfica e Análise Altimétrica.…..…72
Fig. 04.09 Tipologia de Espaços Verdes…….…..74
Fig. 04.10 Caracterização do Edificado e Ocupação do Solo…….…..75
Fig. 04.11 Esquemas de Cheio / Vazio do Território de Intervenção……..……76
In GÓIS, António Ribeiro. Plano urbano das Olaias, proposta para uma nova centralidade, Dissertação de Mestrado, IST-UTL, Lisboa, 2010

05. PROJECTO – APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

Fig. 05.01 Maqueta de Estudo……..……80
Fig. 05.02 e 03 Desenhos da proposta de intervenção na Avenida Eng. Arantes e Oliveira.…....83
Fig. 05.04, 05 e 06 Maqueta de Estudo……...……84
Fig. 05.07 Proposta de Intervenção, no território, confrontação do Antes/Depois.……..85
Fig. 05.08 Célula Base, e a sua agregação como ideia de projeto…….....86
Fig. 05.09 Modelo Tridimensional……...…..87
Fig. 05.10 Organograma Funcional…….…….89
Imagens do Autor

INTRODUÇÃO

"Estudar o Liceu é contar a história de uma organização pensada e desenvolvida por educadores e especialistas. Os contextos políticos e os interesses das famílias desempenham um papel essencial. Mas o que melhor explica a "máquina liceal" é o esforço continuado e sistemático para conceber e consolidar dispositivos de enquadramento da formação dos alunos…"

António Nóvoa, João Barroso e Jorge Ramos do Ó
"O Todo Poderoso Império do Meio"

Durante os últimos dois séculos, a metamorfose da cidade tem sido impressionante, se olharmos para os primórdios da civilização, veremos que a expansão urbana tem o seu grande impulso neste período.

Após à revolução industrial, o crescimento é constante, e nem sempre o mais disciplinado, originando situações precárias como a falta de habitação e infraestruturas básicas. O que leva à criação de estratégias públicas para erradicar estas falhas, desenharam-se assim planos para novos bairros, sistemas viários e infraestruturas indispensáveis ao bom funcionamento da cidade, e o esforço efetuado para suprir a falta de equipamentos, como as **escolas**, como outros, foi notável.

Neste progresso urbano, vão surgindo novas correntes ideológicas de como intervir, resultando num território fragmentado, com inúmeros testemunhos de diferentes formas de conceber cidade. O cariz público era de tal forma relevante, que os planos eram sempre sustentados por equipamentos, como **escolas**, correios, mercados, igrejas (…), e estes equipamentos sustentavam a criação de espaços públicos, como praças, largos, pátios, entre outros. Porém esta resposta tornou-se ineficiente pela "lenta" efetivação dos planos, as urbanizações privadas de grande escala começavam a ganhar

expressão, e estes desafetos a qualquer preocupação pela infraestrutura pública, ganharam dimensão pois o seu argumento era económico.

Neste contexto surge o bairro das Olaias, construído junto ao vale de chelas, o que hoje poderíamos chamar de um território de franja entre a cidade compacta e a cidade dispersa, assumindo assim, um papel de charneira no entendimento da cidade dita nuclear com as suas "periferias".

O papel de um "edifício escola" na viabilização de uma regeneração urbana foi compreendido no seu sentido mais lato, através da ideia do desenho de uma "casa pública" que através da sua forma, consegue gerar cidade - object-city. Ainda na convicção do seu potencial em qualificar o lugar, pelas relações urbanas e sociais que sintetiza, este edifício, torna-se num pretexto para regenerar o bairro, conferindo-lhe a centralidade, coerência e unidade, do qual o seu desenho atual padece.

Esta dissertação constitui uma reflexão crítica, pretendendo compreender a história da cidade e sua evolução bem como o "papel" da escola neste processo. A fundamentação deste escrito, é baseado no estudo de alguns casos pertinentes ao logo da história da evolução urbana da cidade de Lisboa. E ainda o estudo dos Liceus, pois estes contam como evoluiu o ensino em Portugal, assim como a sua "casa", desde o Lyceu Central de Lisboa (1882-1911) - Liceu Passos Manuel, e os seguintes liceus, pois estes eram visto como porta-estandartes da expansão urbana, muitas vezes pensados como **elemento motor** para erguer o plano urbanístico em que se inseria.

Estas referências são aqui estudadas e desconstruídas, resultando numa consciência teórica que valida as opções projetuais, numa sequência lógica transposta para a ideia de projeto, manifestando-se numa forma concreta de escola com tempo e lugar, num desenho que não se restringe ao seu perímetro, pretendendo desta forma transformar a "vida" do território que a irá compreender.

TEMA E TÍTULO

A ESCOLA COMO ELEMENTO DE REGENERAÇÃO URBANA, é o mote para a intervenção neste território, um território fronteira entre a cidade compacta e a cidade dispersa. A escola, porque atualmente, já existe no local de intervenção, e como programa, sintetiza uma forte relação com a comunidade, sendo indispensável para o desenvolvimento da mesma.

A questão da intervenção no bairro das Olaias surge como referência de um modelo urbanístico, ainda hoje questionável sobre a efetividade do seu plano, levando ao subtítulo - critica e intervenção nas Olaias.

JUSTIFICAÇÃO DO TEMA | PROBLEMÁTICA

O projeto é centrado na temática da regeneração dos tecidos urbanos, através de um elemento motor (equipamento escolar), fazendo com que se dê uma nova leitura do tecido urbano, um centro agregador capaz de regenerar o território que compreende.

O desenho do bairro das Olaias foi baseado pelas vertentes urbanísticas dos modelos das cidades americanas, cidades emergentes, que têm como base o consumo de massas. Numa fase em que a arquitetura cingia novas ruturas ao desgastado modernismo, este modelo é uma crítica, por isso pode-se afirmar que é uma experiência pós-modernista.

O progresso dos povos deve-se a evolução de conhecimento e de como este era transmitido. Neste contexto a escola tem um papel fundamental. Por isso, os objetivos deste trabalho, passam por sustentar a revisão da instituição escola, quer o seu vínculo com a sociedade, a sua sustentabilidade enquanto organismo, quer a melhoria da qualidade das estruturas urbanas.

METODOLOGIA

O trabalho realizado organiza-se segundo uma estrutura fundamental, constituída por cinco capítulos.

01. CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA E URBANA DE LISBOA

O primeiro capítulo é responsável por uma contextualização abrangente do objeto em estudo, a cidade de Lisboa, focando os momentos mais significativos e as suas principais ruturas históricas e urbanas, não de uma perspetiva meramente cronológica ou historicista, mas com a intenção de salientar os processos sociais e urbanos que implicaram importantes e decisivas mudanças na lógica urbana da cidade. Procura-se neste capítulo uma abordagem clara sobre a evolução do conceito de *centro* da cidade, de forma a aprofundar o conhecimento sobre o território explorado pelo projeto.

O desenvolvimento deste capítulo apoiou-se fundamentalmente no levantamento bibliográfico relativo à evolução histórica e urbana da cidade de Lisboa, assim como na recolha e análise de plantas realizadas em diferentes datas.

02. A "CONSTRUÇÃO" DO ENSINO LICEAL

O segundo capítulo tem como principal objetivo o estudo dos edifícios *liceus,* projetados e construídos de raiz no período compreendido entre 1882 e 1978, em Portugal. Pretende-se identificar os princípios programáticos e de organização do ensino que se encontram na base das suas conceções espaciais.

O ano de 1882 corresponde à data do primeiro projeto da tipologia liceal em Portugal, e o ano1978 corresponde a data de extinção dos mesmo. Este intervalo é aqui estudado e estruturado em seis períodos temporais, que identificam e agrupam a construção dos liceus em Portugal, e a sua evolução não só programática, mas estética dos liceus, inspirados pelas correntes internacionais à implementação de um regime nacionalista, verificado no uso de elementos tradicionalistas.

Os *liceus* aqui apresentados como caso de estudo, são espelho deste processo, que revolucionou a forma da cidade, melhorando significativamente o espaço urbano que a compreende.

03. OBJECT-CITY

Este terceiro capítulo investiga o conjunto de ideias de cidade que, entre as décadas de 50 e 60 do século XX, contestaram a cidade decorrente da aplicação da estética urbana do Movimento Moderno e que, entre outras consequências, originaram o conceito de **objeto-cidade** como síntese construída entre os valores e as escalas do objeto arquitetónico e da cidade.

O conceito **objeto-cidade**, tem como premissa partes urbanas autonomizáveis do ponto de vista do seu desenho e da sua forma. Mas esta leitura não se esgota na cidade enquanto entidade global, antes permite encarar o desenho de objetos arquitetónicos como referenciáveis à estruturação urbana. Edifícios que se estruturam a partir dos arquétipos espaciais da cidade histórica consolidada.

Os casos de estudo que iremos analisar permitem-nos encontrar razões, remotas ou próximas, para o que espaço urbano que reconhecemos quotidianamente, desenhado através do conceito **objeto-cidade** se tenha tornado uma mais valia urbana e um ponto de referência a partir do qual de desenvolve melhorias no território.

04. CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DE INTERVENÇÃO DE PROJETO

No quarto capítulo é realizada uma primeira aproximação ao território sobre o qual irá incidir a proposta realizada no âmbito da disciplina de Projecto Final. Inicialmente é apresentada uma contextualização histórica e urbana desta área, apoiada na formação e caracterização das estruturas edificadas que compõem o território, assim como, a pertinência da intervenção, sendo formalmente um território de grande carência de estruturas urbanas qualificadas.

Em seguida, realizam-se uma série de análises de diferentes naturezas que permitem aprofundar conhecimento sobre o território em estudo, possibilitando a realização de um projeto mais consciente e completo. Neste âmbito, realiza-se: uma análise biofísica, que contribui para o conhecimento da topografia; uma caracterização da estrutura edificada, essencial para o conhecimento da tipologia de espaços construídos e identificação de equipamentos e património significativo.

05. O PROJECTO: AVALIAÇÃO PRÁTICA E REFLEXÃO CONCLUSIVA

O quinto, e último, capítulo consiste numa crítica de cariz pessoal, que confronta as diretrizes da proposta elaborada com os conceitos abordados nesta dissertação.

Este capítulo é subdividido em duas fases: inicialmente é definida uma estratégia de intervenção, através das análises anteriormente descritas, pois estas permitem definir os limites físicos da proposta, a sua relação com a envolvente, quer a nível de escalas volumétricas, quer a nível de carências urbanas. Nesta fase são também apresentadas as linhas gerais que é proposto o projeto responder, como a criação de um centro capaz de organizar e agregar todo o território de intervenção, a partir de um módulo que se repete e vai criando relações com envolvente.

Na segunda fase é apresentado as opções do nível arquitetónico do objeto, do conceito pré-fabricado dos módulos, á sua repetição e agregação de modo a formar um espaço urbano de grande cariz público, identitário do bairro. É então retomada a crítica as tipologias dos edifícios liceais em Portugal e o seu diálogo urbano, bem como o seu carácter identitário, capaz de criar "ligações" para além da sua fronteira física.

CAPITULO I

CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA E URBANA DA CIDADE DE LISBOA

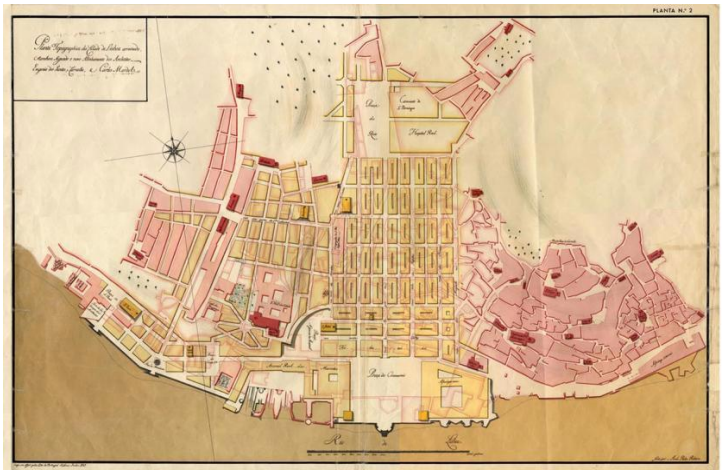
1.1 EXPANSÃO DE LISBOA COMO ÁREA METROPOLITANA: DO CENTRO HISTÓRICO AO CENTRO DA METRÓPOLE

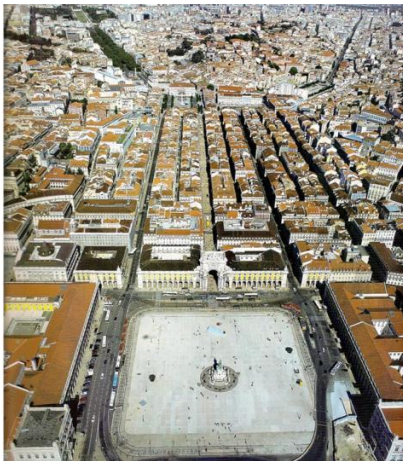
A modificação das necessidades sociais e urbanas, ao longo dos tempos, geram **novas estruturas** que vão modificando o **cenário urbano**. Como o tronco de uma árvore, onde pelas várias camadas se podem ler a sua idade e as condições em que o seu crescimento se deu, também a análise da sobreposição das diversas camadas da estrutura urbana pode transformar-se numa ferramenta fundamental para entender o presente da urbe e ajudar a estabelecer os vetores para a sua transformação futura.

Segundo Matias Ferreira (2004;278), existem quatro grandes momentos de rutura e **reestruturação** de **Lisboa** *"(…) com acentuada relevância, uma radical mudança nos respetivos processos sociais e espaciais daquele território"*: a *Cidade Pombalina* e o processo de reconstrução de Lisboa após o terramoto de 1755, a *Cidade Capitalista* e a expansão do tecido urbano para Norte com as Avenidas Novas, a *Cidade do Estado Novo* e a urbanização da área concelhia com o chamado "plano de Gröer" e, por fim, a *Metropolização da Cidade* que constitui a Área Metropolitana de Lisboa, num processo de intensa ocupação territorial.

A reconstrução da capital após o terramoto ficou a cargo do engenheiro –mor do reino, Manuel da Maia, e foi uma das medidas de carácter urgente tomadas pelo Marquês de Pombal.“ pela primeira vez, ao longo de seis séculos cristãos de existência, Lisboa foi pensada, programada e edificada” (Augusto França, 2005:38), tornando-se uma referência do desenvolvimento da cidade que marca “a formação histórica e urbana da Lisboa Moderna” (Matias Ferreira, 2004:288).

O modelo iluminista inspirador da renovação urbanística definiu um centro na zona baixa da cidade entre as colinas do Castelo e de São Francisco e foi criada uma malha ortogonal que ligava **dois pontos principais**: o Terreiro do Paço e o Rossio. O Terreiro do Paço, hoje Praça do Comércio, constituiu-se no **principal centro** da malha urbana, uma **grande praça** virada para o rio, onde se localizava o poder político e económico da cidade e do país. A **nova praça** surge como “a componente central e *motora*” do modelo implementado (Matias Ferreira, 2004:288), numa “dinâmica de centralização claramente *centrípeta*”.





[Fig. 01.01] A *Cidade Pombalina*

A expansão da cidade deu-se segundo as necessidades imediatas da reconstrução e não segundo os planos utópicos que pretendiam que se desse segundo o eixo nascente – poente. No entanto começaram outros focos de urbanização como o Bairro das Cotovias, Amoreiras, de São Bento, da colina de Buenos Aires, de São Mamede, da zona da Sé, Praça de Alegria, estando estes fora do plano desenhado por Eugénio dos Santos, o (Augusto França, 2005:40). Também o Porto de Lisboa, entre o cais de Santarém e Pedrouços, sofreram alterações e melhoramento.

Em suma, a reconstrução da capital obedeceu a uma organização polarizada com um **núcleo central** ribeirinho e que serviu como "**matriz** de ordenamento do processo de **expansão da cidade** por um período longo de mais de cem anos" (Matias Ferreira, 283). Para Matias Ferreira (2004:289), o plano pombalino com a sua lógica centrípeta, constitui um modelo urbano fechado que evita a expansão física e económica da polis.

A dinâmica construtiva de expansão do plano pombalino viria a ser alterada no final do século XIX, ponto em que a grande explosão demográfica viria a surtir grandes modificações na estrutura da cidade, obrigando á sua expansão.

A norte foi delimitada pela Rotunda do Marquês, com o Parque Eduardo VII no topo norte como novo espaço de lazer, e a partir dela foram surgindo novos vetores de expansão para Poente e Nascente com a Avenida do Campo Grande. É começado o segundo grande momento de reestruturação da cidade, denominado segundo Augusto França (2005:63) como a ***Cidade Capitalista***.

A cidade começa a crescer com o Tejo nas suas costas. Este período ficou marcado por uma política de grande investimento no progresso e na economia nacional com a Regeneração e o Fontismo[1], onde se realizaram grandes obras públicas. Nasce a primeira linha de caminho-de-ferro, que ligava Lisboa ao Carregado. A evolução demográfica e urbana veio explorar novos espaços para a cidade, um novo centro é criado pela movimentação expansionista da cidade para Norte, "num movimento centrífugo para além dos limites anteriores" (Matias Ferreira, 2004:278).

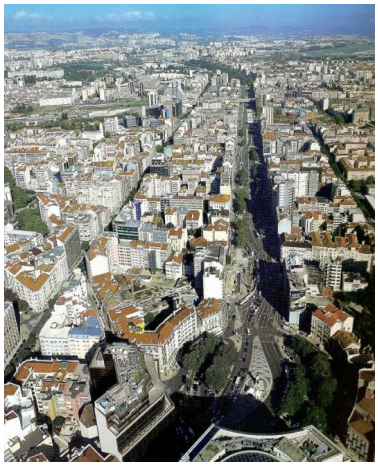
Este plano vem reclamar as expansões dadas como utópicas do plano pombalino, no sentido Nascente Poente. No projeto de Ressano Garcia das Avenidas Novas desenvolvido em 1888 e iniciado em 1904,foram desenhadas novas ruas na *cidade "cortando a direito em nome do progresso que se gerara no Fontismo e continuava, pelos anos 80 fora, a marcar a política concorrente, mas ideologicamente idêntica de progressistas e regeneradores"* (Augusto França, 2005:67).

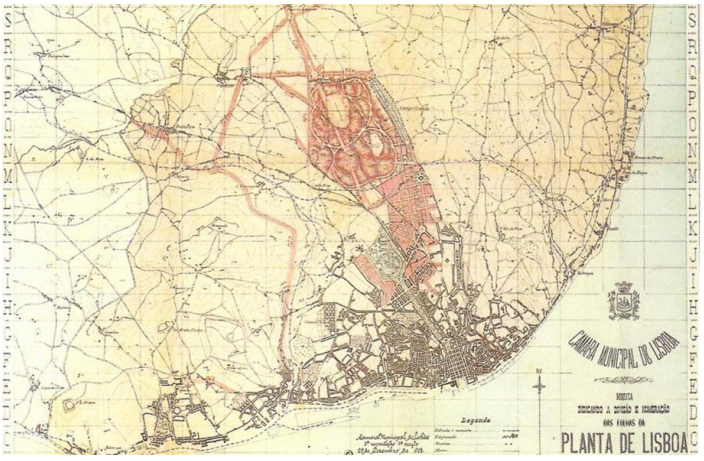
A Avenida da República era o novo eixo vetorial da expansão da cidade, com início na rotunda das Picoas (atual Praça do Saldanha) prolongando-se até ao Campo Grande. Outro importante eixo, a Avenida Almirante Reis, potenciou a criação de novos bairros e o consequente desenvolvimento da cidade para Oriente.

[1] Em Portugal, a segunda metade do século XIX, corresponde a um período de recuperação e grande investimento económico, em que se procurava superar o atraso em que o país se encontrava devido às Invasões Francesas e posterior Guerra Civil. Esta fase, denominada como a Regeneração, é marcada pelo importante papel de Fontes Pereira de Melo (1819-1887), responsável pelo Ministério das Obras Públicas, assistindo-se a uma reforma dos transportes.

Era necessária uma circulação mais fluída que privilegiasse o arejamento e a salubridade. Foram criadas novas infraestrutura, até lá inexistentes, como rede de esgotos, gás, água eletricidade e carris para o novo transporte público. Observa-se a expansão da linha férrea urbana, particularmente no período compreendido entre Abril de 1888 a Outubro de 1898, em que o Município de Lisboa e a Companhia Carris de Ferro de Lisboa celebraram diversos contratos e acordos, de modo a promover a modernização e expansão dos transportes públicos e reforçando a *"ambição do Município de contribuir para a estética e comodidade da cidade" (Actas da Câmara Municipal de Lisboa, 1908, Sessão de 21 de Maio cit. in Vaz e Mangorrinha, 2000).*

Em termos sociais e económicos, a segunda metade do século XIX em Portugal, corresponde a um período de recuperação e grande investimento, para superar o grande atraso em que o país se encontrava devido às Invasões Francesas e posterior Guerra Civil. Esta fase é denominada **Regeneração**, e uma das figuras mais importantes e com um papel mais preponderante na reforma estrutural da nova cidade de Lisboa é Fontes Pereira de Melo (1819-1887), responsável pelo Ministério das Obras Públicas.





[Fig. 01.02] A *Cidade Capitalista*

O aparecimento dos primeiro automóveis particulares e dos primeiros autocarros, assim com o grande desenvolvimento sofrido pela **via-férrea** com a abertura ao público do troço ferroviário entre Campolide, Sete Rios, **Chelas** e Braço de Prata em 1891, que permitiu concluir a construção da linha férrea de Lisboa ou linha de cintura interna, em cerca de trinta anos, desde a viagem ferroviária inaugural em Portugal (em 1856 entre Lisboa e o Carregado) deu a Lisboa uma aparência mais cosmopolita.

O desenvolvimento linear da nova cidade dava-se entre os Restauradores e o Campo Grande, apenas infletida pela Avenida Fontes Pereira de Melo. Este novo percurso urbano integra-se com o tecido histórico, concretizando ideais pombalinos de pontuar a cidade com a memória das grandes praças, do Comércio ao Rossio e da rotunda do Marquês de Pombal ao Saldanha. Todas estas centralidades são agora percorridas, a pé, de automóvel ou de elétrico, num percurso único e direto e de fácil legibilidade e reconhecimento.

A cidade existente é integrada no crescimento e expansão da nova cidade e esta intenção pode ser observada pela manutenção da Avenida Duque de Ávila, antiga estrada da Circunvalação.
Segundo Vaz e Pergaminho (2000), Lisboa era uma cidade cujos limites se encontravam definidos entre o Chiado e Rua da Prata com as zonas residenciais em Sant"Ana, Lapa ou Príncipe Real. O grande projeto das Avenidas Novas, da autoria de Ressano Garcia, foi concluído apenas na segunda década do século XX, em consequência do seu crescimento e construção, os bairros constituintes do projeto das Avenidas Novas têm uma estética urbana verdadeiramente moderna, que desde o plano da Baixa, aposta num planeamento urbano e social, correspondendo assim à vontade política da época em tornar a capital numa cidade capaz de responder às fortes exigências resultantes de um período burguês.

A ***Cidade Modernista*** ou do Estado Novo (1933-1974) chega para fazer face a um grande crescimento demográfico e a uma carência habitacional muito grande. Nos finais da década de 30, Lisboa reconheceria uma terceira fase do seu planeamento urbano, graças a Duarte Pacheco[2]. Relativamente à **estratégia** de **planeamento urbano** neste período, destaca-se o **Areeiro** (1938), no culminar da Avenida Almirante Reis, de grande importância para a formação de uma **imagem urbana** condizente com o poder político vigente, de grande carácter nacionalista.

Também desta época foi a urbanização do Bairro de Alvalade em 1948 de Faria da Costa, que apresenta diversas soluções ao nível da tipologia para responder aos diferentes estratos sociais dos habitantes a que se destinava. Este bairro para além das habitações oferecia também equipamentos como escolas, mercados, centro cívicos, parque desportivo, pequena indústria, e igreja.

Em 1938 começa a ser definido o Plano Director de Urbanização de Lisboa, promovido por Duarte Pacheco e da autoria de Etienne de Gröer que é acabado em 1940. Neste plano propunha-se a expansão das zonas, à altura, periféricas da cidade. O primeiro bairro a ser construído foi o bairro da Encarnação, outros bairros se seguiram como os Olivais, a Charneca, a Ameixoeira, o Lumiar, Carnide e Benfica.

A criação de um conjunto de radiais integradas nas grandes artérias já existentes, que permitisse uma expansão da cidade duma forma regrada, era uma das diretrizes do Plano Groer, Assim foram criadas seis: a primeira, a oriente, prolongava a Avenida Almirante Reis ao Areeiro até à Encarnação, que ligava à saída para o Norte do país; a segunda conectava o centro de Lisboa a outra saída para o Norte.

[2] Duarte Pacheco foi nomeado Presidente da Câmara Municipal de Lisboa em 1938 e meses mais tarde volta a liderar o Ministério das Obras Públicas e Comunicações, cargo que já tinha ocupado entre os anos 1932 e 1936

reforçando o plano das Avenidas Novas que era agora prolongada até ao Lumiar; outra radial que provinha do centro da capital, ligava este a Carnide passando pela Avenida António Augusto Aguiar, São Sebastião e Palhavã; a quarta radial e última a ligar ao centro, partia da Rotunda do Marquês, passava pelos bairros de Campolide e Campo de Ourique e projetava-se sobre o Vale de Alcântara já sob a forma da futura auto-estrada Estoril-Cascais, atravessaria o recém parque florestal de Monsanto; a quinta e sexta radiais tinham origem no Terreiro do Paço e uma desenvolvia-se para Xabregas, Beato e Marvila, acabando nos Olivais e a última desenvolvia-se para poente no sentido de Santo Amaro, Belém, Pedrouços e Algés, na sua continuação seria projetada a estrada marginal com direção a Cascais.

A finalização da construção do plano de Groer deu-se em 1948 e foi continuado pelo Gabinete Técnico da Habitação (GTH) com um novo plano de urbanização onde era proposto o acesso à autoestrada do Norte e a construção de uma ponte sobre o Tejo, a inicialmente chamada Ponte Salazar, hoje 25 de Abril, que se iniciou em 1962. A nomeação de Duarte Pacheco para presidente da câmara de Lisboa e posteriormente Ministro das Obras Públicas e Comunicações.

Em termos da mobilidade e transportes coletivos, a primeira linha do metropolitano de Lisboa é um importante marco de inovação. A primeira linha iniciou a sua construção em 1955 e concluída em 1959, ia dos Restauradores e Rotunda (do Marquês) dividia-se em duas linhas, uma com direção a Sete Rios e outra com destino a Entrecampos.





[Fig.01.03] A *Cidade do Estado Novo*

O quarto e último momento de ruptura e reestruturação de Lisboa dá-se a partir da década de 60 com uma explosão urbana a nível nacional fruto de uma grande migração da população rural para as cidades. É nesta época que surge o conceito *Área Metropolitana de Lisboa* (AML)

A expansão periférica da época faz surgir os "bairros dormitórios" com muitos problemas de insegurança derivados da falta de integração dos diferentes estratos sociais. A falta de políticas de habitação social, aumentou o fenómeno da habitação clandestina, bairros sem equipamento e sem qualidade de vida ou conforto atuais. A partir da década de 70, a *Grande Lisboa* compreendia Loures, Sintra e Oeiras, assim como, do outro lado do Tejo, Almada Barreiro e Seixal.

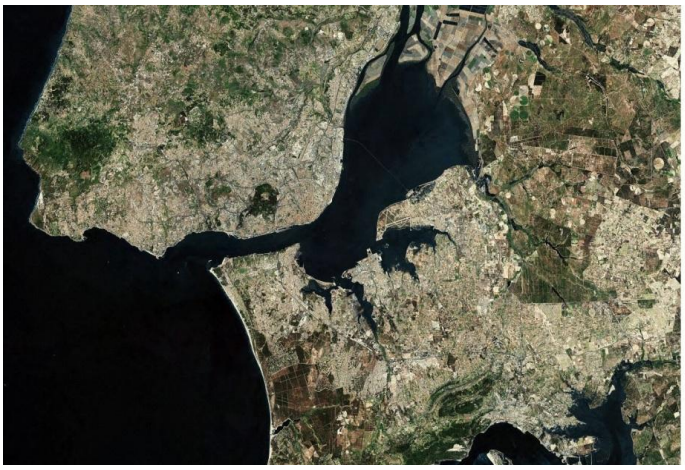
A revolução de 25 de Abril, veio trazer novas preocupações sociais e uma mudança de valores. Foi criado um organismo o **SAAL** (Serviço de Apoio Ambulatório Local) que procurava soluções específicas apara as problemáticas de cada **bairro clandestino** na tentativa de **realojamento** no mesmo local das famílias habitantes, um outro programa do mesmo organismo promovia as cooperativas de habitação.

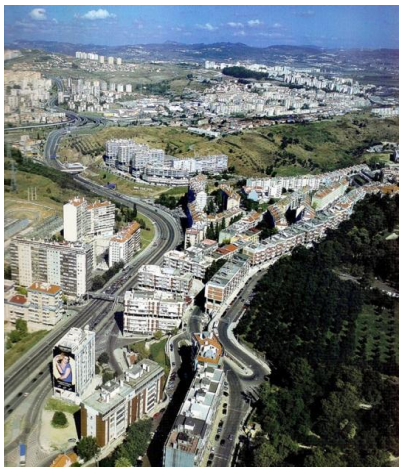
Na década de 80 surge a necessidade de planear derivado a um **alastramento desordenado** da construção resultante da **grande pressão** da **Indústria imobiliária**, e ao nível de todo o território são criados os Planos Diretores Municipais (PDM). Começa-se a desenvolver uma política de proteção dos centros históricos como identidade da comunidade local.

Por outro lado, a morosidade da efetivação dos planos anteriormente descritos, permite que o estado dê abertura para os **planos de urbanização** de cariz **privado**.

Estes pedaços de cidade caracterizam-se por ser operações pontuais na cidade e por isso desafetos a importância do domínio público e equipamentos, como o caso das **OLAIAS**, acabando assim por gerar **carências** de estruturas urbanas públicas, e uma zona **sem carácter** ou centro organizador.

A área Metropolitana de Lisboa abrange agora os municípios de Sintra, Cascais, Loures, Almada, Setúbal e outros. Vários eixos viários são construídos para permitir a circulação e movimentação dos habitantes para a capital, onde se continuam a situar os locais de trabalho dos habitantes.





[Fig. 01.04] A *Metropolização da Cidade*

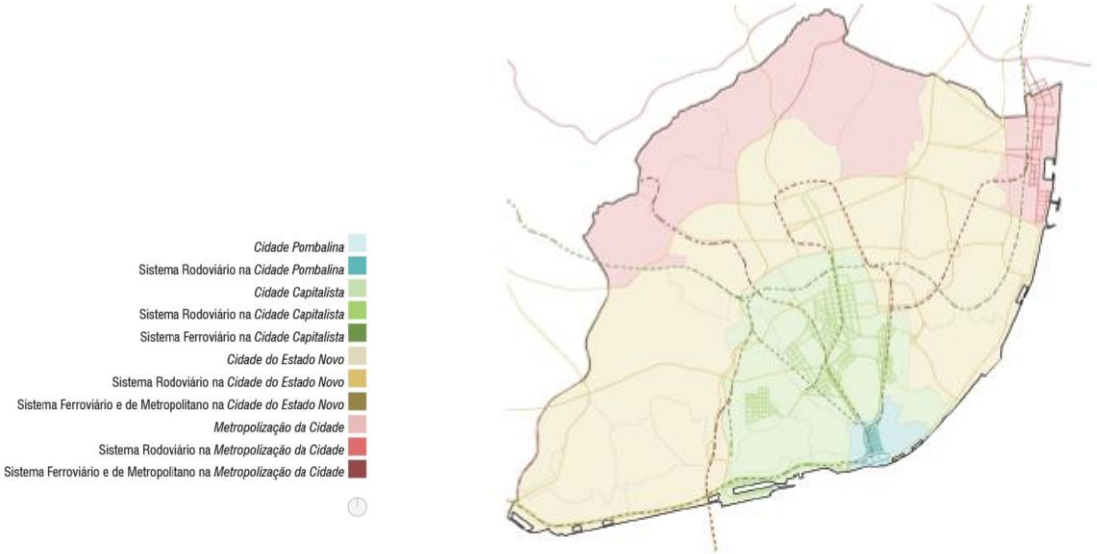
A **desvantagem** da construção destes **eixos viários** era a de **potenciarem** a continuação da construção de **bairros dormitórios**. Uma notória falta de estratégia comum a todos os municípios faz com que não seja desenvolvida uma solução prática e confortável de utilização de redes de transportes públicos.

A expansão das linhas do Metropolitano dá-se para zonas de grandes densidade populacional e também para áreas pouco urbanizadas, mas com potencial de expansão. A zona Oriental de Lisboa foi muito desenvolvida no âmbito da Expo 98 e a criação da Linha Vermelha permite acessos rápidos a toda a cidade, dignificando uma área anteriormente desfavorecida.

Foram tomadas medidas no sentido de proteção do centro histórico de Lisboa combatendo a sua desertificação através de programas como os da EPUL, já extinta, e da Porta 65-Jovem.

Regeneração Urbana

Isto vem de encontro a uma tentativa de **repovoação** da **cidade** e **revitalização** e **dinamização** dos seus **espaços centrais**, procurando, assim, ir de encontro a uma nova visão mundial emergente, a sustentabilidade.



[Fig. 01.05]. Esquema da Evolução Urbana de Lisboa

CAPÍTULO II

A "CONSTRUÇÃO" DO ENSINO LICEAL

Da criação á extinção dos Liceus, (1836/1978)

2.1 OS 150 ANOS DO ENSINO LICEAL EM PORTUGAL

"As escolas começaram com um homem debaixo de uma árvore: um homem que não sabia que era professor, debatendo as suas constatações com umas quantas pessoas que não sabiam que eram estudantes. Os estudantes refletiam sobre o intercâmbio entre eles (…). Rapidamente se ergueram os espaços necessários e assim nasceram as primeiras escolas. Estabelecer escolas era algo inevitável porque formaram parte dos desejos do homem. Os nossos extensos sistemas educativos, agora elevados à categoria de instituições, derivam dessas pequenas escolas, porém o espirito destas esqueceu-se. (…) Uma constatação do que particulariza esse âmbito de espaços que são ideias para a Escola levaria a que o desenho de uma instituição de ensino desafiasse o arquiteto e despertasse nele a consciência do que a Escola quer ser, que é mesmo que dizer a consciência da forma da Escola."

Louis Kahn - sobre o ato de **projectar escolas**,
Junho de 1971

Durante o séc. XIX, o edifício escolar surge associado ao estabelecimento de uma educação pública, encarada como um direito universal na generalidade dos países europeus. A afirmação de um modelo de **instrução pública** por parte do **Estado**, que substitui a igreja no campo da educação a partir do séc. XVIII, torna-o responsável pela criação das condições físicas próprias para o acolhimento das atividades letivas.

O estabelecimento e a consolidação do ensino obrigatório exigiram a **construção** continuada de edifícios escolares, afirmando-se como um **edifício público**, consolidando o seu programa de espaços e os seus modos de organização espacial e funcional, inicia-se assim, um período de estudo e experimentação no campo da arquitetura escolar que se prolonga até à atualidade.

A organização pedagógica do **Liceu** assentou no agrupamento nuclear definido por "classe", seguido pela reforma de 1894/95, encontrou a sua correspondência no espaço - sala de aula, dentro do espaço físico escolar. Em termos espaciais, a cada classe corresponde uma sala de aula, afirmando-se este espaço como **módulo-base** da conceção do edifício Liceu, permitindo concluir que a sala de aula é o espaço que estabelece a **regra dimensional**, **estrutural** e de **composição** do desenho do edifício.
A **localização** da maioria dos edifícios *liceus* está associada a áreas de expansão dos núcleos urbanos, onde eles se inserem. Estabelecendo assim uma **relação** com a sua **envolvente**, muitas vezes assume-se como **elemento central** e **estruturador** de toda a área envolvente. Questões relativas á saúde e à higiene escolar estão na base da abertura do edifício *liceu* à sua envolvente, para um **maior contacto** com o **espaço exterior** e espaço **natural**.

A leitura da evolução do edifício *liceu* em Portugal identifica seis períodos distintos de conceção e construção. O conjunto dos edifícios projetados e construídos em cada um destes períodos permitiu identificar as soluções programáticas, espaciais e tipológicas que se constituem como ruturas ou continuidades no processo de conceção, quer ao nível do objeto, quer ao nível de implantação e a sua relação com a cidade.

Nesta dissertação irei sintetizar os seis períodos de conceção dos *liceus* em Portugal, com o especial foco na cidade de Lisboa, assim como, os exemplos mais notáveis, que melhor caracterizem cada período e que de alguma forma têm relevância urbanística, ainda hoje reconhecida.

O **primeiro período** inicia-se em 1836 por mão de Passos Manuel, com o projeto-lei para a introdução do ensino liceal em Portugal, acompanhando os demais países europeus, e influenciado pela nova corrente iluminista, e a necessidade do conhecimento abranger cada vez mais a população.

A conceção dos primeiros edifícios *liceus* denotam uma clara influência dos modelos franceses dos *lycées*, modelos estes que são interpretados pelos arquitetos portugueses, nomeadamente nas suas soluções tipológicas, informação que adquiriram nas suas estadias na cidade de Paris, e influenciados pela aprendizagem adquirida na École de Beaux-Arts, vão desenhar os primeiros edifícios para uso específico de escola.

As reformas de 1894/95 e 1905 instituem o regime de classes na organização pedagógica, fazendo assim corresponder a sala de aula como espaço nuclear de todos os edifícios *liceus* produzidos, enquanto a segunda reforma torna o ensino assente num currículo técnico-científico, o que pressupõe salas adequadas como laboratórios de química gabinetes de ciências, a obrigatoriedade da prática de educação física, assim como, espaços complementares como biblioteca, museu, jardins experimentais.





[Fig.02.01 e 02] Fachada principal do Liceu Passos Manuel e Edifício do Liceu Rodrigues de Freitas. Ambos referentes ao primeiro período.

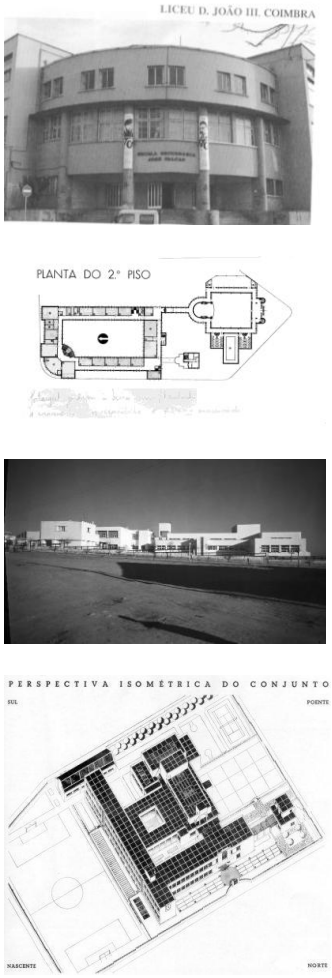
Estas novas reformas, tornaram o projeto dos *liceus* num projeto complexo, inicialmente procurou-se estruturar o desenho com um risco muito racional e monumental, no qual inspirando-se na tipologia conventual, o claustro seria o pátio central e adjacente a este, o grande corredor de distribuição pelas salas de aula, num desenho arejado, mas virado para o seu interior, caso do **Liceu Central Passos Manuel** em Lisboa. Estas estruturas evoluem, deixando de ser tão encerradas, para serem mais dialogantes. Estruturas mais abertas, como verificamos no **Liceu Camões**, que abre os seus pátios para uma relação maior com o meio onde se insere, fazendo dele um modelo para os subsequentes liceus de Lisboa e Porto.

O **segundo período** de conceção e produção de edifícios *liceus* contempla os edifícios que foram construídos no âmbito do concurso de 1930, com ênfase no projeto para o Liceu D. Filipa de Lencastre desenhado pelo arquiteto Jorge Segurado.

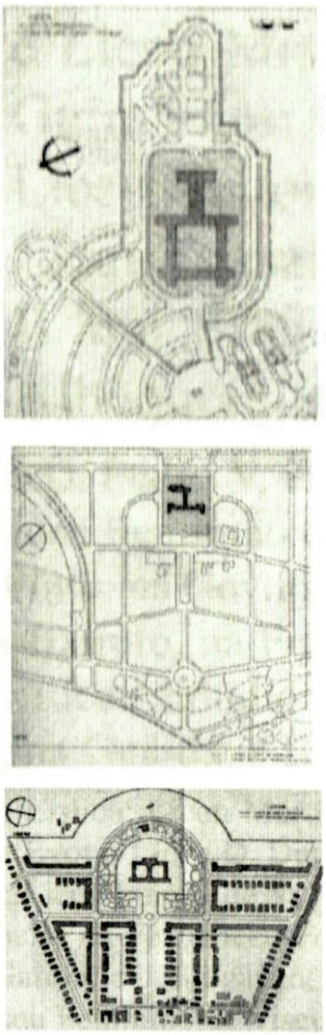
A conceção dos edifícios *liceus* da década de 30 é marcada pela adesão aos princípios veiculados pelo Movimento Moderno e pelo surgimento do novo material - o **betão armado**. As soluções apresentam corpos que se distinguem pela função atribuída, evidenciados pela autonomia formal e articulação volumétrica que estabelecem entre si. A clareza formal é reforçada pelo acabamento uniforme atribuído aos volumes, ausência de ornamentação e pela geometria rigorosa que apresentam.

Tipologicamente, a organização dos espaços em redor de pátios de recreio, referenciados aos claustros dos colégios, não encontrou seguimento nos pátios dos edifícios *liceus* construídos a partir da década de 30. Destaca-se a separação em núcleos distintos dos espaços destinados ao ensino das ciências e dos espaços designados ao ensino das humanidades, o alargamento do programa dos espaços destinados à prática de educação física e instalações destinadas ao ensino experimental e ativo no espaço escolar, como laboratórios, salas de desenho, oficinas, etc.

A linguagem moderna utilizada na conceção destes edifícios *liceus* não questiona, no entanto, a espacialidade interior ao nível da procura de uma maior fluidez espacial, da transparência interna e da comunicação interior/exterior, em particular no que diz respeito ao espaço da sala de aula.



[Fig.02.03, 04, 05 e 06] Liceus exemplificativos do segundo período – em cima o Liceu D.. João III, Coimbra e planta do 2º Piso. De seguida o Liceu Diogo de Gouveia, Beja e axonometria.



[Fig.02.07] Liceu Sá de bandeira, santarém, liceu Gonçalo velho viana do castelo, liceu João de Deus, Faro e liceu Alves Martins Viseu.

Uma nova forma de conceção de edifícios *liceus* derivado ao plano de 1938, inicia-se o **terceiro período**, um período de grande repressão ideológica e, por consequente uma quebra na evolução formal que os *liceus* tinham adquirido até aqui.

A organização dos diferentes espaços letivos em corpos distintos, volumetricamente autónomos e a procura de uma nova linguagem associada ao Movimento Moderno patentes nos edifícios acima referenciados são abandonadas, no seu lugar assiste-se a uma uniformização dos projetos filiados numa conceção de forte sentido nacionalista, reflexo dos ideais políticos e pedagógicos do Estado Novo.

Os novos projetos refletem uma estrutura linear compacta, em que os espaços se dispõem ao longo de corredores de circulação desenhando uma composição mais aberta, em "U", "T" ou outras formas similares, privilegiando assim as comunicações horizontais de distribuição das salas de aula e os restantes serviços escolares.

A importância social e pedagógica dos *liceus* para o regime, reforçam o seu valor simbólico, e por isso adquirem uma linguagem estética **monumental** com referências nacionalistas, assim como, uma **cuidada inserção urbanística**. Este período iria ter a sua regência até aos anos 60, mas com a abertura de Portugal no anos 50 aos mercados internacionais, em particular a OCDE, o crescimento económico e demográfico sofreu uma grande explosão, antevendo uma revisão da política escolar até aqui em vigência.

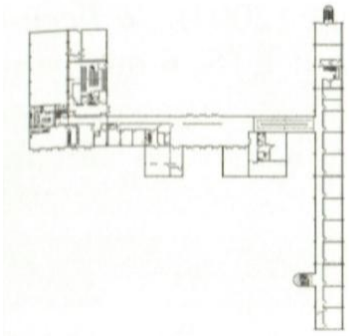
Assim começa o **quarto período** com uma forte influência das experiências do Norte da Europa, com especial incidência na experiência inglesa. Com efeito na alteração não só da filosofia do projeto, mas também toda a metodologia projetual, na investigação de novas soluções submetidas a um controlo e um planeamento de custos, na adoção de novas técnicas construtivas e no ensaio de soluções em projetos-piloto baseadas em princípios de estandardização.

No entanto em Portugal, o desenvolvimento dos projetos do edifício *liceu*, opôs-se à experiência inglesa, propondo um projeto-tipo a ser implantado em diferentes regiões do território nacional, expressando assim um novo conceito de *liceu*. Os princípios apoiam-se em novas soluções funcionais, construtivas e económicas, propondo uma nova tipologia que adota a estrutura do pavilhão para a organização do seu programa de espaços.

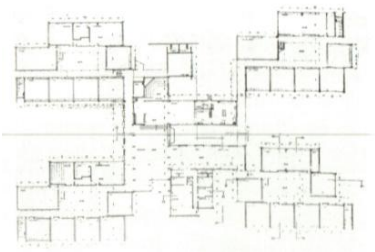
A tipologia pavilhonar permitiu uma diminuição de custos conseguida através da redução do espaço de circulação e da utilização **multivalente** de alguns espaços, simultaneamente desenvolveu a criação de **diferentes *núcleos de interesse*** dentro do espaço escolar e a **abertura da escola a comunidade**, valorizando assim a vida social na escola, propondo-se a existência de uma espaço de encontro de toda a comunidade escolar, um núcleo central e agregador dos outros pavilhões.

Este período será conhecido como a primeira fase dos liceus em pavilhões, ainda organizados à volta de um pátio, a distribuição dos espaços letivos realiza-se através de galerias que o ladeiam, numa solução de continuidade espacial entre os elementos.







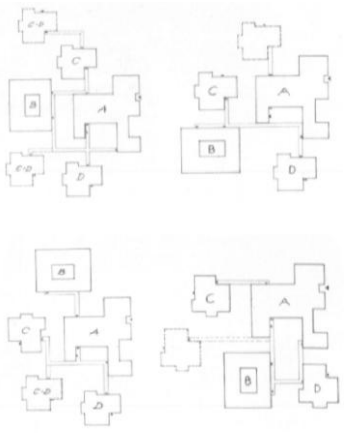


[Fig. 02.08, 09,10 e 11] Liceu Padre António Vieira, Lisboa, Vista Exterior e Piso 1. De seguida Liceu São João do Estoril, Cascais, pátio interior. E planta do Piso Térreo. Ambos os liceus correspondem ao quarto período.

No **quinto período**, o *projeto normalizado* para o Liceu-Tipo otimizou o desenho em termos económicos, em parte, pela diminuição da área não letiva das soluções anteriores e da dimensão do **módulo-base** de conceção, assente no espaço da sala de aula, para 7,20m x 7,20 m.

Os pavilhões das salas de aulas abandonaram a organização dos espaços em redor do pátio central interior, colocando em seu lugar o núcleo de escadas de ligações dos pisos, com esta redução quer de espaço, quer de preço, o conceito de *núcleos de interesse* foi abandonado, reduzindo o potencial de vivência e o carácter pedagógico. Também a nível construtivo e material, foram adotadas soluções mais económicas, que se refletem na leitura e na caracterização da qualificação do espaço escola.





[Fig. 02.12 e 13] Liceu de Queluz, em cima. Projecto Normalizado para o liceu-tipo. Diferentes esquemas de organização de pavilhões.

Esta forma-tipo de projeto, orientada por uma maior economia, permitiu a construção maciça de edifícios *liceus* respondendo assim ao crescente aumento da população escolar. A opção de incorporar todas as valências de projeto na mesma entidade inviabilizou outras soluções arquitetónicas e são poucos os casos que constituem uma exceção a esta situação, e permitiram a experimentação e a concretização de novas soluções arquitetónicas, entre eles destaca-se o Liceu Padre António Vieira (1958 - 65), de Ruy de Athouguia, [Fig. 02.08, 09] que revela uma solução arquitetónica inovadora face aos edifícios concebidos dentro do período do Estado Novo, tornando-se assim, uma obra de referência no contexto da arquitetura portuguesa do século XX.

Nestes dois últimos períodos, o **quarto** e **quinto**, vai- se verificando uma dissociação entre os *liceus* e o espaço urbano envolvente, deixando assim, de ser equipamentos de referência para o meio que os compreende, fazendo exatamente o oposto, serem construídos em vazios urbanos desafetos de qualquer relação ou continuidade

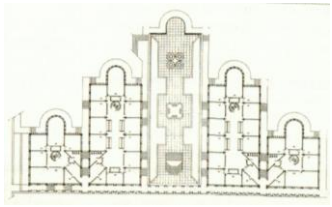
urbana, quer a nível de implantação quer a nível da solução arquitetónica pavilhonar.

Por último, para concluir a narração da "construção" do espaço escolar - *Liceus*- em Portugal, surge o **sexto período** compreendido pelo Liceu de Benfica, que é o último projeto realizado para edifício *liceu*, e propõe uma abordagem inteiramente distinta.

A sua conceção constitui uma reinterpretação do *Projeto Normalizado* para o *Liceu-Tipo* (1968), assente numa nova solução espacial e tipológica que abandona o pavilhão isolado, e propõe um conjunto de corpos funcionais isolados, mas com estreita proximidade, retomando o conceito dos *centros de interesse*, mesmo usando os sistemas de pré-.fabricação e a repetição do módulo quadrado de 7,20m x 7,20m, propostos nos modelos do período anterior.

Em termos urbanos, a construção em massa dos edifícios *liceus* dos anos 60, resulta numa fraca relação com a envolvente - retirou simultaneamente, ao edifício *liceu* a sua função de elemento estruturador e referência no contexto urbano e a sua função simbólica e monumental, o Liceu de Benfica veio assim, readquirir estas funções, apresentando-se como elemento marcante da paisagem.





[Fig.02.14 e 15]. Liceu de Benfica e planta do 1º piso.

Em suma, depois de quase século do desenvolvimento do conceito/construção do espaço dedicado ao ensino liceal em Portugal, compreende-se que partindo da referência do ensino moderno francês, o modelo português foi evoluindo com as condicionantes, quer sociais, quer económicas próprias do contexto nacional.

Se no período inicial o Liceu vai tendo diferentes abordagens projetuais, com a introdução do Estado Novo, o crescente número de alunos criou a necessidade de uma resposta rápida para este problema, o que fez com que se estandardizasse o modelo de *liceu* e se replicasse por todo o país, levando á exaustão desse modelo. No último período o Liceu de Benfica ressuscitou alguns dos conceitos iniciais do Liceu Português, principalmente a imagem, contestando o modelo pré-fabricado em pavilhões soltos sem relação com o meio envolvente, e reavivando a marca na paisagem com que os Liceus reconheceram o seu prestígio.



[Fig.02.16]. Esquema evolutivo do edifício *Liceu.*

2.2 A Cidade de Lisboa – Casos de Referência

Como referência a este estudo, serão identificados algumas das construções mais significativas dos *liceus* na cidade de Lisboa, neste caso o Liceu Passos Manuel, desenhado pelo arquiteto José Luís Monteiro e mais tarde restruturado pelo arquiteto Rosendo Carvalheira; o Liceu Camões e Pedro Nunes, ambos pelo traço do arquiteto Ventura Terra e por fim o Liceu D. Filipa de Lencastre projetado pelo arquiteto Jorge Segurado, projeto este adaptado de uma escola primária. A escolha destes Liceus prende-se pela sua relevância arquitetónica e a clara importância urbanística que imprimiu no desenvolvimento urbano na cidade de Lisboa.

Estes quatro liceus, apresentam-se como sendo os casos mais paradigmáticos em relação aos conceitos abordados nesta dissertação. Sendo que o conceito de **object-city** assenta nas fortes relações urbanas que o objeto consegue apreender, na sintetização das funções urbanas num só objeto, e por isso capaz de ser gerador de urbanidade, os *liceus* aqui abordados exprimem essa clara vontade de se afirmar como um objeto de destaque, quer pelas claras qualidades estéticas que apresentam, quer pelo espaço urbano que as inscreve que de certa forma o organiza.



[Fig.02.17] Cidade de Lisboa, localização dos Liceus em estudo.

(1882-1911) - Lisboa
Arq.to José Luís Monteiro
Arq.to Rosendo Carvalheira

2.2.1 LICEU PASSOS MANUEL: ENTRE O FINAL DA MONARQUIA E A Iº REPÚBLICA

O princípio da conceção deste *Liceu* iniciou-se em 1882, com o projeto traçado pelo arquiteto José Luís Monteiro, mais tarde tendo-o abandonado, sofrendo assim alterações das reformas de 1894/95 e 1905 e um novo traço pelo arquiteto Rosendo Carvalheira, assim inaugurado em 1911, num complicado processo de construção que demorou cerca de 30 anos.

Em termos urbanos, o local escolhido na malha urbana da cidade de Lisboa fica junto às cercas dos extintos conventos de Jesus e Paulistas, sitio onde alguns edifícios da reforma pombalina ligados às ciências e artes já existiam, aproveitando-se da extinção das ordens religiosas e, consequentemente a desocupação dos mesmos, onde se estabeleceram. A conceção do Liceu Passos Manuel integrou o projeto da abertura de novos arruamentos, que permitiam a comunicação nas mais importantes artérias da cidade da altura, o que não veio a acontecer, por isso ainda hoje se torna um *Liceu* de difícil acesso.



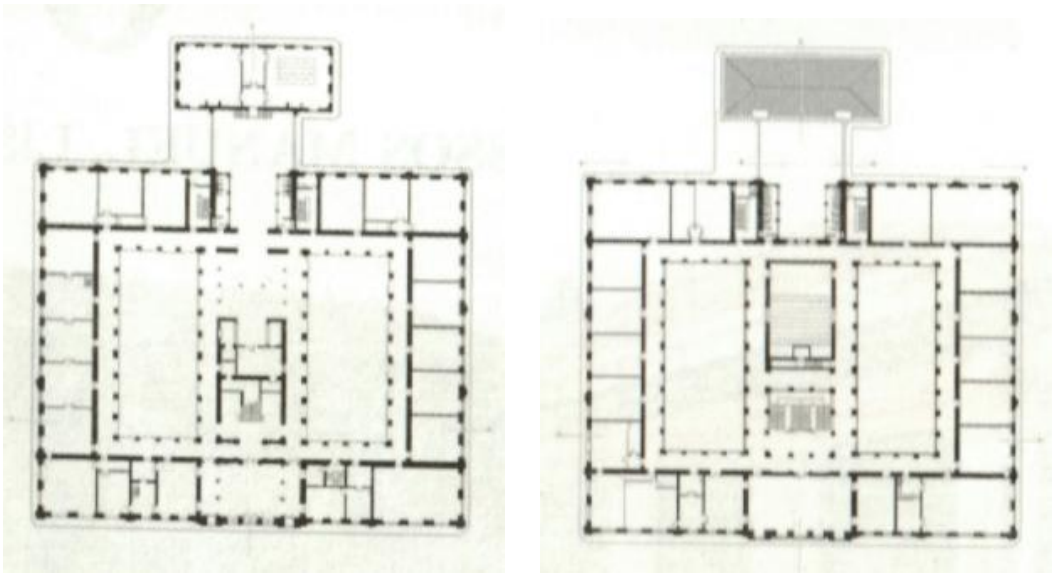




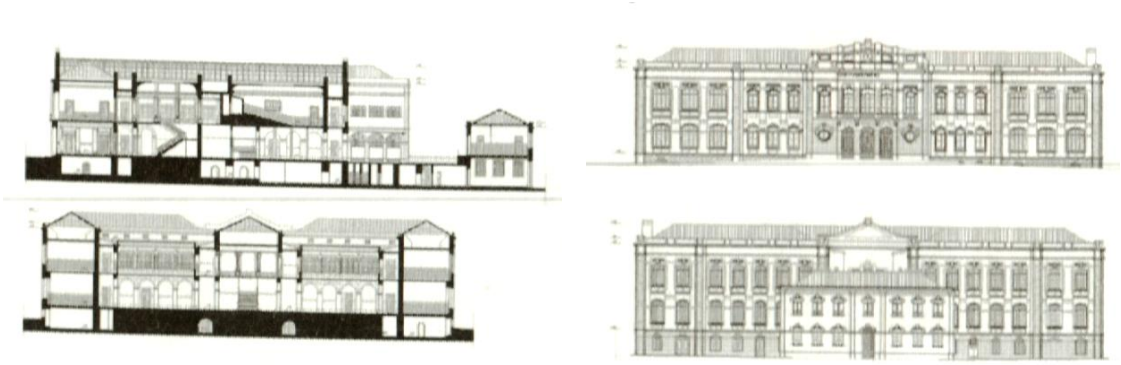
[Fig. 02.18,19 e 20]. Vista aérea e relação do liceu com a envolvente – malha urbana consolidada.

O paralelismo estabelecido entre os colégios e os liceus, na definição de uma instituição que promove a educação integral dos jovens, encontra-se também presente na disposição espacial deste edifício. O claustro conventual é o pátio de recreio, espaço à volta do qual o liceu se organiza, o elemento central da vida do liceu. Em simultâneo, a adoção desta tipologia garante a necessária vigilância de todos os espaços e a clausura e a proteção dos estudantes relativamente ao mundo exterior.

A sua relevância é estabelecida pelo fato de ser o um dos primeiros edifícios escolares referentes ao ensino liceal em Portugal, a sua inserção na malha urbana envolvente no intrincado sistema urbano da cidade histórica, resulta do preenchimento de um vazio que, com o seu traçado monumental e escala acaba por ser um elemento distinto na paisagem.



[Fig.02.21]. Planta Piso 0 e 1.



[Fig.02.22]. Cortes. Alçado Principal e Posterior.



[Fig.02.23].Liceu Passos Manuel –Fachada, Pátio interior do Liceu, respetivamente.

(1907-1909) - Lisboa

Arq.to Miguel Ventura Terra

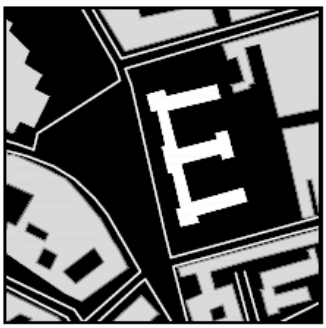
2.2.2 LICEU CAMÕES: O PRIMEIRO PROTÓTIPO DO EDIFÍCIO LICEU

A conceção dos *liceus* edificados nas primeiras décadas do século XX já se inscrevem na reforma estabelecida por Eduardo Coelho em 1905, onde as preocupações higienistas e pedagógicas, reinventam o modelo e conceção dos *Liceus*.

Demonstrativo desta ideia, o Liceu Camões (1907 - 1909) apresenta uma estrutura espacial em "pente" de pátios abertos ladeados por galerias de circulação exterior, em ambos os pisos, em redor dos quais se distribuem os diferentes espaços programáticos. Esta solução tipológica e a proposta de organização programática vão constituir um modelo de referência para a conceção dos edifícios vindouros, nomeadamente os Liceus da cidade do Porto, concebidos pelo arquiteto José Marques da Silva



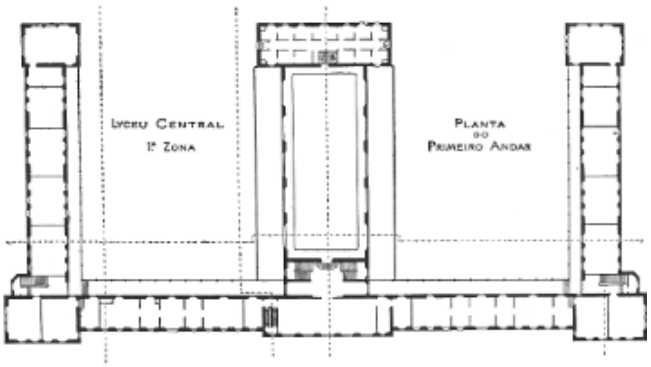




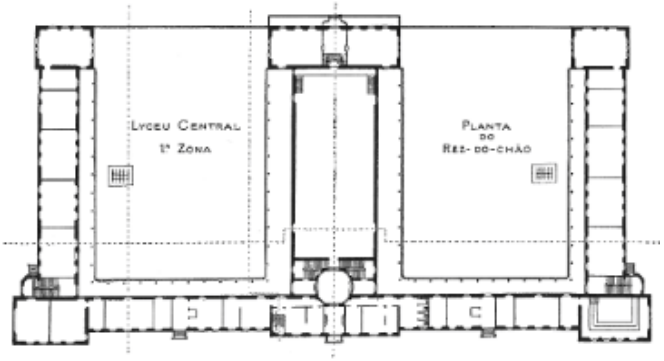
[Fig.02.24, 25 e 26].Vista aérea, relação do liceu com a envolvente – elemento organizador do espaço público, Praça José Fontana.

Localiza-se no primeiro troço das Avenidas Novas, na zona de expansão da cidade de Lisboa proposta no plano urbanístico de Ressano Garcia, é limitado a poente pela Praça José Fontana (antigo largo do Matadouro) e é reforçado pelo gradeamento exterior de encerramento e delimitação do recinto do edifício liceu, que se assumirá como um dos elementos de identificação e reconhecimento destes equipamentos escolares.

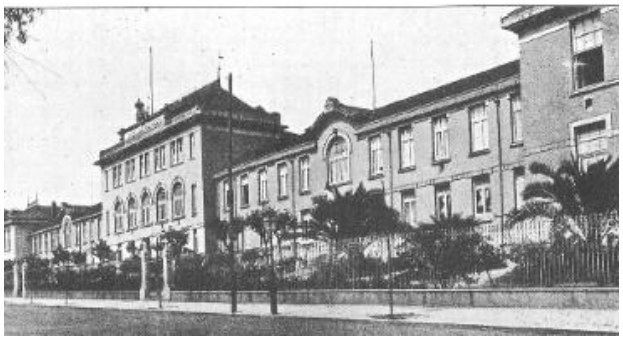
Apesar da sua contestada localização, o Liceu Camões vai constituir-se como um elemento estruturador e motor do desenvolvimento urbano, ao consolidar o espaço público envolvente e estabelecer a continuidade do conjunto edificado, através das fachadas laterais e principal. Esta forte conexão, manifesta-se no desenvolvimento do futuro Bairro de Camões, na relação que estabelece com o edifício do Matadouro e Escola Veterinária, e com o novo espaço público - a atual Praça José Fontana. O carácter público e o destaque que assume no contexto urbano remete-o para a condição de *edifício marcante* definido por Kevin Lynch (1982,90).



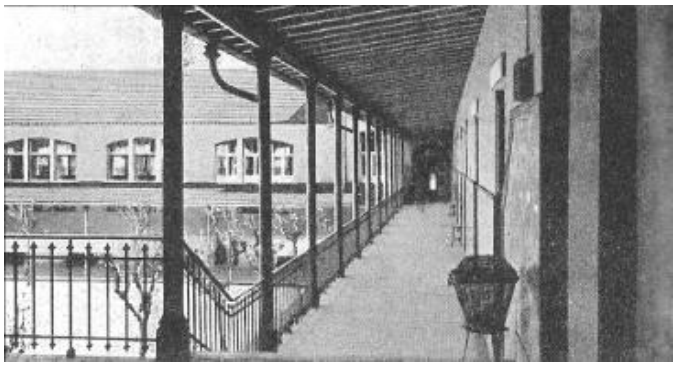
[Fig.02.27]. Planta do 2º Piso.



[Fig.02.28]. Planta do Liceu Camões, 3º piso.



[Fig.02.29].Fachada principal do Edifício, 1940 Avenida Alvares Cabral.



[Fig. 02.30]. Vista da galeria de circulação ao nível do 1ºandar, 1940.

(1909-1911) - Lisboa

Arq.to Miguel Ventura Terra

2.2.3 LICEU PEDRO NUNES: UMA REFERÊNCIA DE ENSINO

O *Liceu* Pedro Nunes surge associado a uma operação urbana que permitiu a abertura da nova Avenida Alvares Cabral, e assim a criação de uma nova zona escolar naquele pedaço de cidade, entre o Largo do Rato e o bairro de Campo de Ourique, limitando o Jardim da Estrela a norte.

Ao adotar um conjunto de princípios pedagógicos e educativos inovadores, irá refletir uma solução arquitetónica que se afasta tipologicamente da solução proposta para o Liceu Camões. O pátio de recreio, enquanto espaço central, estruturante e de vigilância, é abandonado, sendo proposto um edifício assente na tipologia pavilhonar, mais aberto à envolvente exterior e com circulações mais livres.

Ventura Terra introduziu um novo elemento de circulação e ligação entre os corpos do edifício: a galeria exterior coberta. Este princípio surge como elemento de ligação dos diferentes corpos e divisão dos vazios exteriores, permitindo a distinção funcional entre eles.

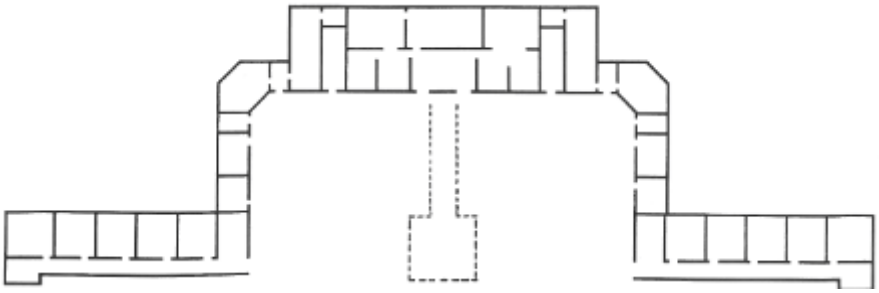
A nível urbano, os pavilhões permitiam uma melhor adaptação ao terreno, de acentuado declive para a avenida, em que o pavilhão central, desenha o seu limite, é a partir deste corpo central que se acede à entrada principal do *liceu.* Este confina os limites físicos do *liceu*, eliminando a ideia de espaço murado do Liceu Camões, pois a sua fachada é também usada como *frente-rua,* criando assim uma relação intrínseca com a Avenida que o compreende e a sua vivência urbana. Sendo um edifício de desenho nobre, exalta a qualidade urbana da via que o encerra assim como o espaço público - o Jardim da Estrela, que passa a ter duas demarcações de referência, a sul a Basílica da Estrela e a norte o Liceu Pedro Nunes.







[Fig.02.31, 32 e 33]. Vista aérea, abertura da avenida Alvares Cabral.



[Fig.02.34]. Edifício concebido para o liceu, Planta 1º piso.



[Fig.02.35]. Fachada Principal do Liceu.



[Fig.02.36].Avenida Ávares Cabral, com o Liceu Pedro Nunes ao fundo.

(1932-1938) - Lisboa

Arq.to Jorge Segurado

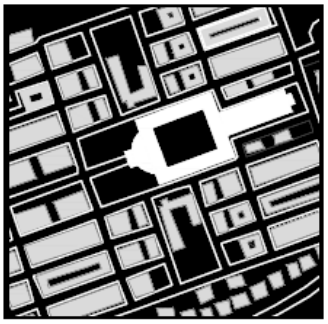
2.2.4 LICEU D. FILIPA DE LENCASTRE: UMA FORTE IDENTIDADE URBANA

Após o golpe militar de 1926 são introduzidas novas alterações no sistema educativo, o que denota um claro rompimento com a produção de *liceus* até aqui construídos, verificando-se novas tendências, como a introdução do Movimento Moderno de expressão internacional, impulsionado por Duarte Pacheco durante o seu mandato como Ministro da Instrução Pública, em 1928.

O Liceu D. Filipa de Lencastre é um claro exemplo deste pensamento modernista. Pensado pelo arquiteto Carlos Ramos entre 1929-30 para a Rua do Quelhas foi posteriormente abandonado e transferido para a escola em construção no Bairro do Arco do Cego, projeto de Jorge Segurado.



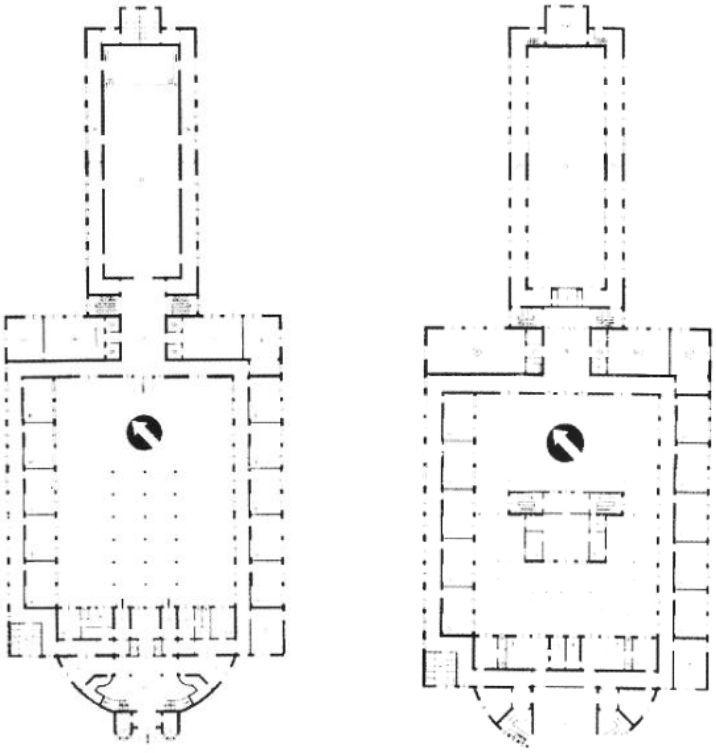




[Fig.02.37, 38 e 39]. Vista aérea, a posição central confere centralidade ao desenho urbano.

No Liceu D. Filipa de Lencastre a disposição das salas de aula em torno de um pátio, cumpre simultaneamente a exigência do programa de espaços e os critérios de orientação defendidos pelo Movimento Moderno. A circulação perde a ligação ao espaço do pátio e consequentemente a sua função de vigilância de todo o espaço central, retirando àquele espaço o valor e a vivência do pátio colegial. O edifício estrutura-se a partir de um corpo principal que incorpora todos os espaço letivos, associado ao corpo principal, longitudinalmente é associado o corpo do ginásio em que a cobertura é destinada ao campo de jogos exteriores.

O edifício do *liceu* ocupa uma posição central no bairro, a relação de proximidade que estabelece com a envolvente urbana definindo as paredes exteriores os limites da rua, distingue o Liceu D. Filipa de Lencastre dos restantes edifícios *liceus* pela sua inserção urbana, ao não incorporar os característicos espaços exteriores, delimitados por muros ou gradeamentos. Esta inserção proporciona uma vivência urbana excecional, os espaços de recreio são comuns com os espaços públicos – bairro, destruindo a ideia de escola fechada em si mesmo, partilhando o espaço com os moradores.



[Fig.02.40].Planta do 1º piso, 1940, Planta do 2ºpiso, 1940.



[Fig.02.41] Fachada Principal do Liceu.





[Fig.02.42 e 43].Vista da Rua do Liceu.

CAPÍTULO III

OBJECT-CITY

3.1 INTRODUÇÃO AO CONCEITO OBJECTO-CIDADE

"O objecto-cidade, tal como o explicitamos e entendemos, não aspira à condição genérica, nem à reprodutibilidade ad nauseum. Referimo-nos ao estabelecimento de um método de cirurgia urbana através da construção de edifícios espacialmente significantes, quer se situem em plena malha urbana consolidada, quer venham a constituir-se como referenciais urbanos periféricos, mas que transportam a capacidade de ***gerar urbanidade****, de serem palcos de vida social fervilhante onde antes subsistia o vazio."*

Portovedo Lousa, *OBJECT-CITY*, 2009

Porque se constrói um espaço urbano para a sociedade do futuro?

A resposta advém da crença de que um novo urbanismo, na década de 60,que iria redimir e transformar a vida em sociedade, representou para o programa moderno uma oportunidade de propor o "*novo*", sem os constrangimentos inerentes á condição urbana e sociais pré-existentes. No fundo propunha-se uma nova forma de pensar a cidade, como ato totalitário de desenho, pensando deste modo, fomentar novas formas de vida. Este determinismo justifica em grande medida o seu relativo falhanço, dada a irreformabilidade de propostas desenhadas que ignoram questões elementares de adaptação ou diálogo com a cidade pré-existente,

Numa declaração recente sobre a forma urbana, Philippe Panerai afirma que: *"o urbanismo moderno perturbou, de forma indelével, a morfologia das cidades, entenda-se a cidade consolidada, abolindo as suas ruas e isolando os seus edifícios. Num esforço de ilustrar esta questão, afirma que o tecido urbano, a escala intermédia entre a arquitectura do edifício e o diagrama do planeamento urbano, constitui a estrutura essencial da vida quotidiana."*[3]

[3] Panerai, Philippe, Castex, Jean et all_ Urban Forms: The Death and Life of the Urban Block, Architectural Press, 2004

É precisamente nesta escala urbana intermédia que o **objecto-cidade** pode encontrar a sua validade enquanto operador urbano, seja no interior da cidade consolidada, aquela que Panerai valoriza, seja na cidade periférica ou suburbana contemporâneas, ou ainda nos vazios e cicatrizes urbanas que as próprias condições de crescimento da cidade ao longo dos últimos dois séculos originaram, precisamente porque possuem algumas características, inerentes à sua estruturação espacial, que possibilitam o restabelecimento, ou a potenciação, das relações urbanas interrompidas, ou suspensas, no decurso do tempo longo de crescimento e sedimentação da cidade.

Os **objectos-cidade** (mat buildings) emergem como desafio à segregação entre arquitectura e urbanismo e como modo de gerar mais interação social ao longo de usos segregados. Na sua origem, no discurso arquitectónico, "o objecto-cidade é simultaneamente cidade e edifício, simultaneamente público e privado, simultaneamente estrutura e infra-estrutura."[4]

Conclusão

Este carácter indeterminado do objecto-cidade constitui, precisamente, um dos seus argumentos primordiais face à cidade contemporânea, à sua falta de identidade espacial e formal, o seu desenho responde ás condições físicas do terreno, e á complexidade da vida urbana, relacionando-se com as estruturas urbanas pré-existentes a partir de uma posição de domínio formal e visual, retomando o conceito de tecido, próprio da cidade histórica consolidada, transformando-o simultaneamente em ideia de projeto arquitetónico e de proposta pedaço de cidade, definindo assim, um limite físico, um edifício que aspira a reproduzir os elementos compositivos do espaço urbano.

[4] Sarkis, Hashim ed._Le Corbusier"s Venice Hospital, Harvard Design School, Prestel Verlag, Munich,NY,2001 , pg15

3.2 OBJECTO-CIDADE COMO OPERADOR URBANO

"Habitamos a cidade histórica, mas os nossos trajes, as nossas máquinas, os nossos hábitos e rotinas descolaram há muito do que as velhas estruturas urbanas pressupunham. Habitamos igualmente a cidade da modernidade, mas com uma espécie de má-consciência colectiva sobre o real custo que a concretização do paradigma moderno representa para a nossa memória colectiva, para uma identificação individual com o espaço público, enquanto palco da nossa vida comum."

Portovedo Lousa, *OBJECT-CITY*, 2009

O objecto-cidade, segundo Allen[5] *"é uma resposta estudada a uma questão urbanística fundamental: como dar espaço ao desenrolar activo da vida urbana sem anular a responsabilidade do arquitecto de fornecer alguma forma de ordem".* No entanto, reconhece que a cidade é o produto ao longo do tempo de muitas mãos, e o **edifício-cidade** deverá ser encarado como possibilidade de desenho regrado, com vista a resolver de forma "ordenada" o caos da metrópole.

Continua Allen: *"(...)o edifício-cidade, com a sua atenção ao espaço entre coisas e a sua sintaxe de ligação parte-a-parte, é mais significante como modelo urbanístico do que como modelo para edifícios individuais"*[6]. A relação da dispersão urbana, a sua fragmentação, cuja leitura de conjunto se revela caótica ou irrealizável, assumem assim os territórios de estudo, através de elementos cuja lógica é referenciada ao conceito do ***objecto-cidade***.

.

[5] Allen, Stan_Mat Urbanism: The Thick 2-D, in CASE. citado por António Portovedo Lousa - Object-city. Dissertação para a obtenção do Grau de Doutor em Teoria e História da Arquitectura. Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Maio de 2009. p.114.

[6] António Portovedo Lousa, _idem p.113.

Os **vazios urbanos**, ou as **cicatrizes** do território, provocadas pela introdução de infraestruturas pensadas a escalas de intervenção inter-regional, serão, assim, os pedaços de território em foco neste conceito. Nesse aspeto o **edifício-cidade** revela, através da sua lógica compositiva, uma especial capacidade de se instituir como **referencial urbano**.

O **objecto-cidade**, enquanto **resposta** arquitetónica a um problema de **planeamento**, permite dotar de **identidade** a área urbana que o compreende, como **síntese** construída entre os valores e as escalas do **objecto** arquitectónico e da **cidade**, têm o potencial de gerar urbanidade para lá dos seus limites físicos, através da procura de continuidade, introdução ou reforço de relações urbanas e conferem uma **nova identidade** aos locais da sua implantação, dado que trabalham a permanência de uma memória coletiva através do seu carácter repetitivo e **modular**, fator que é determinante e age contra a perda de uma identidade que não restringe a liberdade, ideia defendida pelo autor Portovedo Lousa.

Lousa confirma e refere um conjunto de características do object-city anunciadas por Allen, e cita-se:

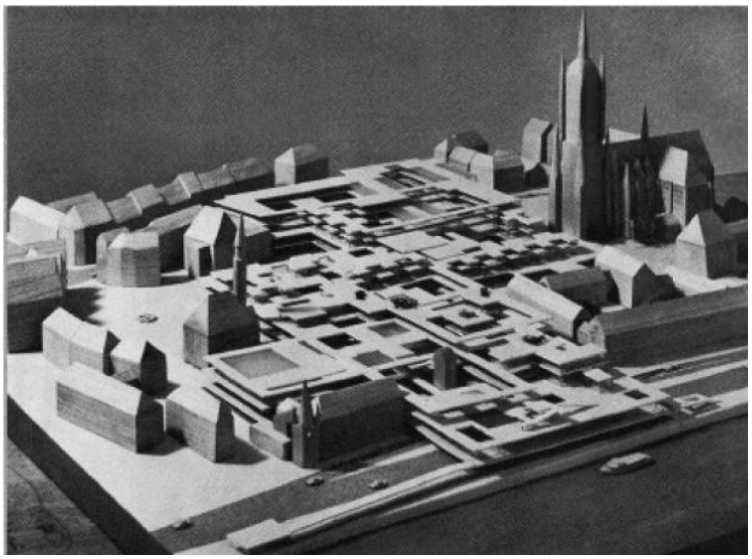
"Um corte/secção de baixa altura mas de grande densidade, activado por acessos verticais diferenciados e vazios "escavados" em toda a sua altura; a capacidade unificadora de uma grande cobertura livre; uma estratégia face ao local que permite à cidade fluir através do projecto; a incorporação do tempo como uma variável activa na arquitectura urbana."[7]

[7] Allen, Stan_Mat Urbanism: The Thick 2-D, In CASE, citado por António Portovedo Lousa – Object-city, Dissertação para a obtenção do Grau de Doutor em Teoria e História da arquitetura. Coimbra. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Maio de 2009. P. 114.

Às quais Lousa acresce as seguintes características:

"Uma leitura circunstanciada do local, no sentido de construir uma estruturação dialogante com a envolvente; uma relação com o solo que potencie a leitura da estruturação espacial e valorize os espaços públicos interiorizados; a utilização de uma "medida" concebida em função do local, seja respeitando o sistema de relações proporcionais existente, seja introduzindo um princípio regrador; a aposta numa qualificação formal clara e identificadora, decorrente dos princípios estruturadores internos; a permanência da história como factor de qualificação".[8]

A aplicação destes conceitos na caracterização do objecto cidade, referenciado nos casos de estudo apresentados, com especial destaque para o projeto do **Hospital de Veneza** e o projeto para a **FEUP**, permite confirmar a premissa inicial, ou seja, o **objecto-cidade** constitui-se como **operador urbano** eficaz em situações em que a continuidade do tecido urbano se encontra em risco, ou nas situações de transição entre diferentes lógicas de ocupação e apropriação do território, caracterizadoras de **zonas de subúrbio** ou de **periferia**.



[Fig. 03.01] Centro de Frankfurt, concurso, maquete, Candilis, Josic, Woods, 1963.

[8] António Portovedo Lousa,_idem p.115.

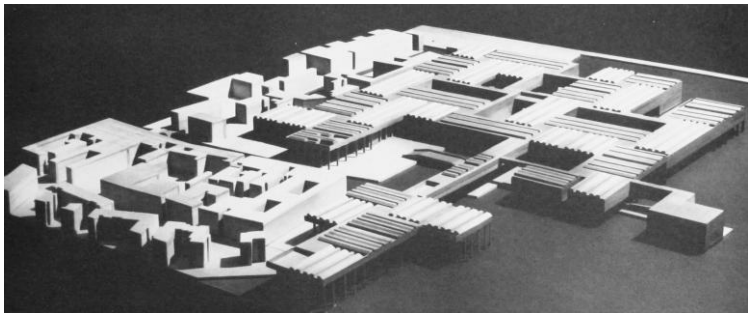
3.3 HOSPITAL DE VENEZA

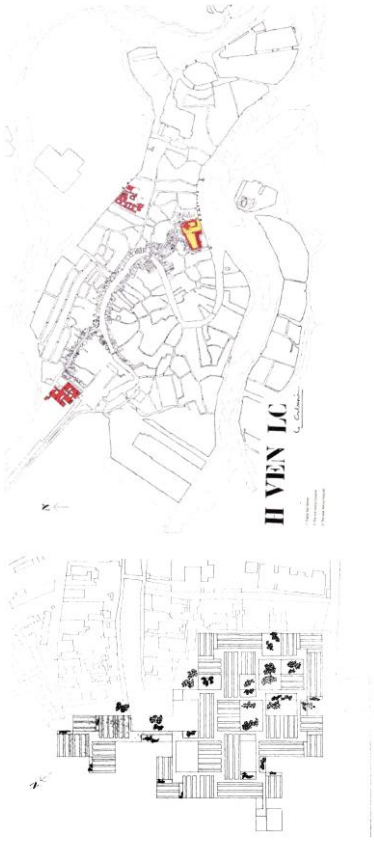
(1963), Veneza

Arq.to Le Corbusier

A primeira proposta para o Hospital de Veneza, de Le Corbusier, data de Outubro de 1964, o projeto proposto localizar-se-ia numa **zona expectante**, como remate de uma malha urbana consolidada. (Figuras 03.02 a 04).

Segundo William Curtis, o hospital é **baseado** na leitura da cidade de Veneza, a partir da interpretação da sua grelha de **massa edificada**, canais, vias pedonais e pequenas **praças**[9]. Este caminho de contextualização e memória é traduzido a partir da combinação, adição e agregação de um **sistema** celular e **modular**, na medida em que este é duplamente análogo à cidade: por evocar crescimento e mudança, tal como no processo de sedimentação da cidade antiga, partindo da **interpretação** do tecido urbano envolvente, na constituição da célula-base e na composição de edifício que esta possibilita, estruturada em módulos combinados com sistemas de distribuição e vazios.





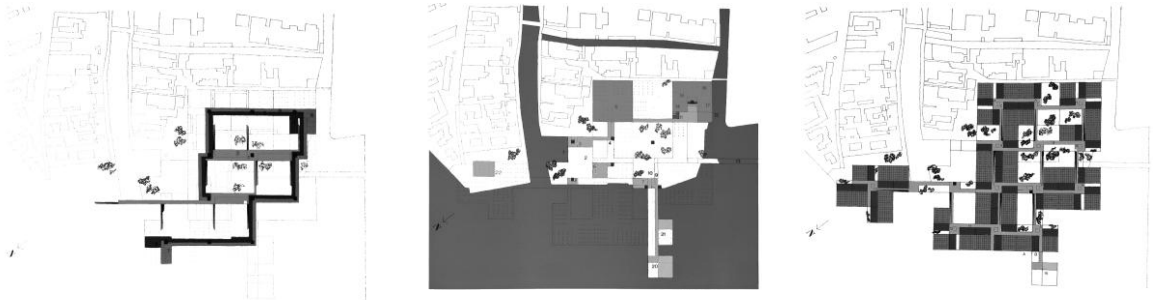
[Fig.03.02, 03, 04] O plano da cidade de Veneza com a implantação do hospital. (Fig. em cima). E implantação do hospital deVeneza. 1964,Jullian/Oubrerie, Atelier L-C, Paris.

[9] William Curtis, Capítulo Retrospection and Invention : Final Projects - Le Corbusier : Ideas and Forms. Britain: Phaidon . Oxford, 1986. p. 214.

O programa era distribuído por três pisos, sendo que o primeiro era de cariz mais público e continha as entradas, corpo administrativo, urgências e cozinhas, o segundo continha o bloco operatório, gabinetes de consulta, enfermaria e áreas adjacentes e o terceiro piso continha os quartos individuais dos pacientes e respetivo apoio [Figuras 03.05]. Existiam, pontualmente, dois pisos intermédios que distribuíam corredores e áreas técnicas, e que dividiam a meio o pé-direito dos dois primeiros pisos, de cinco metros de altura. A cércea constante de 13,66m do edifício, bem como a sua extensa área de implantação contribuíam para uma leitura horizontalizada e uniforme do conjunto, evidenciando a sua clara **relação** com a **envolvente**, embora não constituísse uma leitura literal entre o skyline da cidade e a volumetria proposta.

Portovedo Lousa parte da análise do Hospital de Veneza para esclarecer o conceito de **object-city**, dado considerar estabelecer o seu protótipo, e atribui-lhe inúmeras qualidades, a título de exemplo:

"(...) Resposta que, paradoxalmente, constitui o momento mais contextualista do conjunto das suas propostas urbanas, sem desvirtuar as convicções arquitectónicas que havia pacientemente construído ao longo das cinco décadas anteriores."[10]

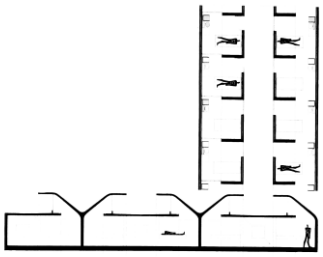


[Fig.03.05] O primeiro projeto (1964): 1º, 2º piso e piso 3, Jullian/Oubrerie, Atelier L-C, Paris.

[10] António Portovedo Lousa, op. cit., 2009, p. 46.

Relaciona esta clara **identificação cultural** com a memória coletiva ao entendimento completo do contexto urbano que o projeto revelava, viabilizada através da **modularidade** e do seu exercício compositivo cuidado. A unidade mínima, ou célula, é o quarto hospitalar de 2,26x2,26m iluminado a partir de lanternins, que agregado em conjuntos de vinte e oito quartos, instalações sanitárias e gabinetes conformavam módulos autónomos manipuláveis. [Figura 03.06].

A relação com o local seria reforçada na ligação que o edifício estabeleceria com a água, elevando-se a massa construída em alguns pontos a partir de elementos estruturais verticais, possibilitando uma melhor apropriação do espaço público ao nível térreo através da ampliação do domínio visual. Por fim, esta relação com o plano da água seria ainda reforçada através da localização da capela e instalações mortuárias, no topo da massa projetada, destacando-os e possibilitando o reconhecimento da estrutura do conjunto a partir da água, para além de mediar, de alguma forma, a aproximação à praça cerimonial do acesso principal.[11]



[Fig.03.06] Corte dos quartos-tipo, 1964, Jullian/Oubrerie, Atelier L-C, Paris

[11] "A localização da capela e instalações mortuárias, no topo do conjunto hospitalar, remetem-nos para uma presença simbólica ao nível de uma nova "porta urbana", para além da resolução de questões práticas de acesso fluvial directo a partir do cemitério localizado fora do núcleo urbano principal. Retomase, assim, um dos temas arquitectónicos específicos de Veneza, o da leitura constante e presente de alguns dos principais monumentos a partir da água, mediando a aproximação à cidade, anunciando-a partir da cúpula do Redentore de Palladio ou do Campanile da Praça de S. Marcos, para citar apenas doisexemplos.", _idem, p. 47.

3.4 UMA SÍNTESE PORTUGUESA

"Como debaixo dos pés de cada geração que passa na terra dormem as cinzas de muitas gerações que a precederam, assim debaixo dos fundamentos de cada cidade grande e populosa das velhas nações da Europa jazem alastrados os ossos da cidade que precedeu a que existe. Como a de pais a filhos as diversas gerações se continuam e entretecem sem divisão, semelhantes à túnica inconsutil do Christo, assim a cidade antiga se transmuda imperceptivelmente na nova cidade; e como o octogenário, na vizinhança do tumulo, não vê à roda de si, nem pai, nem irmãos, nem amigos da infância, mas filhos, mas netos, mas existências todas virentes, todas cheias de vida, e sente com amargura que o seu seculo já repousa em paz e espera por elle que tarda, assim o ultimo edifício da cidade que passou, quando pendido ameaça desabar, olhando á roda de si não vê nenhum daqueles que, ahi perto, campeiavam senhoris e formosos no tempo em que ele também o era".
Herculano, Alexandre_ O Monge de Císter, Imprensa Nacional, Lisboa, 1869, 3ª ed.

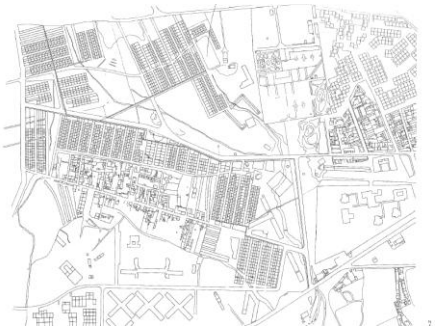
A cidade ideal, a que resulta de um ato de vontade de forma, de desenho total, corresponde, como vimos, a uma mudança de paradigma que a cultura humanista do Renascimento induziu, o conceito de sucessiva regeneração do tecido urbano, através da substituição peça a peça que Herculano ilustra, constituiu o processo de conformação da cidade ao longo da sua história e que foi, num processo contínuo, "construindo" a sua forma. A cidade portuguesa, como é óbvio, também conheceu o seu período de fascínio que, de facto, construía uma utopia.

As poucas experiências isoladas no panorama arquitetónico nacional, durante a década de 50 e o início da década de 60, iam questionando a normativa da Carta de Atenas e o urbanismo dos CIAM, ou mesmo de grupo organizado de debate disciplinar, do TEAM10.

Pela posição estratégica de Portugal, destacou-se o sector do turismo, criando assim grandes empreendimentos á beira-mar, assim surgiram novos empreendimentos como Vilamoura; Troia; Figueira da Foz e Espinho. O ensino também foi integrado neste pensamento, criando novos campus universitários, exemplo disso é o campus do Porto, como especial destaque para a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto - FEUP, escolhido como caso de estudo.

No campo habitacional, Portugal tinha sofrido grandes alterações, rompido com o desenvolvimento urbano tradicional e adotado as novas correntes modernistas, mas como a construção dos mesmos planos era demorada, deu-se um grande incremento dos bairros informais, como resposta a este crescimento marginal o governo criou o programa SAAL. Entre os bairros criados no âmbito deste programa destaca-se o conjunto da Malagueira em Évora, traçado pelo arquiteto Álvaro Siza Vieira.

O conjunto da Malagueira, em Évora, corresponde a um esforço de integrar no tecido urbano consolidado, zonas periféricas de génese semi-clandestina, ou expectantes em termos de destino de uso. O projeto resolve-se através da repetição de um **módulo** base constituído por quarteirões de duas frentes, compostos por habitações-pátio, encerradas nas três faces interiores, abrindo-se para um pátio que filtra o contacto com a rua, funcionando simultaneamente como espaço de acesso e centro focal da vida interior da habitação.



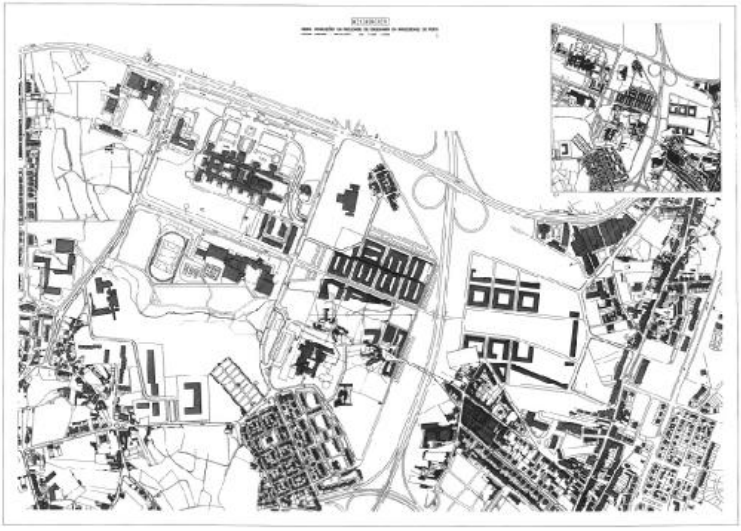


[Fig. 03.07 e 08] Quinta da Malagueira, Évora, planta de implantação e vista de uma rua interior, Álvaro Siza, 1975.

(1987), Porto
Arq.to:Adalberto Dias

3.5 FACULDADE DE ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO

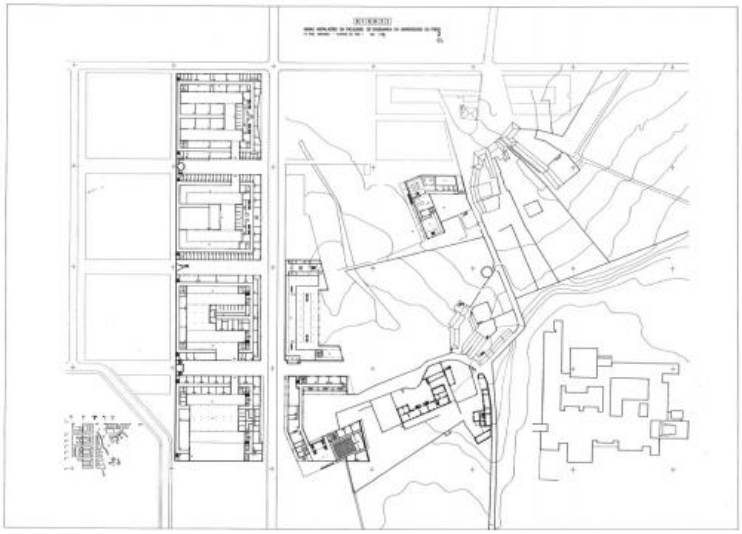
No âmbito do esforço feito pelo governo Português em dotar as suas cidades de equipamentos universitários, a Universidade do Porto lança o concurso de um novo campus, e assim dotar o ensino de espaços qualificados e especializados, como o caso da Faculdade de Engenharia, concurso ganho pelo arquiteto Adalberto Dias.



[Fig. 03.09] Novas Instalações da Faculdade de Engenharia da Univ. do Porto, 2ª fase de concurso, implantação, Adalberto dias, 1987/88.

A atitude de A. Dias [Fig.03.09, 10 e 11] caracteriza-se por uma vontade inicial de introduzir um sentido de regra, numa envolvente complexa e desconexa, tirando partido da dimensão do programa, procurando "fazer cidade"[12] para além dos limites estritos do terreno. Propõe assim um conjunto de volumes claustrais ortogonais, de cércea constante, apoiados por uma rua interior que domina o principal eixo da composição, e que no seu conjunto cumprem a parte letiva da Faculdade.

[12] Expressão empregue por A. Dias no depoimento que prestou acerca do projecto de concurso para a FEUP.



[Fig. 03.10] Novas Inst. da Faculdade de Engenharia da Univ. do porto, 2ª fase de concurso, plantas piso 1 e 2, Adalberto Dias, 1987/88

O bloco letivo constitui a **célula-base** na estruturação do conjunto, numa referência à dimensão dos quarteirões do núcleo central do Porto, define-se uma medida precisa para os volumes que integram cada departamento, 81 metros. A determinação desta medida permitiu a possibilidade de uma construção faseada, bem como a flexibilidades de estruturação espacial, permitindo desenhar inúmeras variações na organização dos blocos.

A definição dos limites da proposta constitui um dos elementos mais interessantes deste projeto, já que a ortogonalidade da célula base encontra condições de adaptação à construção de fragmento de cidade, cumprem-se assim, através da exploração das possibilidades combinatórias de referências e elementos de proveniência diversa, os pressupostos sintéticos que originaram o conceito de **objecto-cidade**, baseado no projeto do Hospital de Veneza de Le Corbusier, pelo **carácter emblemático** que ambos os projetos atribuem à utilização do mesmo conceito, bem como à sua manipulação face a contextos evidentemente diversos, no sentido de responder de forma abrangente e total, a escalas que vão da cidade à célula-base.

Inserido numa semi-periferia urbana em processo de transformação em campus universitário, reside a chave para um processo inicial de comparação com os modelos de *objecto-cidade* da década de 60, concretamente do Hospital de Veneza, dada a particular aptidão de relação urbana que estes conjuntos edificados revelam.

Assim, a aquisição da capacidade de poder nomear cada porta, ou cada claustro, do ponto de vista da sua identidade formal ou espacial específica, face à regra métrica geral, constitui um facto importante na leitura deste objeto-cidade e, por esse facto, deve ser nomeado como um novo nível da sua caracterização em termos gerais, dado que significa um **fator de identificação** e orientação similar aos processos de orientação na **cidade**[13], bem como estimula um **reconhecimento instantâneo** de cada local específico do conjunto da faculdade. Podemos falar num processo de acréscimo da identidade específica de cada ***lugar*** do **objecto-cidade**.



[Fig.03.11] Faculdade de Engenharia, FEUP, Porto 2012.

[13] A este respeito veja-se a obra de Kevin Lynch, nomeadamente o seu The Image of the city, 1960, MIT Press, Harvard, Massachussets. Neste livro são identificados como elementos definidores da imagem da cidade vias, limites, bairros, cruzamentos, elementos marcantes, a inter-relação entre elementos e a qualidade da imagem, contribuindo para a identificação formal da cidade.

3.6 OBJECT-CITY, UM CONCEITO DE PROJETO

"Tomar palavras simples e transformá-las em testemunhas ficcionais para alegada reflexão avançada: métodos transformaram-se em metodologias; o discurso uma linguagem; diálogo uma dialética; o social no institucional; a arquitectura numa síntese; o tipo numa tipologia; a ***forma num símbolo icónico****, simbólico ou mesmo indexante; uma moda arquitectónica um código e por aí fora."*[14]

Violeau, Jean-Louis,

A crise da cidade dos objetos, foi sendo enfrentada através de uma aproximação influenciada por um tipo de pensamento relacional, expresso na relação entre tecido urbano e célula doméstica, ou pela **analogia** entre **cidade** e **estrutura**, para citar apenas dois exemplos. Estes propunham uma renovação a partir da própria disciplina, sem excluir a contribuição do Modernismo, antes procurando integrar a história entendida como processo contínuo, no seio dos processos específicos do projeto de arquitetura, ou seja, no fundo, aqueles que a teorização do tratado de Alberti, havia consagrado quatro séculos antes.

Esta saudade, expressa ao longo das várias utopias urbanas que durante esta década se tornaram uma espécie de reserva do património disciplinar, representaram um regresso á história, num processo análogo à recuperação do classicismo. Mediado por uma aceitação plena da inovação tecnológica como processo para garantir as melhores condições da vida em comunidade, da atribuição de um valor simultaneamente simbólico e operativo ao *novo*, ao sentido de inovação.

[14] Violeau, Jean-Louis_ Team 10 and Structuralism: analogies and discrepancies, in TEAM 10, 1953-81, in searh of a Utopia of the present, Max Risselada and Dirk van den Heuvel editires, NAi Publishers, Rotterdam, 2005, pg 284

Vale a pena relembrar uma análise posterior a este momento efectuada por Siza: "Mas o optimismo passou. Um olhar desencantado sobre a cidade contemporânea revela a sua fragmentação, a rigidez do zonamento, a marginalização do centro histórico, o esquematismo de uma Arquitectura incapaz de se "contaminar" no confronto com a qualidade urbana pré-existente; a qual, por outro lado, nunca proporcionou a "tábua rasa" imaginada nas mesas de desenho. Começa assim a generalizar-se uma crítica impiedosa aos princípios divulgados pelo CIAM, esquecendo que o sopro criador da prática que os inspirava não resistiria a uma aplicação automática e burocratizada; ou ainda um apelo à história, como referência diversificada, destruindo-se a simetria História-Desejo na essência instintiva do desenho"[15]

A partir da consideração de que o **objecto-cidade** se pode constituir como **operador urbano** eficaz e atuante face à dispersão urbana, no preciso sentido em que condensa, em si, o seu potencial de **gerar urbanidade** para lá do seu limite físico, não só como método de desenho do grande edifício, mas também como **imagem simbólica** do contexto urbano que pretende reproduzir.

[15] Siza, Álvaro_Relatório sobre o Seminário "A Cidade no Momento de Modificação", in Arquitectura Portuguesa, nº11, 5ªsérie, 1987, pg48

CAPÍTULO IV

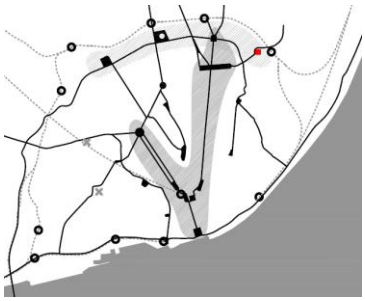
INTERVENÇÃO NO BAIRRO DAS OLAIAS

4.1 Estratégia Urbana de Intervenção

"(…) a leitura da forma urbana como organização dinâmica de uma dialética incessante entre permanências de estruturas e mutações morfológicas" [16]

Esta abordagem que Tafuri faz sobre a organização das estruturas urbanas, em vista a classificar/qualificar a cidade, de certa forma antecipa a formulação, por parte de Aldo Rossi de uma lógica super-histórica da arquitetura e da cidade, patente no seu livro "A Arquitectura da Cidade", publicado em 1966. Identificando assim, as poucas formas elementares que possuem em si a capacidade de se transformarem em arquétipos dos elementos arquitetónicos ou espaços estruturais da morfologia urbana, adquirindo, portanto, um valor de discurso contínuo e permanente, de forma a albergar a multiplicidade de vivências dos habitantes do território que estas estruturas gerem - a cidade.

Na cidade de Lisboa podemos reconhecer com clareza a importância destas infraestruturas, como as praças, grandes avenidas, parques (…), que muitas vezes delimitam os diversos aglomerados urbanos - os bairros - que dão forma á cidade de Lisboa. Neste contexto, como mostra no esquema da [Figura 04.01], define-se dois corredores estruturantes da cidade, um principal de cariz mais histórico e monumental, e o segundo de caráter mais moderno, determinados a partir de grandes eixos viários e ferroviários, grandes centros multimodais de transportes públicos urbanos, constituindo-se vitais para a cidade, de forma a movimentar e distribuir um grande fluxo de população.

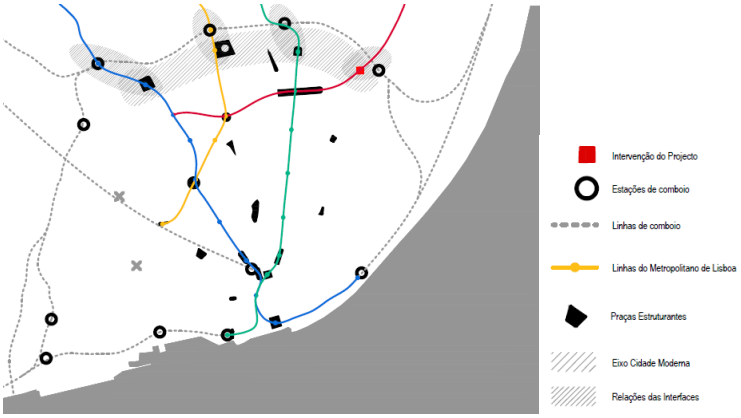


[Fig.04.01] Cidade de Lisboa, definição dos eixos estruturais.

[16] Tafuri, Manfredo_ Teorias e História da Arquitectura, Ed. Presença, Lisboa, 1979, pg 100

O território de intervenção, o Bairro das Olaias situa-se no segundo eixo iniciando-se na Praça de Espanha, segue pelo eixo da avenida de Berna compreende a Praça do Campo Pequeno, a avenida João XXI e a Praça Francisco Sá Carneiro no Areeiro. Seguindo pela Avenida Afonso Costa chegando ao Bairro das Olaias. Este eixo caracteriza-se pelas grandes infraestruturas urbanas que lhe estão associadas, quer na sua estrutura formal urbana definida por praças claramente desenhadas, espaço qualificado e desenhado de forma a permitir uma organização clara no território, quer nas grandes infraestruturas de transporte público, como as estações de comboio, - Sete Rios; Entrecampos; Roma - Areeiro e Chelas, e as estações de metropolitano - Praça de Espanha; Campo Pequeno; Areeiro e Olaias. [Figura 04.02]

A pertinência da intervenção nas Olaias torna-se clara quando sobrepomos, por camadas, as condicionantes acima descritas, e fica latente que existe uma forte identidade em todos os locais apontados no eixo. Todavia o bairro das Olaias carece de uma estrutura pública, uma praça, que incorpore todas estas valências urbanas e de certa forma, tenha um caráter agregador do território, possibilitando assim, as "vivências" urbanas que estão inerentes às outras estruturas compreendidas pelo corredor, no intuito de uma melhor interação entre os sistemas de transporte - metro e comboio existentes no Bairro.



[Fig.04.02] Relação do eixo da cidade moderna com os seus interfaces.

4.2 ESCOLA, PONTO DE PARTIDA PARA UMA REGENERAÇÃO URBANA

A escola revela-se um *lugar* na cidade, isto é, um espaço de interação física e ambiental entre diferentes elementos, tais como pessoas, espaço público e estrutura edificada. Elemento estruturante de uma centralidade urbana caracteriza-se mediante um uso exclusivo para o ensino, monofuncional. Porém além importância da escolarização da população, estes equipamentos revelam-se uma mais valia no processo de urbanização das cidades, tornando-se muitas vezes o elemento *ponto de partida*, criando assim novas estruturas urbanas, como praças, novas avenidas, jardins etc.

Estes novos espaços urbanos surgem então, com uma diversidade de usos, tanto pelo número de utilizadores como pelo fluxo constante da sua utilização. Pontos de convergência de meios de transporte fomentando a concentração de vários usos, serviços e diversas atividades, potenciado pelo grande número de pessoas que diariamente utilizam a escola e as estruturas urbanas adjacentes. Onde o seu raio de influência pode ir muito além dos seus limites imediatos.

Através de uma visão mais pragmática e focada apenas no espaço público, Brandão (2007) aborda ainda de forma pertinente algumas dimensões de influência destas estruturas urbanas como elementos de grande importância derivado: à ***dimensão morfológica***, que relaciona a estrutura edificada e a sua relação com espaço público, referindo a rua, o largo e a praça como um elemento inerente ao espaço público; a ***dimensão visual e percetual*** que influência a legibilidade do tecido urbano e a identidade do espaço público, considerando referências estéticas e culturais existentes na imagem do local e na representação dos espaços; a ***dimensão funcional e vivencial,*** onde está inerente a utilização do espaço e o modo como a sua configuração permite a vida coletiva; a ***dimensão social e cultural*** do espaço público que reflete a identidade de um todo

coletivo através das suas características e configuração espacial; a ***dimensão económica e legal***, referente às atividades económicas que podem existir e suportar a existência do espaço público; e a ***dimensão temporal*** referente aos diversos períodos de utilização do espaço público que determinam a sua configuração e utilidade, diurno, noturno, permanente, temporário, efémero.

Através destes parâmetros é possível compreender não só o espaço urbano que a estrutura urbana pública, como a **Praça** ocupa, mas também os serviços e as atividades que esta estrutura proporciona e potencia, bem como as dimensões de influência na vida contemporânea dos habitantes e utilizadores das cidades. Deste modo, para a análise e exploração da **escola como elemento de regeneração urbana** devem ser considerados os seguintes parâmetros:

1 | RELAÇÃO FÍSICA COM A ENVOLVENTE:

A **escola** como um equipamento público, está inserido na malha urbana da cidade e prevê relações físicas, visuais e de escala com a sua envolvente. Através do edificado e desenho do espaço público devem estabelecer-se relações coerentes, que permitam uma continuidade dos espaços de modo a potenciar a fluidez e a coerente utilização deste equipamento, assim como o espaço público por ele gerado.

2 | ACESSIBILIDADE:

De modo a garantir a sua utilização, devem estar previstas condições de acessibilidade que permitam vários tipos de aproximação, tanto a nível pedonal como a nível automóvel. Uma boa acessibilidade é um elemento fundamental que permite tanto a utilização das redes de transporte inerentes à infraestrutura, como dos restantes usos e atividades que estas estruturas públicas fornecem à cidade.

3 | ESPAÇO PÚBLICO:

O espaço público é, no âmbito do presente estudo, entendido como elemento principal, estes espaços permitem o acesso e a vivência das atividades e serviços. O seu tratamento e configuração devem garantir o conforto dos utilizadores através das texturas, iluminação, mobiliário urbano e segurança, para além da mobilidade a todo o tipo de utilizadores.

4 | USOS E ATIVIDADES:

Do ponto de vista da relação escola e espaço público, a primeira responde a um tipo de utilizador específico, causando desta forma uma utilização "viciada". No entanto, abrindo o seu espaço á comunidade através de uma estrutura pública como a praça, - *lugar* integrante de uma estrutura urbana de uma cidade. Esta deve ser complementada com outros sectores de carácter primordial, com o objetivo de se tornar uma centralidade, uma referência urbana à escala do bairro onde se insere. Possibilitando responder a vários usos no mesmo local. Podendo então usufruir das atividades económicas, comerciais, culturais, entre outras.

4.3 OLAIAS | LOCALIZAÇÃO E CARATERIZAÇÃO GEOGRÁFICA

O Território de Intervenção do Projeto (TIP) está compreendido na freguesia Alto do Pina, na zona oriental da cidade de Lisboa. As principais estruturas urbanas que constituem este território são o **Bairro das Olaias** e parte do Corredor Verde Oriental, com o Sistema de Vales de Chelas. Enquanto lugar, ao desenhar uma nítida fronteira entre o tecido urbano consolidado e disperso esta fronteira é materializada pela encosta do Vale e Chelas território, que confere à TIP uma topografia acidentada.

Para analisar o TIP procedeu-se, à delimitação do mesmo, de forma a restringir os verdadeiros limites do universo em estudo. Neste sentido, para o presente trabalho, a delimitação é dada pelo **Bairro das Olaias** com referência às duas estruturas urbanas mais importantes adjacentes - a Alameda D. Afonso Henriques e a Praça Francisco Sá Carneiro comummente conhecida por Praça do Areeiro, e o Vale de Chelas, compreendendo assim o território de intervenção.



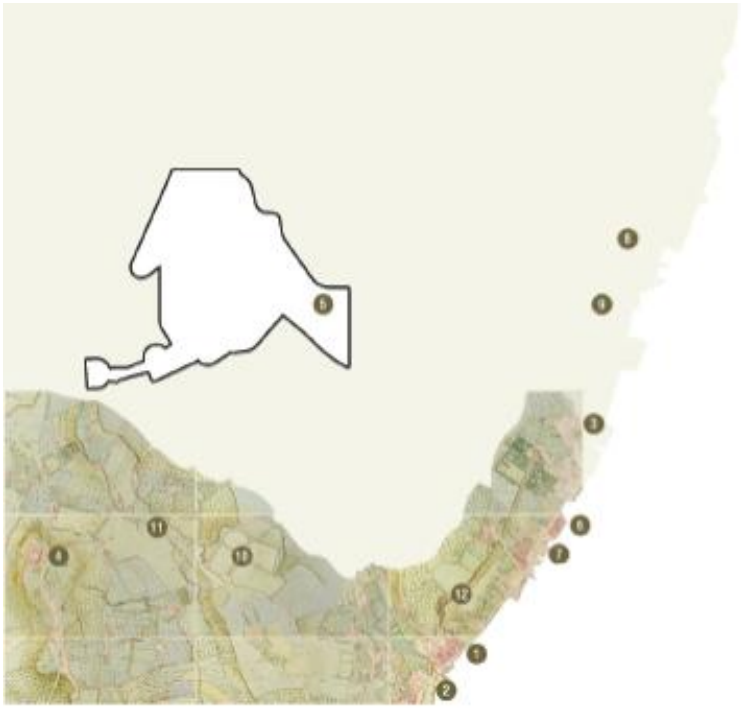
[Fig.04.03] Vista do Vale de Chelas para o Complexo das Olaias.

4.4 EVOLUÇÃO URBANA DO TERRITÓRIO EM ESTUDO

FRONTEIRA ENTRE O TECIDO CONSOLIDADO E O TECIDO DISPERSO

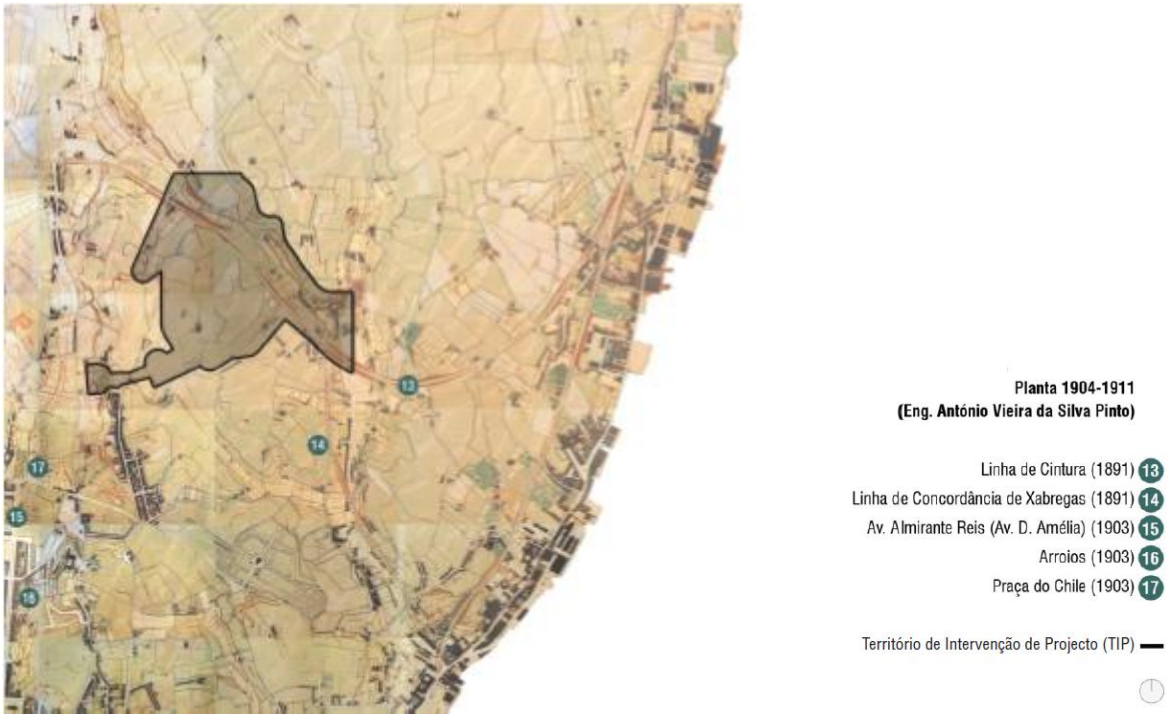
Em meados do Século XIX, a **Zona Ribeirinha Oriental** da cidade de Lisboa apresentava-se como uma área predominantemente rural, registando a existência de diversas propriedades agrícolas e palácios, tais como o Paço Real de Enxobregas (2) e o Palácio da Mitra (9). Assim como vários conventos que pontuavam também a zona, entre eles os Conventos de S. Francisco de Xabregas (1), Beato (3) e Grilo (7).

Este carácter rural e pouco urbanizado sofreria uma inversão no final do século XIX, com o processo de desenvolvimento industrial que se verificou nesta época. Este fenómeno, contemporâneo de uma progressiva laicização do estado, concretizou-se na ocupação e adaptação dos grandes edifícios religiosos desta área à função industrial, bem como na construção de bairros operários.



[Fig. 04.04] Filipe Folque, Carta Topográfica de Lisboa de 1854-1856.

Esta zona regista um crescimento urbano que se desenvolve maioritariamente numa direção longitudinal ao rio, muito potenciada pelas características topográficas em presença, que separam naturalmente esta faixa ribeirinha da restante área urbana da cidade de Lisboa. Em oposição a esta realidade, o início do século XX é marcado por importantes operações de urbanização da cidade, intervenções que surgem em continuidade com o desenvolvimento da cidade para Norte – no qual se inclui a abertura de artérias fundamentais como a Avenida da Liberdade e as Avenidas Novas - destacam-se as que tiveram lugar na zona oriental da cidade, motivadas pela abertura da Avenida Rainha D. Amélia (15). O plano desta nova Avenida é contemporâneo ao da Avenida da Liberdade, embora logo desde a sua génese se tenham distinguido entre si por se destinarem a classes sociais diferentes



[Fig. 04.05] Engenheiro. António Vieira da Silva Pinto, Levantamento da Planta de Lisboa de 1904-1911.

.

O novo eixo demarcado pela Avenida Rainha D. Amélia, que passaria a denominar-se **Avenida Almirante Reis** em 1910, funcionava como saída noroeste da cidade, tendo fomentado um processo de urbanização em volta, com o aparecimento de novos edifícios residenciais e arruamentos tanto no lado Poente, correspondente à zonas de Arroios (16), como no lado Nascente, da Penha de França. Esta Avenida terminava no Largo do Chile (atual Praça do Chile) (17), o qual era intersectado pela Estrada de Circunvalação (11).

O plano desta **Estrada de Circunvalação**[17] surge em 1852, num decreto que determinou novos limites para a cidade, os quais seriam demarcados pela referida artéria. No interior destes limites existiam ainda, na referida época, muitas áreas por urbanizar, sendo que o processo de densificação dessas mesmas áreas se viria a concretizar com a sucessiva regularização dos troços da Circunvalação.

A Avenida Almirante Reis veio motivar a abertura de um dos troços regularizados sobre a Estrada de Circunvalação, que corresponde à atual **Avenida Morais Soares**. Este eixo atravessava zonas urbanizadas de fraca qualidade em direção ao **Alto de São João** (10), as quais sofreriam um rápido processo de densificação nas décadas seguintes. De facto, as imediações da Avenida Almirante Reis e Morais Soares constituíam umas das zonas mais ativas em obras na cidade de Lisboa no início do século XX. Destaca-se, já na década de 30, a urbanização do **Bairro do Alto de São João** (18) e, nos anos 40, do **Bairro dos Atores** (22) - este último já a Norte do Largo do Chile – ambos fruto da política de expansão urbana levada a cabo neste período.

[17] A partir de Alcântara, delimitava aquelas que seriam as novas linhas de crescimento da cidade, passando por Campolide, São Sebastião, Arroios (actual Praça do Chile e Avenida Morais Soares), Alto de São João e finalmente Cruz de Pedra, de novo atingindo a margem do rio.

O ano de 1938 viria a constituir um momento de viragem no desenvolvimento da cidade, com a realização de diversos planos que seriam condensados no famoso "Plano De Groer" (1938-48). Segundo a orientação e atuação do Ministro Duarte Pacheco, começava a pensar-se a cidade como grande capital moderna, ultrapassando os limites confinados pelas Avenidas Novas e Praça do Chile - numa área interior relativamente à **Linha de Cintura** (de caminho-de-ferro) (13). Com efeito, as áreas rurais no anel exterior da Linha de Cintura constavam no quadro de objetivos de expansão da cidade. Os eixos viários tradicionais, caminhos e azinhagas foram sendo sucessivamente substituídos por vias urbanas estruturantes que organizavam as saídas da cidade, suportadas por nova habitação e equipamentos públicos.

No contexto político da ditadura salazarista e da ação de Duarte Pacheco, definiu-se então todo o desenvolvimento para a cidade. Para além da definição de novos limites e eixos estruturantes, previa-se a construção de nova habitação, incluindo bairros de habitação social, e de grandes equipamentos urbanos, elementos coordenados por um **desenho urbano coerente que marcou o modo de fazer cidade nesta época**.



[Fig. 04.06] Etienne de Gröer, Plano Director Municipal de Lisboa de 1938-1948.

Assim, esta atuação contemplou, até aos anos 60, a construção de diversos "Bairros de Casas Económicas", entre eles o Bairro da Encarnação, Caselas, Alto da Serafina e **Madre Deus** (19), no sentido de suportar o crescimento demográfico acelerado que se registava. Estes bairros albergavam habitações unifamiliares de tipologia tradicionalista e localizavam-se, na altura, em terrenos periféricos da cidade.

A zona oriental da cidade, mais deprimida na época, começava a ser valorizada e incluída nos planos estratégicos para a capital. É definida a localização do aeroporto, que implicava a reestruturação viária da saída Norte da cidade, desencadeando-se uma forte expansão urbana das áreas circundantes em torno do prolongamento da Avenida Almirante Reis, que teria continuidade com a posterior abertura da Avenida do Aeroporto (atual Avenida Gago Coutinho) (23). Este eixo estratégico é pontuado pela área do programa urbano do Instituto Superior Técnico, que articulou modernamente, nos anos 30, as Avenidas Novas com a Avenida Almirante Reis através da nova **Alameda D. Afonso Henriques** (20) e, em 1940, pela **Praça do Areeiro** – a praça mais importante de representação do regime, projetada pelo arquiteto Cristino da Silva.

O plano do **Bairro do Areeiro** (21), da autoria do Arquiteto Faria da Costa, é contemporâneo do projeto da praça com o mesmo nome e integra-se num programa abrangente de construção de frentes urbanas lançado por Duarte Pacheco. Este programa tinha o intuito de evitar um crescimento desordenado e aleatório da cidade e, igualmente, uma proliferação de má arquitetura; assim sendo, os projetos de bairros como o Areeiro eram estudados de forma a constituir um todo harmonioso com as áreas urbanas envolventes, embora possibilitando a sua divisão em parcelas.

Neste âmbito, o projeto do **Bairro de Alvalade** (24), também desenhado pelo arquiteto Faria da Costa em 1944, marca um momento decisivo para o futuro desenvolvimento da cidade a partir de finais dos anos 40. Este Bairro ocupa uma das áreas mais significativas do processo de urbanização previsto no Plano Director de 1938-48, numa extensa área de 230 ha, destinada a uma população de 45 000 habitantes.

O Bairro organizava-se em 8 células (as duas primeiras concluídas em 1948), cada uma centralizada em torno de uma **escola primária**, utilizando assim o conceito de ***unidade de vizinhança***. De modo inédito, previa-se a coexistência de habitações para diferentes estratos sociais, apoiadas numa **diversidade** de **equipamentos**: **escolas**, mercados, espaços desportivos, centros cívicos, entre outros.

Este conjunto urbano destacava-se também pela introdução de novas tipologias de habitação social, em edifícios multifamiliares, de 4 pisos – contrariamente à prática comum na época, nos "Bairros de Casas Económicas", constituídos por moradias unifamiliares. Apostou-se numa imagem urbana com forte unidade, embora com uma grande diversidade de tipologias.

O espaço urbano do bairro revela claras intenções de qualificação do desenho urbano e do edificado, de acordo com a atitude projetual definida no plano de Duarte Pacheco*. "Assim, resultaram espaços urbanos, **ruas** e **praças** com o **perfil** adequado e **equilibrado** entre volume de construção, passeios para peões e vias de tráfego. (...) O novo bairro traçava irreversivelmente o desenvolvimento nordeste da cidade com um desenho urbano tradicional, em que as construções acompanhavam o contorno das ruas e das **praças** e a hierarquia viária articulava a ligação entre as células" (Tostões, 2001).*

Ainda no contexto da política de Duarte Pacheco, justificava-se a urbanização da grande área compreendida entre as avenidas Gago Coutinho e Marechal Gomes da Costa, a Norte, e a Linha de Cintura, a Sul. Esta estratégia de urbanização inseria-se numa série programática que se prolongaria até aos anos 60, com a elaboração dos planos dos Olivas e Chelas, prolongando o desenvolvimento da cidade para nordeste.



[Fig. 04.07] Planta de Lisboa.

"Olivais e Chelas constituíram operações urbanísticas de grande escala, integradas nos planos de expansão da cidade de Lisboa no final da década de 50. A decisão e programação global destas operações resultaram de diretivas integradas de fomento económico e social da responsabilidade do Governo e obedeceram a um desenvolvimento e planeamento integrado, cujo objetivo prioritário era a promoção de habitação social" (Heitor, 2001).

Pretendia-se assegurar, com a construção destes bairros, novas áreas residenciais que proporcionassem alojamento, maioritariamente, a populações com recursos económicos modestos,

prevendo-se igualmente a construção de habitação para classes económicas mais favorecidas e, por outro lado, destinada a ações de realojamento de população proveniente de "bairros de lata". A concretização destes objetivos levaria à criação de bairros onde coexistiriam estratos populacionais económica e socialmente heterogéneos.

O primeiro destes bairros a ser programado é o **Bairro dos Olivais**, dividido em duas áreas fundamentais: Olivais Norte e Olivais Sul. Contrariamente ao que ocorreu na conceção do Bairro de Alvalade, os Olivais foram projetados sem qualquer intenção explícita de continuidade com o tecido urbano envolvente, assistindo-se a uma **dissociação dos equipamentos públicos como elementos motores do desenho** . Ao nível do traçado urbano, verifica-se igualmente um afastamento das referências ao urbanismo tradicional aplicadas em Alvalade, de relação formal estreita entre edificado e arruamentos. Em oposição, procura-se conferir a estes bairros uma ocupação do território baseada nos princípios modernistas da época, concebendo-se blocos multifamiliares distribuídos pontualmente por extensas áreas ajardinadas, sem afinidade formal direta com a rede viária.

No limiar da década de 60, iniciam-se os estudos para o **Plano de Urbanização de Chelas** (PUC), sob a coordenação do Arquiteto Rafael Botelho. O Plano-Base, elaborado em 1960, seria revisto nos seus conceitos fundamentais de estrutura urbana – embora se tenham mantido os objetivos principais, de se criar um espaço urbano multifuncional e diversificado socialmente. O Plano de Urbanização de Chelas é, então, aprovado em 1964, com data de conclusão estimada para o ano 2000.

A ser concretizada a proposta do Plano, na sua íntegra, o Bairro de Chelas poderia ter reunido condições de continuidade urbana nesta área da cidade, baseado numa extensa área residencial com um desenho urbano racional e qualificado. No entanto, diversos fatores

resultaram num desvio ao cumprimento da globalidade dos programas, realizados de modo descontinuado no tempo, condicionaram significativamente a sua eficácia. A título de exemplo, a execução da rede viária de articulação com a envolvente foi sendo sucessivamente adiada, sendo que apenas nos anos 90 se construiu o viaduto sobre o Vale de Chelas, previsto no Plano de 1964.

Com a Revolução de Abril de 1974, surgem novas iniciativas com o intuito de fazer frente ao problema habitacional dos estratos da população economicamente mais desfavorecidos. Salienta-se o Serviço Ambulatório de Apoio Local – SAAL (1974-1976), criado em 1974 como „Corpo Técnico Especializado" do Fundo de Fomento da Habitação (FFH). O SAAL levava a cabo operações de realojamento das populações em condições precaridade habitacional, com projetos que resultavam do esforço de vários jovens arquitetos para uma conceção humanizada e adequada aos modos de vida das populações. Ao contrário do caso particular da cidade do Porto, onde estes bairros se localizavam, preferencialmente, em áreas centrais da cidade, em muitas outras zonas do país, tais como Lisboa, grande parte destes conjuntos ocupava zonas periféricas ou rurais.

O **Bairro Portugal Novo** (27), projetado por Manuel Vicente e construído na Quinta do Bacalhau / Monte Coxo (1977), é um exemplo desta situação. Trata-se, efetivamente, de uma operação SAAL numa área intersticial, onde domina uma implantação desligada de referências formais da envolvente e segregada, em termos de acessibilidades, em relação à respetiva área urbana.

No início da segunda metade do Século XX, identificava-se uma vontade política de concretização de um projeto para a cidade no seu todo, cujo expoente máximo seria o Plano Director de 1938-48. Este plano constituiu um marco fundamental na fisionomia de Lisboa, que consolidou as bases do seu crescimento ao longo das décadas seguintes e assegurou, até aos anos 50, a continuidade do desenvolvimento da cidade e a qualidade do seu desenho urbano. No

entanto, este objetivo de coerência e articulação entre as diversas zonas urbanizadas começaria a inverter-se a partir da década de 50 por diversos motivos, nomeadamente de natureza ideológica e **económica.**

Particularmente a partir da década de 80, instala-se um modo de atuação no qual prevalecem os **interesses dos promotores**, gerido por um **processo especulativo** e **aleatório de crescimento** – processo este na origem de uma série de novas urbanizações segregadas da malha urbana pré-existente.

O **Bairro das Olaias** (29), criado de raiz pelo arquiteto Tomás Taveira, é construído numa posição contígua ao conjunto residencial referido anteriormente, embora não tenha contemplado qualquer tipo de articulação urbana com o mesmo. O **Bairro das Olaias** consiste num **complexo** que alberga **habitação**, um **centro comercial**, **escritórios**, um **hotel** e um **equipamento desportivo**. O conjunto de edifícios apresenta, assumidamente, um **caráter experimental**, uma clara experiência pós-modernista em Portugal. A sua construção prolongou-se por um período considerável de tempo, tendo o projeto sido alterado diversas vezes - o que se deveu em muito à grande **diversidade** de formas e de **estéticas**.

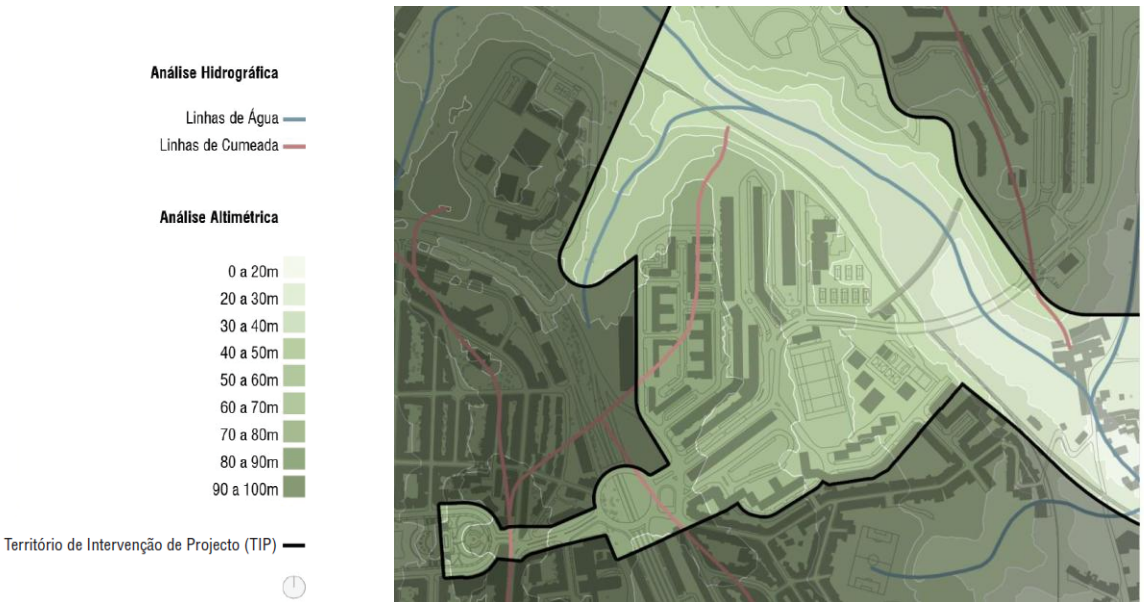
Este Bairro situa-se numa zona de **charneira** com a cidade consolidada, apresentando, portanto uma **localização privilegiada** de proximidade ao centro de Lisboa. A área específica onde foi construído viria a valorizar-se com a posterior abertura do **Viaduto** sobre o **Vale de Chelas**, nos anos 90, e com a posterior inclusão da **Estação de Metro das Olaias**, no âmbito do programa de acessibilidades da Expo 98.

Como complemento à informação apresentada sobre os conjuntos residenciais, Bairro Portugal Novo e Bairro das Olaias, insere-se em anexo um conjunto de fichas de caracterização mais detalhada.

4.5 Análises | Caraterização do Território de Intervenção do Projeto

Topografia

O TIP situa-se numa das encostas do Sistema do Vale de Chelas, beneficiando das suas características intrínsecas. Deste modo, encontra-se limitada a Nordeste por uma das principais linhas de água de todo o sistema, e a Sudoeste pela linha de cumeada que divide o Vale de Chelas e o Vale da Av. Almirante Reis. Transversais a estas duas linhas podem verificar-se ainda duas linhas de água que envolvem e criam limites físicos ao TIP [Fig. 04.08].



[Fig. 04.08] Análise Hidrográfica e Análise Altimétrica.

No que diz respeito ao tecido urbano, verifica-se um contexto denso e consolidado ao longo das linhas de cumeada, ao contrário das linhas de água do fundo do Vale que são poupadas à edificação. Este fator vem afirmar uma vez mais este território como uma fronteira entre o desenho urbano consolidado e o disperso.

A análise altimétrica revela um território com grandes acidentes topográficos, do onde se destacam as duas encostas do Vale. As cotas altimétricas do TIP variam entre os 20m, no fundo do Vale de Chelas, e os 90m, no topo Este da Alameda D. Afonso Henriques.

4.6 ESTRUTURA DOS ESPAÇOS VERDES

Relativamente à estrutura dos espaços verdes [Fig. 04.09], verifica-se que o TIP é constituído por diferentes tipologias de espaços verdes. As **Áreas Verdes de Proteção**, especialmente sensíveis sob o ponto de vista biofísico, paisagístico e ambiental, destinam-se à inclusão de infraestruturas viárias, assim como a instalações necessárias ao seu funcionamento. No TIP, esta tipologia de área verde destina-se essencialmente à proteção do troço da Linha de Cintura. As **Áreas Verdes de Recreio** são áreas destinadas ao recreio e lazer da população, onde apenas é permitida a construção de equipamentos para apoio a este fim. A principal área verde de recreio é o Parque da Bela Vista, que constitui uma das principais áreas verdes de recreio de toda a cidade. As **Áreas Verdes de Produção** são constituídas por estruturas à produção agrícola ou florestal. Nesta tipologia de áreas verdes não é permitido o loteamento urbano, e apenas são permitidas construções de apoio à produção. Todo o fundo do Sistema de Vales de Chelas é constituído por inúmeras áreas desta natureza, porém, a maior parte delas tem um funcionamento clandestino, sem respeitar qualquer tipo de planeamento.

Não constituindo uma categoria legal incluída no Plano Diretor Municipal de Lisboa, foram ainda consideradas áreas onde predominam terrenos baldios, sem planeamento ou função adjacente. Estas áreas foram denominadas por **Áreas Verdes Expectantes**, e são justificadas pelo potencial que constituem na realidade do território em estudo. Por fim são ainda consideradas as áreas interiores aos **Logradouros** que, por constituírem terrenos permeáveis, são incluídos nesta análise.

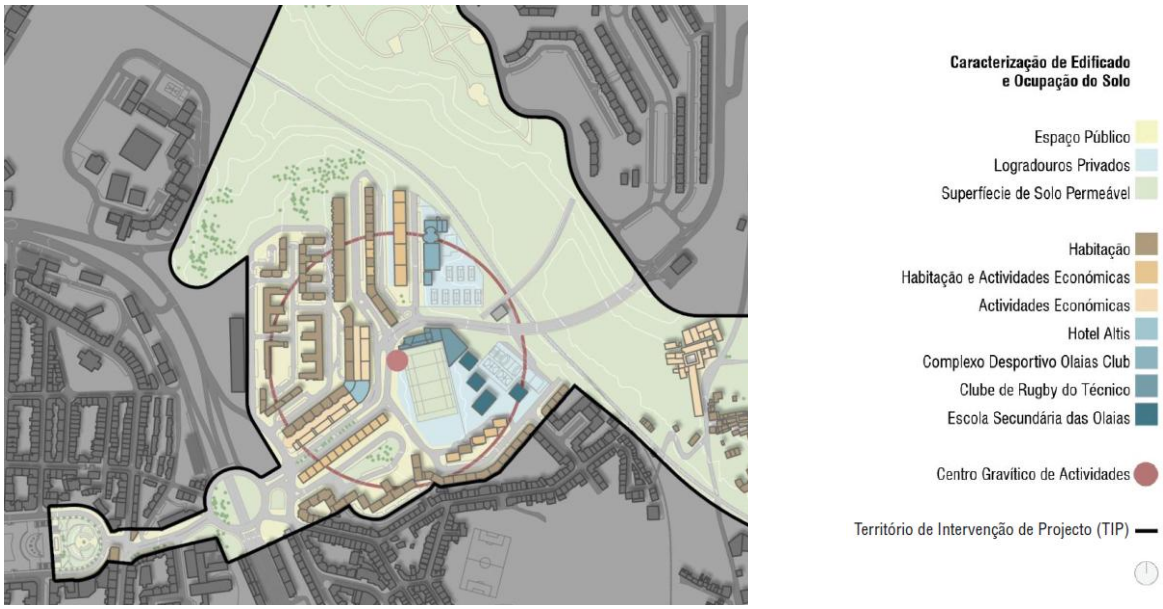
Como se pode verificar na análise de espaços verdes [Fig. 04.09], a principal tipologia a compor a TIP é a Área Verde Expectante, presente na maioria do fundo do Vale, confirmando assim o potencial de grande transformação do território.



[Fig. 04.09] Tipologia de Espaços Verdes.

4.7 OLAIAS | ESTRUTURA EDIFICADA

CARACTERIZAÇÃO DO EDIFICADO E OCUPAÇÃO DO SOLO



[Fig. 04.10] Caracterização do Edificado e Ocupação do Solo.

Ao nível da estrutura edificada, o TIP compreende a **urbanização das Olaias**, a urbanização da Quinta do Bacalhau e ainda algum edificado no fundo do Vale de Chelas, entre o qual se destaca o Convento de Chelas.

Loteada, projetada e construída por um único promotor privado em 1982, a **urbanização das Olaias**, da autoria do arquiteto **Tomás Taveira**, caracteriza-se pelo edificado em banda. É composta por três grande bandas habitacionais (que variam entre os 8 e os 11 pisos), duas bandas de edifícios destinadas às atividades económicas (de 6 a 12 pisos), um centro comercial (integrado num dos edifícios de atividades económicas) e um clube desportivo (Complexo Desportivo Olaias Club).

.A urbanização da Quinta do Bacalhau, da autoria do arquiteto Manuel Vicente, é um projeto concretizado em 1976 no âmbito das Operações SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local), e integra atualmente o Bairro Novo Portugal. Esta urbanização é composta unicamente por edifícios habitacionais, que variam entre os 5 e os 6 pisos, organizados em bandas contínuas, alinhadas linearmente e formando pátios semiabertos.

A estrutura edificada do TIP caracteriza-se, deste modo, pela presença do sector habitacional, que compõem a maioria do edificado presente, e ainda pelos **grandes equipamentos**, entre os quais se destacam o Hotel Altis, o Campo de Rugby do Técnico, no centro, o Complexo Desportivo Olaias Club, a Norte, e a **Escola Secundária das Olaias**, a Este.



[Fig. 04.11] Esquemas de Cheio / Vazio do Território de Intervenção de Projeto (TIP)

A figura a cima [Fig. 04.11] apresenta a análise de cheios / vazios para o TIP, quatro diferentes.

ESTRUTURA EDIFICADA | O esquema da estrutura edificada revela reduzidas áreas de implantação. No entanto, verifica-se que o edificado se encontra concentrado a Sudoeste do TIP, deixando a restante área vazia. Este facto vem uma vez mais afirmar este **território** como uma **fronteira** entre o **tecido urbano consolidado**, onde se encontra o **Bairro das Olaias**, e o tecido urbano disperso por núcleos de menores dimensões, ao longo das zonas altas do Sistema de Vales de Chelas.

ESPAÇO PUBLICO | O esquema do Espaço Público vem reforçar o atual desaproveitamento do território, ao constituir uma pequena parcela da área total do território. O espaço público resume-se a passeios ao longo dos eixos rodoviários e à reduzida área do Parque da Bela Vista aproveitada para tal.

ESPAÇO NÃO PUBLICO | O esquema do Espaço Não Público evidencia duas áreas ocupadas por três **equipamentos** de uso coletivo: a Norte o Complexo Desportivo Olaias Club, e a Sul o Clube de Rugby do Técnico e a **Escola Secundária das Olaias**

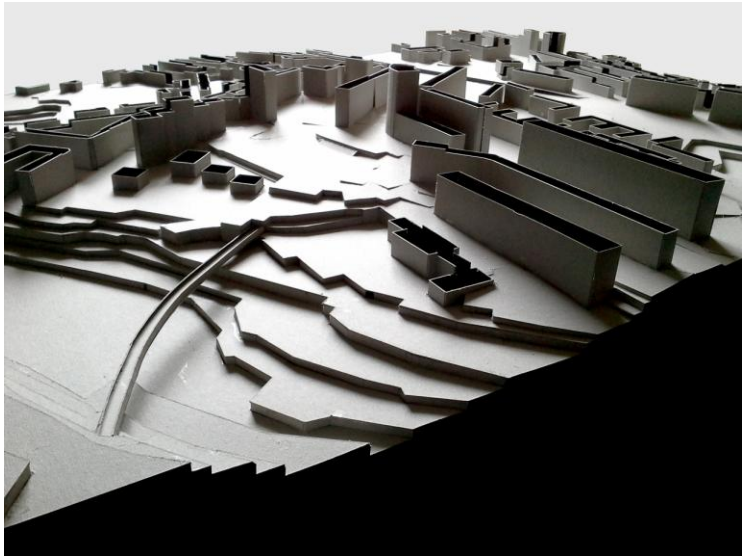
VAZIOS EXPECTANTES | Por fim, o esquema dos Vazios Expectantes vem comprovar a falta de planeamento urbano do TIP, nomeadamente no fundo do Vale. Os espaços desta natureza ocupam a maioria (51%) do território em estudo, contribuindo para a pouca qualidade do espaço público, e a falta de carácter, isto é uma nova centralidade.

CAPÍTULO V

PROJECTO – APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

5.1 MEMÓRIA JUSTIFICATIVA DO PROJETO

INTRODUÇÃO



[Fig.05.01] Maqueta de estudo

Após as questões estudadas nos capítulos anteriores, procurou-se encontrar objetivos estratégicos que vão de encontro às questões apontadas. Desta forma, o projeto tenta responder ao atual desequilíbrio que esta área apresenta sob o ponto de vista da articulação, da urbanização, da coesão do território e da própria dinâmica social. Com o intuito de pensar a ESCOLA como elemento motor da regeneração urbana, e concluir, assim, que o objeto - escola, na sua construção é capaz de regenerar o tecido que a compreende, com a abertura de uma grande praça pública, permitindo assim, a interação com os habitantes, organizando o território que a delimita.

Esta intervenção estratégica, pretende evidenciar que as estruturas e infraestruturas públicas, como a escola e praça, são de extrema importância para a qualificação dos tecidos urbanos, permitindo uma identificação clara de zonas de convivência urbana, multifuncionais, de cariz social / económico / cultural, permitindo todo o tipo de manifestações urbanas.

5.2 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Como já foi referido anteriormente, o **Bairro das Olaias** é um tecido urbano na fronteira entre a cidade consolidada e a cidade dispersa, fazendo deste modo a conexão da cidade nuclear com a sua ala oriental, Chelas; Olivais e Oriente. A sua localização complementada com o número de infraestruras que servem o território em análise, uma estação da linha vermelha da rede de metropolitano - OLAIAS, e um apeadeiro - CHELAS, da rede de comboio urbano de Lisboa, que juntamente com as linhas de autocarros urbanos, faz deste bairro, um território de oportunidades.

A nível social, o bairro caracteriza-se por ser multirracial, pois conhece várias operações, que albergam população desfavorecida, sendo também esse o seu maior ativo. A ESCOLA assume aqui um papel fundamental, como lugar democrático permite uma interação entre todos os seus utilizadores, gerando desta forma uma partilha cultural.

Tendo em conta este conjunto de fatores pensa-se na ESCOLA como elemento capaz de regenerar este tecido, assente nos seguintes objetivos.

- Abrir a escola á comunidade, podendo assim segregar toda a população, deixando de ter barreiras físicas limitadoras, como muros ou vedações.
- Os limites do objeto escola teriam relação direta com o construído envolvente, fazendo assim uma relação urbana forte, de frente-rua.
- O pátio, principal elemento de lazer da escola, é interpretado aqui como o grande operador urbano, desenhando uma PRAÇA - o principal elemento de lazer da cidade. Pretendendo com isto, fazer a rutura da escola como ambiente fechado, criando uma maior inclusão social.

- A criação de uma identidade central que organize a malha urbana - PRAÇA, através de um objeto - ESCOLA, integrando as premissas do OBJECT-CITY, na introdução de um elemento modular, capaz de dialogar com os tecidos envolventes.
- Permitir uma maior permeabilidade entre as infraestruturas urbanas de transporte, mediando assim a praça entre estes dois elementos.
- Reavivar a ideia inicial, na conceção dos Liceus em Portugal, assentes no modelo de circulação em redor de um pátio, permitindo deste modo o constante contato visual com o exterior. Partindo deste conceito, desenha-se então, uma praça, permitindo o constante contato com o exterior.
- Abrir o espaço da antiga escola secundária das Olaias, fazendo dele um espaço cultural multifuncional, que notoriamente este bairro padece.
- Reforçar a relação do objeto - ESCOLA, com os tecidos urbanos adjacentes, tornando o desenho do objeto responsável pela qualificação e melhoria das condições urbanas presentes no Bairro das Olaias.
- Pensar numa articulação entre espaços verdes, espaços canais, e interação com o objeto e Praça.
- Desarticular os serviços, e facilidades que a escola compreende, como a biblioteca, gimnodesportivo, cantina, entre outros, deixando de ser de uso exclusivo da escola, abrindo-os então ao usufruto da comunidade.

Com base neste objetivos principais, procura-se desenvolver uma estratégia, que relacione o objeto com a malha onde este se insere, possibilitando uma **regeneração urbana**, articulando os tecidos, permitindo uma aproximação aos modelos urbanos já consolidados, no eixo em que se insere este território.

5.3 Proposta global de Intervenção, Regeneração Urbana

Criadas as premissas pelo qual se guiará a estratégia de intervenção, pretende-se a qualificação e a regeneração do território, e que desta forma se consiga tirar o máximo partido do seu potencial urbano e da dinâmica social já existente. O programa deve considerar as principais potencialidades da área, articulando necessidades de natureza distintas, que permitam o bom funcionamento e integração do OBJETO. Neste sentido, serão enumerados em seguida as principais considerações e objetivos que o projeto propõe.



[Fig.05.02 e 03] Desenhos da proposta de intervenção na Avenida Eng. Arantes e Oliveira.

ESPAÇO PÙBLICO

O espaço público é abordado neste exercício como elemento fundamental de articulação, catalisador de todas as estratégias propostas. Destacando-se como uma das componentes essenciais do programa, é criada uma PRAÇA, central em posição à área de intervenção, assumindo assim papel de destaque em todo bairro.

A acessibilidade, a permeabilidade e a interação tornaram-se conceitos chave na reflexão do espaço, a partir do qual são acessíveis todas as valências escolares, divididas em três corpos, que inscrevem uma praça no seu interior, e na sua relação com o edificado existente, desenha-se uma série de espaços canais, que permitem continuidade das áreas verdes, corredores de distribuição e ligação das diferentes cotas presentes no território.

REDE VIÁRIA

Relativamente à estrutura dos principais eixos, é proposto um reperfilamento nas Avenidas *Engenheiro Arantes e Oliveira* e *Carlos Pinhão*, mantendo no essencial a rede existente. A principal transformação incidiu na Avenida Carlos Pinhão, apresentando-se como o principal eixo rodoviário das Olaias, que concretiza importantes ligações para a zona oriental da cidade, a ideia é tornar este eixo mais urbano, aumentando as áreas de circulação pedonal, diminuindo, assim, a pressão do automóvel neste território.

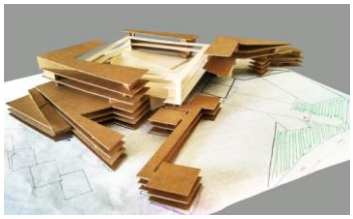
Desenha-se um reperfilamento da avenida, que passa apenas a ter duas faixas de circulação, sem separadores centrais. Em relação a Avenida Engenheiro Arantes e Oliveira, pela importância deste canal, pelo qual se edifica o **complexo das Olaias**, pretende-se fazer a conexão do mesmo com a cidade consolidada. Este demanda uma atenção especial na circulação pedonal, no estacionamento e elementos verdes, por conseguinte desenha-se um largo passeio, que organiza o estacionamento, os elementos vegetais, permitindo o uso de mobiliário urbano, qualificando este espaço canal como uma área de lazer.

ESTRUTURA EDIFICADA

Considerando que o Bairro das Olaias se caracteriza maioritariamente pelo edificado habitacional, é proposto uma estratégia de adição de um grande equipamento, a ESCOLA. O que possibilita a inserção de uma praça, à escala do bairro, gerando por conseguinte uma centralidade permitindo também, uma permeabilidade entre a cota mais alta do território, a Avenida Engenheiro Arantes e Oliveira o espaço onde se situa atualmente a escola secundária das Olaias e a sua posterior ligação ao Vale de Chelas, a grande barreira física desta intervenção, mas também uma grande oportunidade, pois beneficia do Complexo das Olaias integrado na cota mais elevada, permitindo deste modo um interessante sistema de vistas, desde do rio tejo a sul ao parque da Bela Vista a norte.







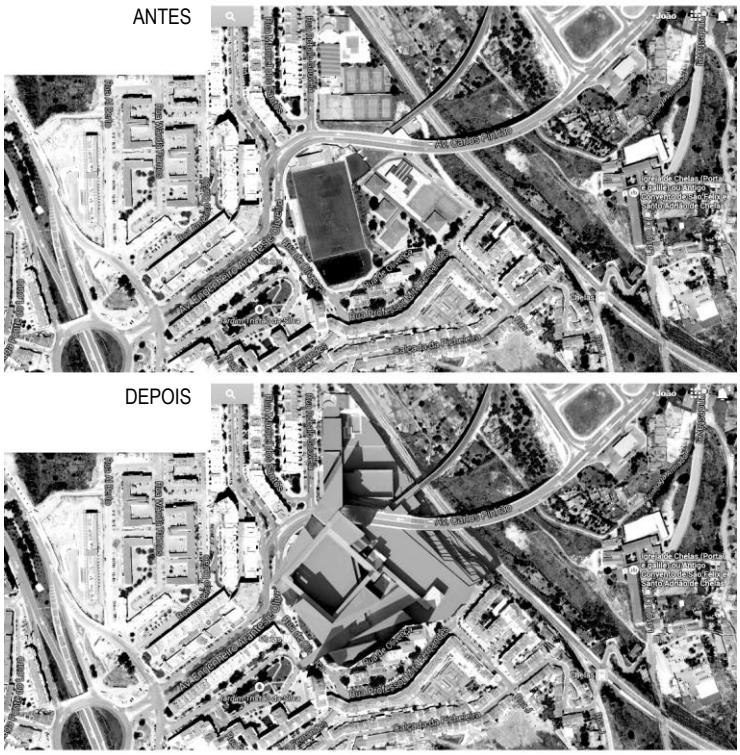
[Fig.05.04, 05 e 06] Maqueta de Estudo

ESCOLA SECUNDÁRIA DAS OLAIAS

O complexo das Olaias compreende uma escola secundária, atualmente existente no limite entre a urbanização das Olaias, o campo de rúgbi pertencente ao IST a nascente, e o Vale de Chelas a poente. No lugar da escola secundária existente, a intenção é abri -la à comunidade, transformando-o num espaço cultural de referência que permita uma identificação com os habitantes, um espaço de partilha de experiencias e coesão social.

ESCOLA | EDIFICIO-CIDADE

Neste novo edifício proposto, uma ESCOLA secundária, num edificado que compreenda os conceitos abordados nesta dissertação, e que através do seu desenho, escala e sistema construtivo, abarque uma estrutura urbana - a PRAÇA, procura sintetizar a dualidade de um programa para uso escolar com integração da comunidade. A escola é assim desenhada em três corpos, correspondendo a usos diferentes, o corpo das aulas e auditório; o corpo dos serviços / facilidades como a cantina; papelaria; reprografia e bar, e por ultimo o corpo de lazer/cultural como a biblioteca e o gimnodesportivo. Ainda com intuito de aproximar mais a comunidade, estes serviços tem um grande caracter público, sempre com estreita relação com a PRAÇA. Formalizando assim a intenção da intervenção - a regeneração dos tecidos através de um edifício que sintetizasse a relevância das estruturas públicas, na melhoria da qualidade urbana, contribuindo assim para a "boa forma da cidade".

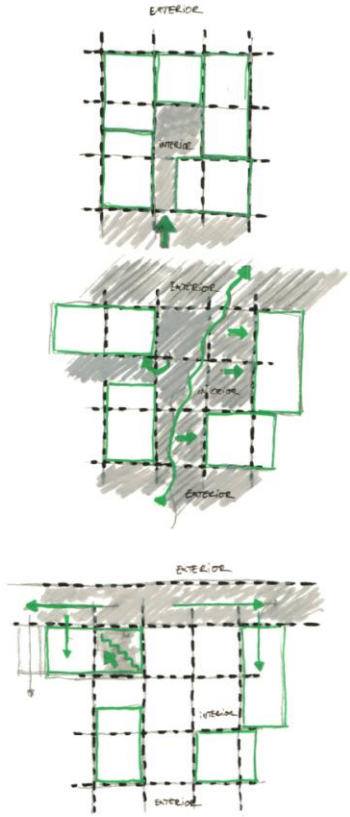


[Fig.05.07] Proposta de Intervenção, no território, confrontação do Antes/Depois.

5.4 PROGRAMA E ELEMENTOS COMPOSITIVOS DO EDIFICADO

O programa distribuiu-se por três novos volumes e pelo edifício pré existente da escola secundária das Olaias. A implantação é sobre o atual campo de rúgbi do IST, que no entendimento da leitura do tecido urbano, caracteriza-se por ser uma cicatriz, vazio urbano. Neste entendimento, os novos corpos formalizaram uma Praça, de grande envergadura, que permita as vivências urbanas características desta infraestrutura urbana.

Para entender uma proposta desta envergadura, a primeira abordagem foi perceber as potencialidades da orografia, sendo esta muito acidentada, variando entre os cinquenta e quatro metros à cota mais baixa e os setenta e quatro metro à cota mais alta, logo era necessário organizar o espaço de modo a que a acessibilidade a todos os níveis altimétricos fosse assegurada. Nesse contexto as comunicações tanto verticais como horizontais ficariam expostas á face da praça, fazendo assim a ligação dos três corpos com as diferentes altimetrias. Permitindo também o entendimento entre o a componente privada, semi-privada e pública do projeto.



[Fig.05.08] Célula Base, e a sua agregação como ideia de projeto.

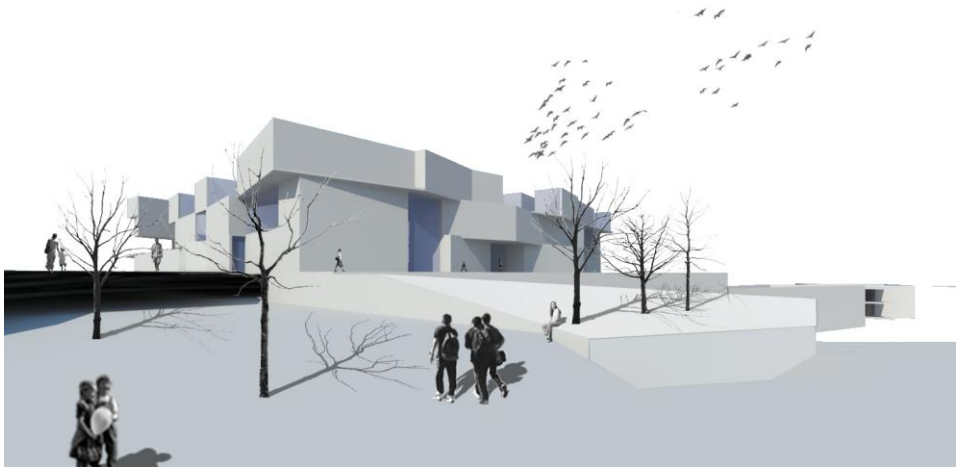
Definindo desta forma a componente organizativa de todo o território, os corredores de circulação horizontais e verticais desenharam a forma da praça, um quadrado, baseado na **célula-base**, [Fig.05.08], uma forma quadrangular 8x8 m, no qual se construiu a escola já existente. Este módulo é integrado numa matriz de nove módulos agregados, três linhas e três colunas, construindo assim uma forma quadrangular mais alargada 24x24 m. Nesta sequência, a Praça verifica a mesma razão, um entendimento da composição dos quadrados mais alargados em três linhas e três colunas, 72x72 m.

Este pensamento é complementado pelos princípios que modelam o **object-city**, na utilização de um sistema modelar, que repetido, origina uma estrutura que aspira a um forte diálogo com a malha urbana adjacente.

As linhas que confinam o novo edifício escolar são orientadas pelos eixos viários dando assim continuidade aos mesmos.

Os três corpos que compõem o edifício da escola, são caracterizados pelas funções escolares/públicas, assim sendo, o corpo principal e maior é o das salas de aula, delimitando a sul a praça. Este corpo faz a ligação entre a Av. Engenheiro Arantes e Oliveira e a escola secundária, é composto pelas salas de aula - módulos agregados em torno de três pátios internos, em estrita ligação com a praça, onde a fachada é o sistema de comunicação horizontal / vertical de todo o objeto. O segundo corpo, do lado oposto, delimita a praça a norte, é acompanhado pela Av. Carlos Pinhão sendo composto pelos serviços essenciais ao funcionamento da escola, como bar; cantina; reprografia; papelaria; repartição académica e de direção da escola, distribuídos em três pisos, também em torno de uma pátio central em comunicação direta com a praça.

O terceiro corpo, a nascente, confina formalmente a praça desenhada por estes três volumes, é correspondente aos espaços de desporto e lazer do espaço escolar, por isso é nele que se localiza o gimnodesportivo e a biblioteca.



[Fig.05.10] Modelo tridimensional.

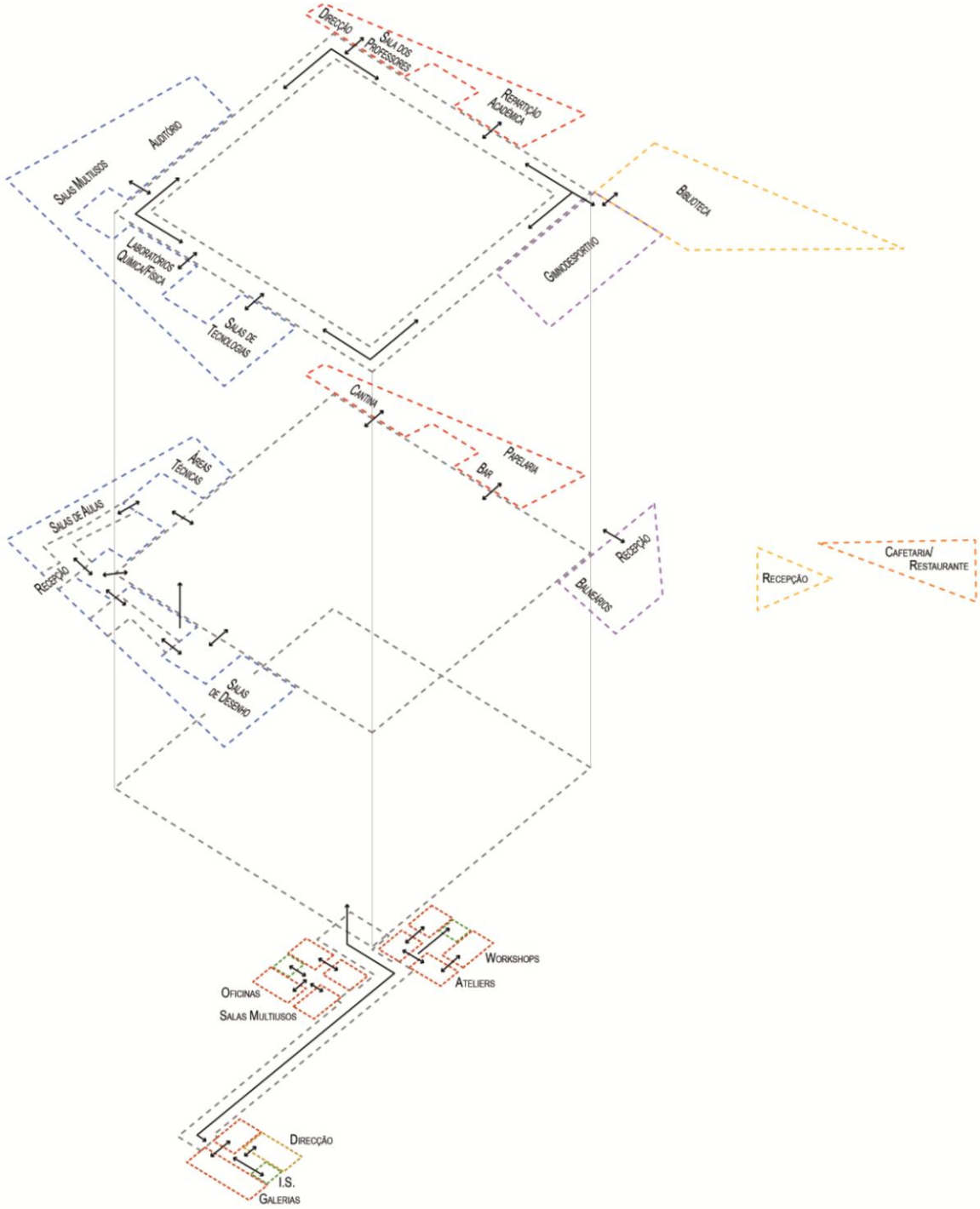
Sendo os corpos formalmente separados, cria -se assim uma independência do contexto escolar, antes confinado numa área murada, porém agora aberto á população, que mediante um sistema organizativo, consegue usufruir destes novos equipamentos e das suas valências urbanas.

Considerando as estruturas desportivas já existentes no local - o complexo desportivo das Olaias, este edifício surge, então, com intuito de fazer a ligação do complexo desportivo com o gimnodesportivo escolar, através de uma solução em ponte pela Av. Carlos Pinhão. Fazendo desta forma a ligação das valências desportivas e de lazer do bairro, e o fechamento do desenho aberto do bairro, conectando-se, nesta proposta, por um corredor edificado de serviços desportivos e de lazer, do complexo desportivo das Olaias até a escola secundária, onde é proposto um espaço cultural.

Esta separação dos corpos permitiu que se abrange-se um uso maior, tornando os serviços escolares mais sustentados, e de apoio á população, o que no fundo sintetiza o espaço escolar - um espaço democrático para acesso público. Em termos volumétricos, o edifico tem entre três a quatro pisos, dependendo da correção da topografia, onde hierarquicamente, no piso de frente – praça e piso de entrada, situam-se todas as funções de carácter mais público, e nos níveis seguintes , em que é necessário um controlo maior de acesso, estes tornam-se mais privados, como as salas de aula ou direção.

A inserção de um grande auditório, com a dualidade de servir tanto a escola como a "comunidade" das Olaias, é a função que inicia o gesto, pois é o princípio do desenho da praça no eixo da Av. Engenheiro Arantes e Oliveira e continua com a perceção visual para o Rio a sul e o Vale de Chelas, onde se avista o seu parque habitacional, destacando-se a zona J, também desenho pelo mesmo arquiteto - Tomás Taveira.

5.5 ORGANOGRAMA FUNCIONAL



[Fig.05.10]

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade atual, nas suas diferentes dimensões e escalas, permite uma multiplicidade de leituras, de momentos, de **camadas**, em que é possível identificar a generosidade de ideias do qual o sistema urbano é composto. Sistema, este, construído com o propósito de albergar população e para que esta pudesse, assim garantir a sua subsistência, a cidade criou as infraestruturas necessárias ao desenvolvimento e bom funcionamento do território.

Com o *modernismo* a cidade acompanhou uma explosão demográfica, surgiram então novos ideais de cidade, com desenho higienista, onde o traçado do plano era centrado num objeto - edifício habitacional, de uma escala maior a fim de libertar mais espaço verde, ou mesmo vazio para melhor arejamento, assim pela primeira vez se rompia com a cidade compacta, dita tradicional.

Rapidamente surgiu a crítica ao *modernismo*, pois este de uma forma muito pragmática desenhou uma nova cidade sem identidade, centrada em objetos de grande escala, mas completamente desafetos das infraestruturas públicas, tornando-o num território difuso, e de pouco caracter. O *pós-modernismo* veio então, contestar esses problemas criados pelo modernismo, baseado numa retoma da ideia da cidade tradicional, onde o objeto passava a ser um "pedaço" de cidade, isto quer dizer que as grandes estruturas que baseavam o desenho pós-modernista, tinham de ser multifuncionais, desenvolvendo no seu desenho a formação de praças, ruas bem demarcadas, uma melhor qualificação do espaço público, surgiu então o conceito explorado nesta dissertação - OBJECT - CITY.

A ESCOLA deve estar integrada no meio que a compreende, pois enquanto local de aprendizagem, de ensino e de descoberta, de ação e de interação, a escola desenha, exige e dita formas, numa complexa malha tecida entre sociedade e indivíduo. Enquanto equipamento de grande referência, quer a nível pedagógico / social quer a nível urbano, a escola sintetiza as premissas do **objeto-cidade**, a construção modular,

a partir de uma *célula-base* - sala de aula-, a relação com a envolvente, um objeto icónico capaz, de para além dos seus limites físicos gerar uma forma organizadora, e agregadora dos tecidos que a compreendem.

O *complexo das Olaias,* como território de intervenção e reflexão, surgido da ideia pós-modernista de conceção de cidade, carece de um espaço que permita as vivências urbanas, que o organize, permita uma relação mais forte com as distintas urbanizações presentes naquela área. Servido com uma boa rede de transportes, metro; comboio; autocarro, boas vias de comunicação, apresenta uma grande falta de espaço público qualificado, de equipamentos culturais ou espaços verdes e de lazer.

Este trabalho tem o intuito de fazer uma reflexão crítica sobre a importância das estruturas e infraestruturas públicas no desenho urbano, na sua procura pela melhoria do território. A **escola** apresenta neste território uma extrema importância, pelo seu carácter democrático e social, e a **praça**, centro gerador, que permite relações urbanas e sociais, espaço de grande permeabilidade, concêntrico permitindo um maior número de serviços, essenciais na cidade.

Concluímos assim a validade do conceito OBJECT-CITY, como premissa geradora de projeto, e a ESCOLA como elemento motor, que motiva a reflexão neste território. A partir destes dois elementos, a proposta de **regeneração urbana** é sintetizada no desenho de uma PRAÇA, a grande referência de infraestrutura pública de carácter agregador dos tecidos consolidados. Verificando a validade e importância desta intervenção, solucionado assim o vazio que torna as Olaias no tecido sem um centro polarizador de atividades sociais.

De uma forma geral, a intenção é devolver aos cidadãos o gosto de viver na cidade, equilibrando e distribuindo democraticamente o acesso a espaços qualificados, destruindo barreiras, criando um espaço onde todos possam conviver.

GLOSSÁRIO

Bairro *- s. m.- Parte de uma localidade que se distingue por determinada circunstância (ex.: bairro aristocrático, bairro operário), ou que recebe nome especial (ex.: bairro de Alfama); área de cada principal divisão administrativa das cidades de Lisboa e Porto. | Bairro de lata: conjunto de edifícios, maioritariamente para habitação, de construção precária e geralmente ilegal.*

Escola *- s. f. - estabelecimento de ensino; conjunto formado pelo professor e pelos discípulos; os professores; os discípulos; doutrina, sistema; seita; aprendizagem, ensino, tirocínio, método e estilo de um autor, de um artista; processos seguidos pelos grandes mestres. | Fazer escola - definir princípios que os outros depois seguem.*

Regenerar *- (latim regenero, -are) v. tr. - 1. Dar nova existência a. 2. Melhorar; restaurar; corrigir; revivificar. 3. Formar ou formar-se de novo. = RECONSTITUIR, REVIVIFICAR. 4. Emendar-se.*

Sustentável *-(sustentar-ável) adj. 2 g. - Que se pode sustentar, que se pode defender. que tem condições para se manter ou conservar (ex.: desenvolvimento sustentável).= SUSTENTADO*

BLIOGRAFIA E FONTES DOCUMENTAIS

MONOGRAFIAS:

- ASCHER, François. Novos princípios do urbanismo seguido de novos compromissos urbanos. Um léxico, Livros Horizonte, Lisboa, 2010

- AUGÈ, Marc. Não lugares, introdução a uma antropologia da sobremodernidade, Editora 90º, Lisboa, 2006

- AUGUSTO FRANÇA, José. Lisboa: Urbanismo e Arquitectura, Livros Horizonte, Lisboa, 2005

- BACON, Edmund. Design of cities, Penguin Book's, Nova Iorque, 1974

- BARREIROS, Maria Helena. Lisboa, conhecer, pensar, fazer,cidade, CML | urbanismo, Lisboa, 2001

- BECKER, Annette; TOSTÕES, Ana; WANG, Wilfried. Arquitectura do séc. XX: Portugal, Prestel, Munique, 1998

- BENEVOLO, Leonardo. História da cidade, Perspectiva, São Paulo, 2007

- BENEVOLO, Leonardo; MELOGRANI, Carlo; GIURA LONGO, Tommaso. Projectar a cidade moderna, Editorial Presença, Lisboa, 1987

- BRANDÃO, Pedro. A identidade dos lugares e a sua representação colectiva, Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Lisboa, 2007

- C.M.L.. Plano Director Municipal, Direcção Municipal de Planeamento Urbano, Lisboa, 1994

- CANDILIS, George; JOSLC, Alexis; WOOD, Shadrach; TOULOUSE, Le Mirail. El Nascimiento de uma ciudad nueva, Gustavo Gil S.A., Barcelona, 1976

- CASTEX, Jean; DEPAULE, Jean-Charles; PANERAI, Philippe. Forme urbaine de l'ilot à la barre, Editions Parenthéses; Collection Eupalinos, S.L., 2009

- COSTA, João Pedro. Bairro de Alvalade: Um paradigma do urbanismo português, Livros Horizonte, Lisboa, 2002

- DIAS, Manuel Graça. Manual das cidades, Relógio d'Água Editores, Lisboa, 2006

- DUPUY, Gabriel. O automóvel e a cidade, Instituto Piaget, Lisboa, 1996

- ECO, Umberto. Como se faz uma tese em ciências humanas, Editorial Presença, Lisboa, 2009

- FERREIRA, Victor Matias. O fascínio da cidade, Ler Devagar, Lisboa, 2004

- FREY, Hildebrand. Designing the city: Towards a more sustainable form, Spon Press, Londres, 1998

- GABINETE TECNICO DE HABITAÇÃO. Reabilitação e Planos, C.M.L., Lisboa, 1981

- GEHL, Jan; GEMZOE, Lars. Novos espaços urbanos, Gustavo Gili, Barcelona, 2002

- GOITIA, Fernando Chueca. Breve história do urbanismo, Editorial Presença, Lisboa, 2008

- HALL, Peter. Cities of Tomorrow, Blackwell Publishing, Oxford, 1996

- JACOBS, Jane. The death and life of the great American cities, Random House, Nova-Iorque, 1961

- LAMAS, José Ressano Garcia. Morfologia urbana e desenho da cidade, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2000

- LE CORBUSIER. Maneira de pensar o urbanismo, Publicação Europa-América, S:L:, 2004

- LYNCH, Kevin. A imagem da cidade, edições 70, Lisboa, 1999

- MONIZ, Gonçalo Esteves Canto. Arquitectura e instrução - o projecto moderno do liceu 1836-1936, Edições D'ARQ - FCTUC, Coimbra, 2007

- ORDEM DOS ARQUITECTOS. Atlas de Lisboa, S.E., Lisboa, S.D.

- SALGADO, Manuel; LOURENÇO, Nuno. Atlas urbanístico de Lisboa, Argumentum, Lisboa, 2006

- SALGUEIRO, Teresa Barata. A cidade em Portugal. Uma geografia urbana, Edições Afrontamento, Porto, 1992

- TERTULIA, Edípica. Dicionário de sinónimos, Porto Editora, Porto; S.D.

- NÓVOA, António, SANTA-CLARA, Ana Teresa. Liceus de Portugal, Histórias, Arquivos Memórias, Edições ASA, Porto, 2003

- ALEGRE, Maria AlexandraNave, Arquitectura Escolar- Edifício Liceu em Portugal (1882-1978), FCG, Lisboa, 2012

- DISSERTAÇÕES, DOUTORAMENTO E OUTRAS PROVAS ACADÉMICAS:

- BRAGA, Milton Libertino de Almeida. Infra-estrutura e projecto urbano, Tese de Doutoramento, FA USP, São Paulo, 2006

- CAVACO, Cristina. Transmodernidade e experiência do espaço. Periferia e periferias na problemática da sociedade contemporânea, Dissertação de Mestrado, FA UTL, Lisboa, 2001

- FELICIANO, Ana. Habitação e utopia nos anos sessenta: as propostas do grupo Archigram no contexto de uma década de rupturas, Dissertação de Mestrado, FA UTL, Lisboa, 2001

- GÓIS, António Ribeiro. Plano urbano das Olaias, proposta para uma nova centralidade, Dissertação de Mestrado, IST-UTL, Lisboa, 2010

- LOUSA, António Manuel Portovedo. Object-city, Tese de Doutoramento, FCTUC-D'ARQ, Coimbra, 2009

- MONIZ, Gonçalo Esteves Canto. O ensino moderno da arquitectura, a reforma de 57 e as escolas de belas artes de Portugal, vol 1, Tese de Doutoramento, FCTUC-D'ARQ, Coimbra, 2011

- VILAÇA, Francisco. Descontinuidades urbanas, Lisboa: estudo para uma estratégia de mudança, Dissertação de mestrado, IST-UTL, Lisboa, 2008

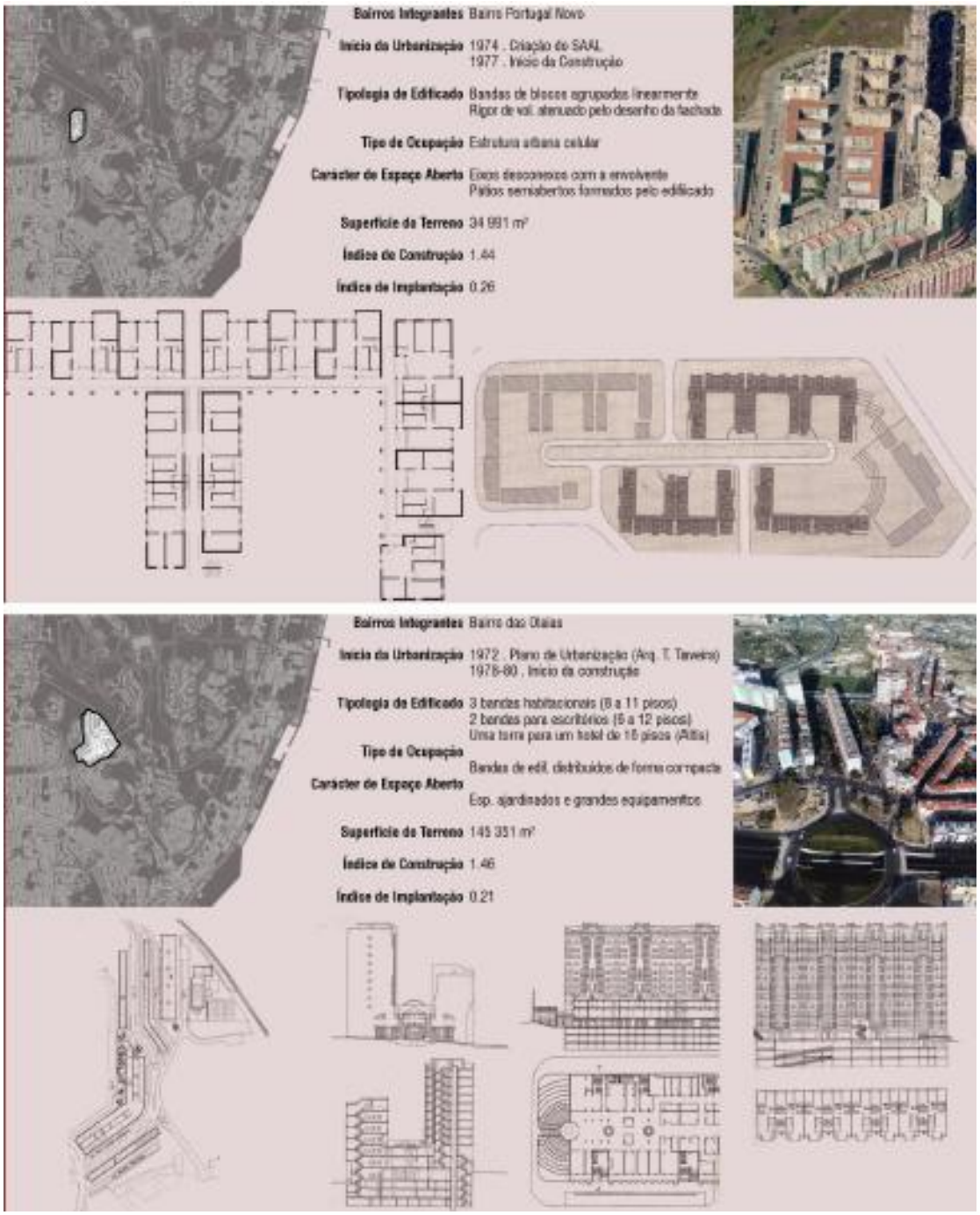
- SILVA, Luís Cristino, Liceus Modernos, Tese de Doutoramento, FA-UTL

DOCUMENTOS ELETRÓNICOS

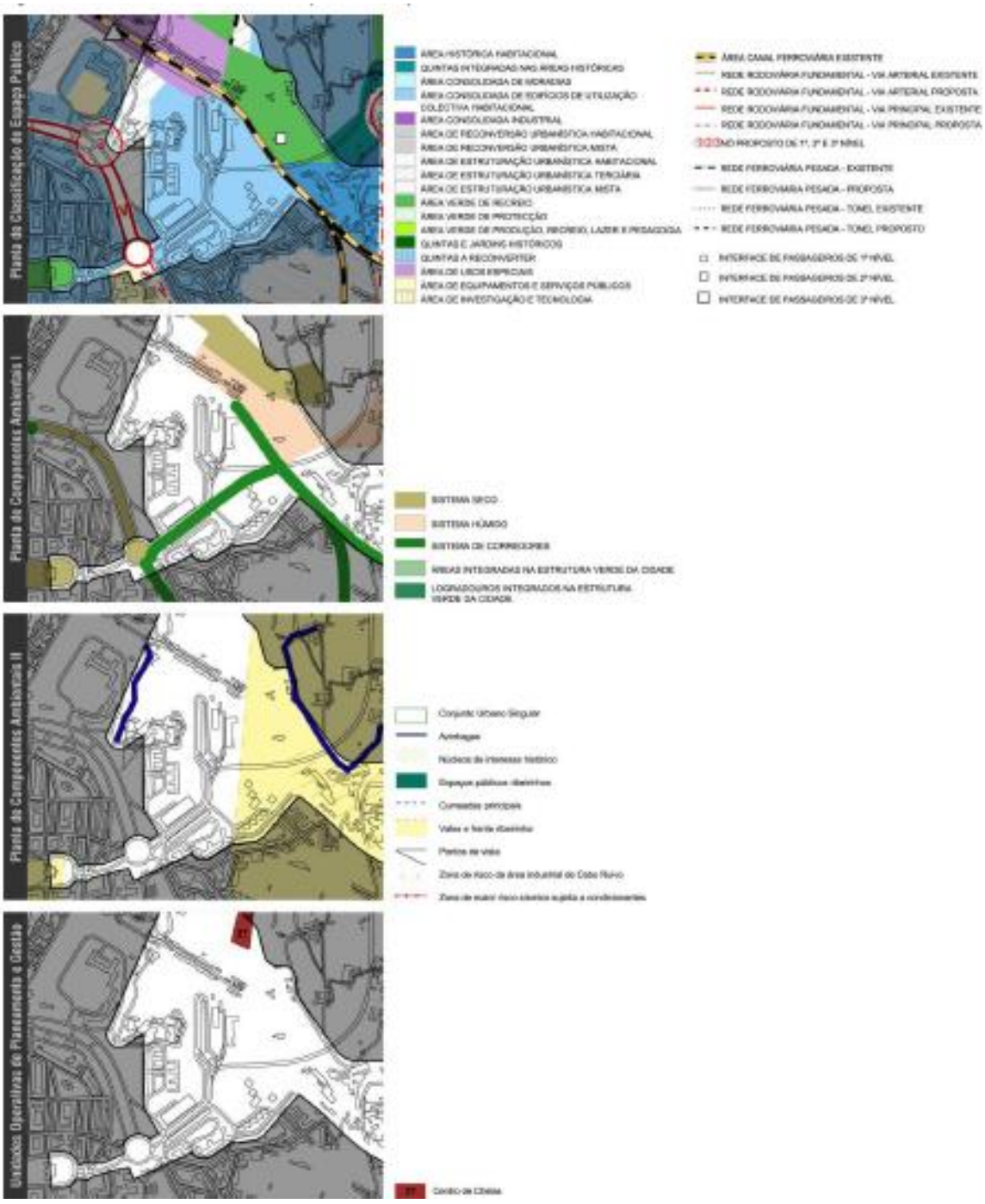
http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/default.asp?s=12079

http://www.igespar.pt/

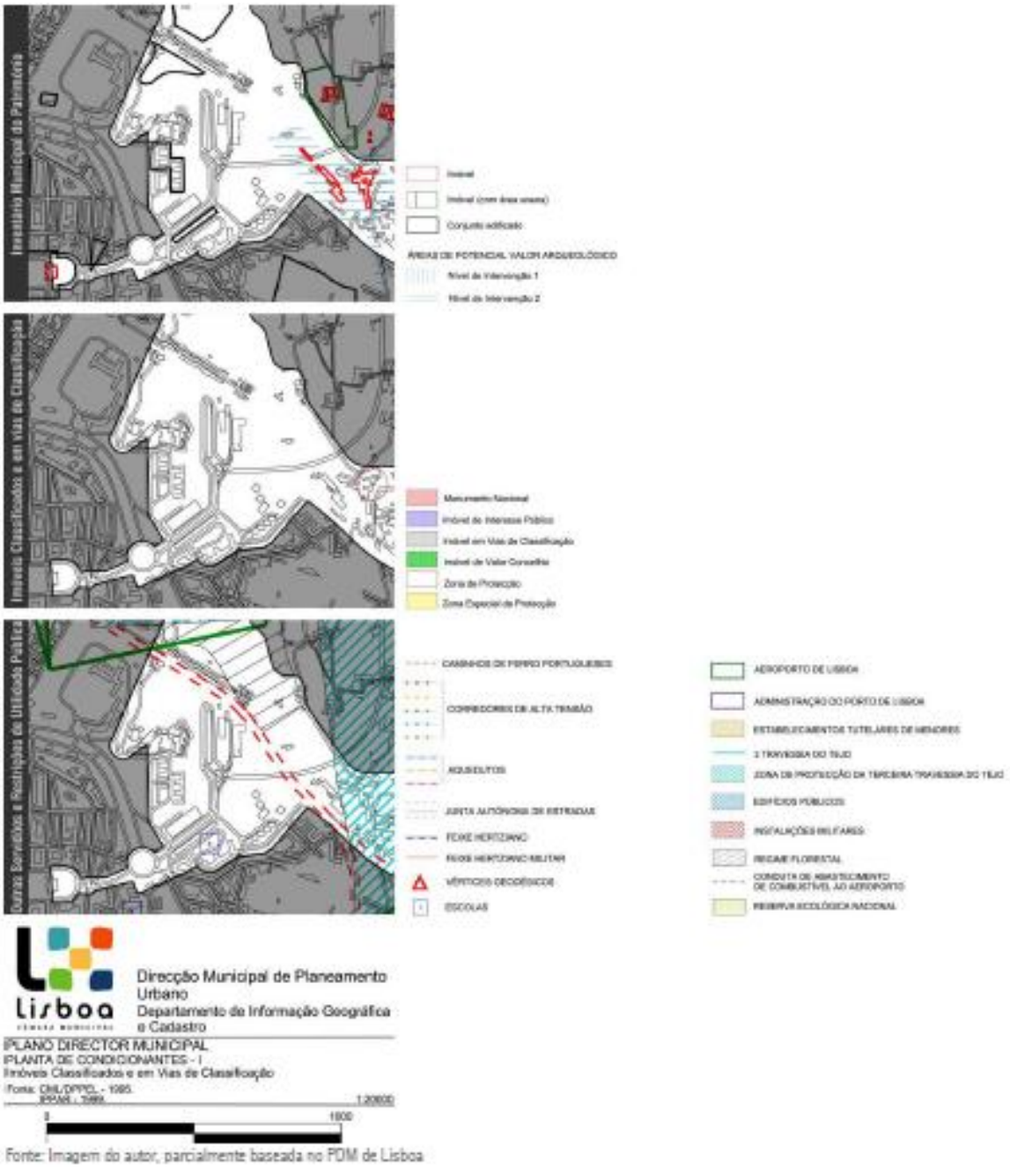
ANEXOS



[Fig. 01] Caracterização do território envolvente a AIP: bairro Portugal Novo (Quinta do Bacalhau/ Monte Coxo) e Olaias. (Imagem baseada no Atlas Urbanístico de Lisboa (salgado e Lourenço, 2006))

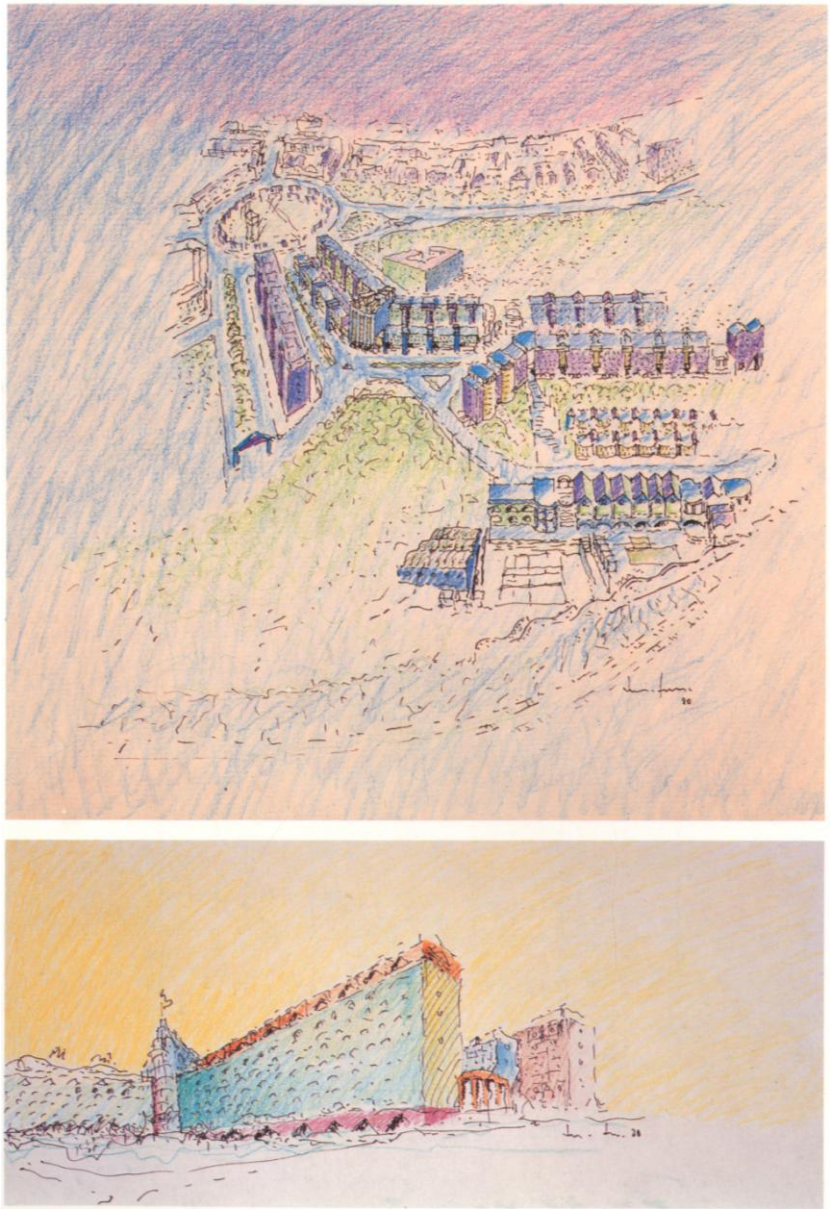


[Fig. 02] Plantas do plano Director Municipal de lisboa para a AIP. (Imagens parcialmente baseada no PDM de Lisboa)



Fonte: Imagem do autor, parcialmente baseada no PDM de Lisboa

[Fig. 03] Plantas do plano Director Municipal de lisboa



[Fig. 04] Estudo do lugar, e entrada principal do centro comercial.



[Fig. 05] Bloco detalhe do topo e entrada de sudeste



[Fig. 06] elevador e entrada principal do centro comercial



ABOVE: RAINBOW HOUSING BLOCK AND SHOPPING MALL MAIN ENTRANCE; *BELOW*: SITE PLAN

[Fig. 07] Centro comercial entrada principal. Plano do sitio.



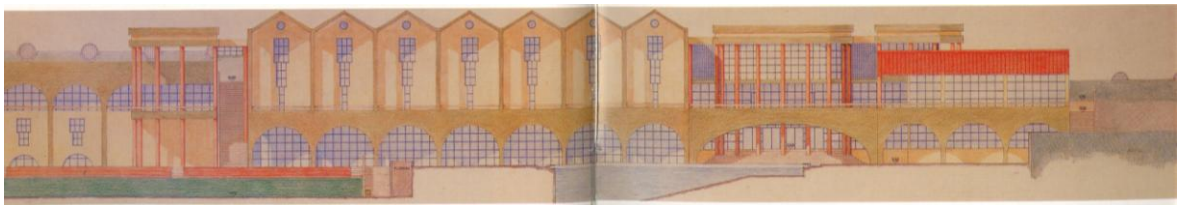


[Fig. 08] Bloco vista de este e bloco vista de sudeste.

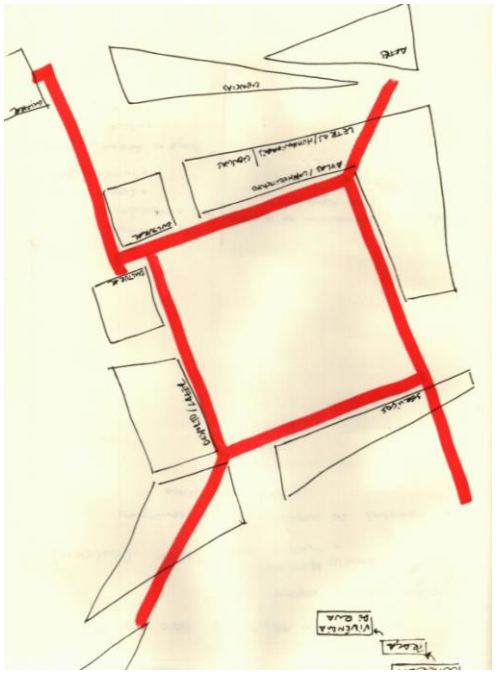


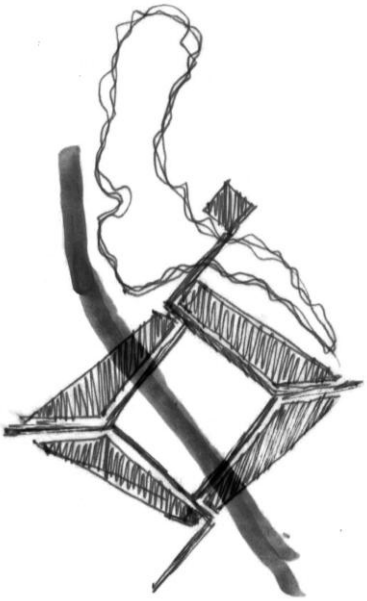


[Fig. 09 e 10] Clube Olaias Court de Ténis Ginásio e Edifício Piscina.

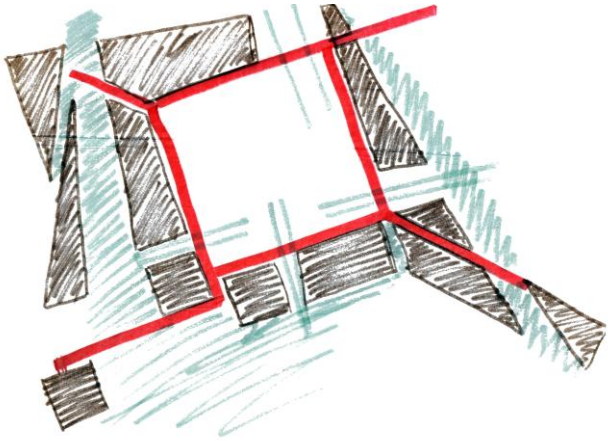


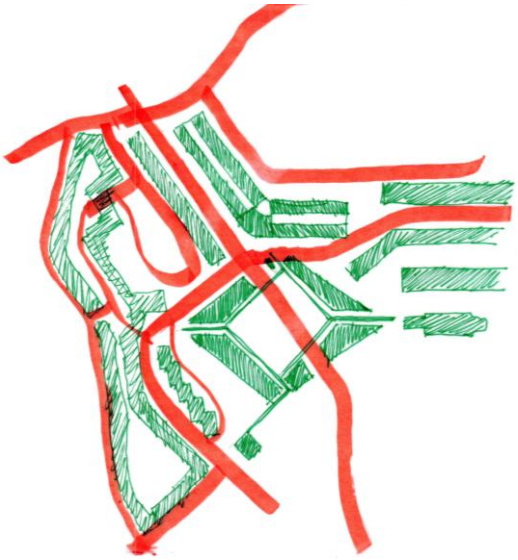
[Fig. 11] Estudo da Cor das Fachadas

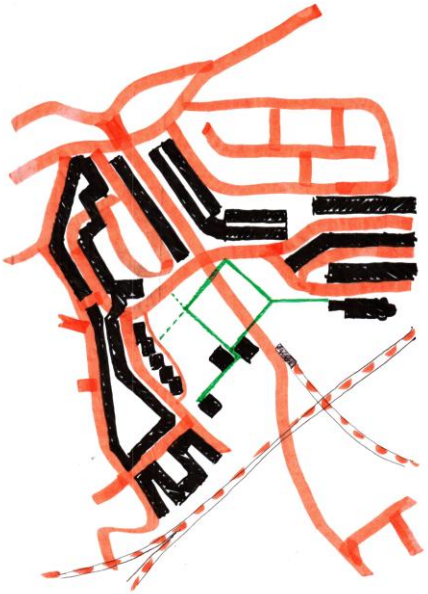


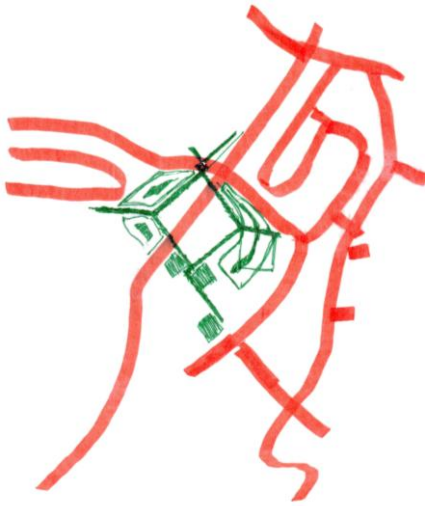


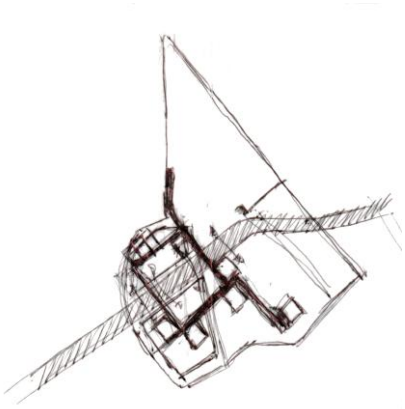


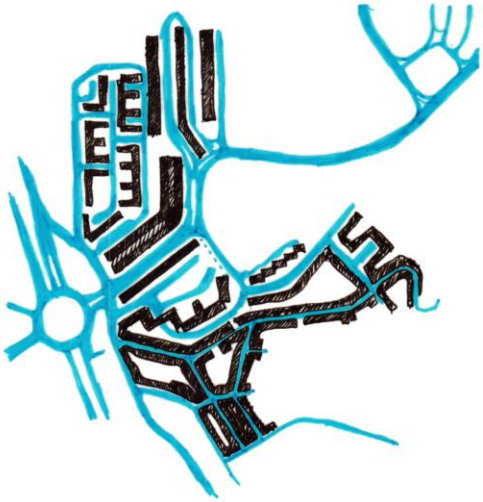


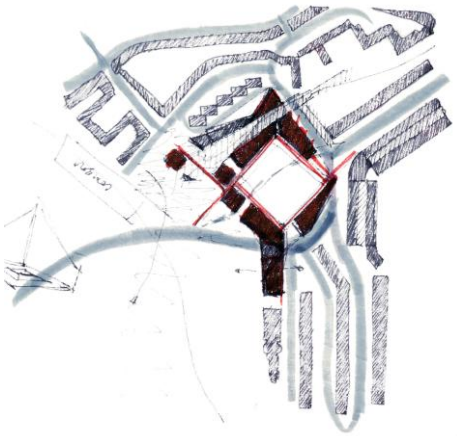






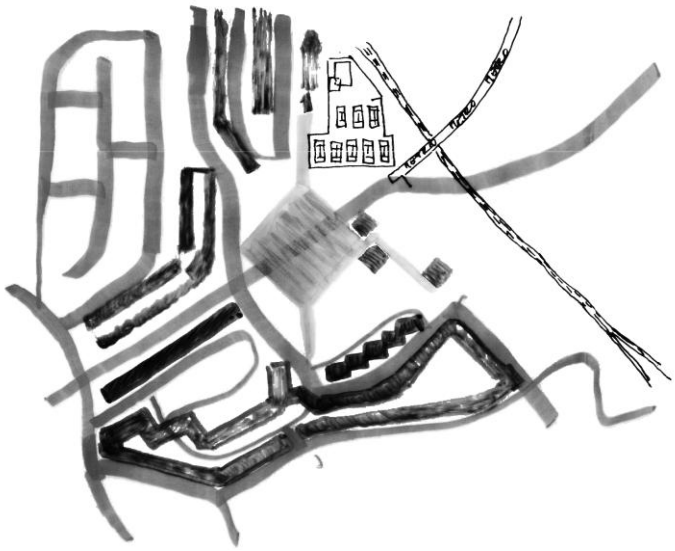


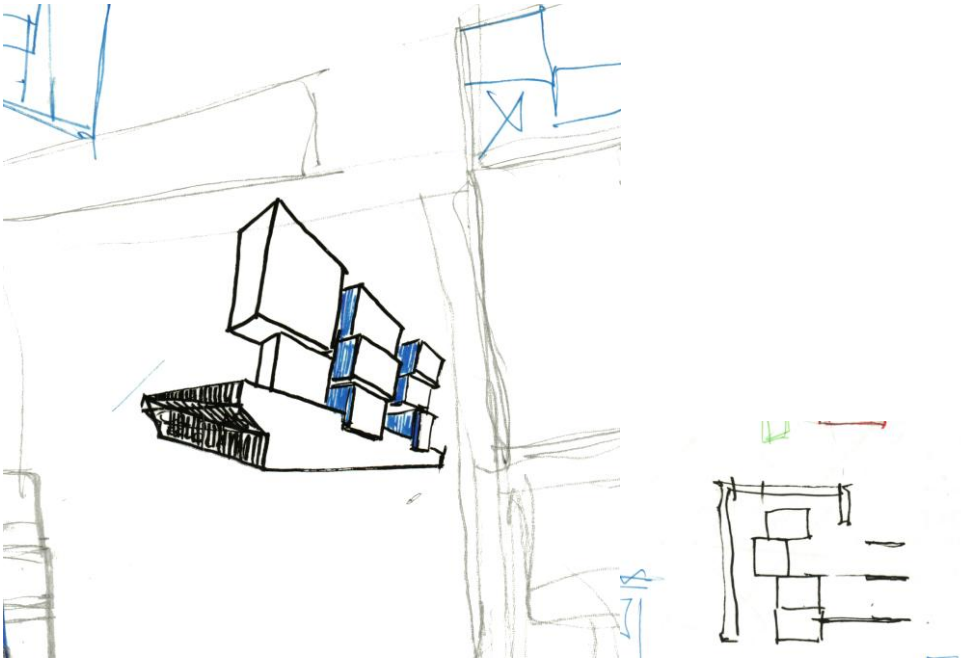


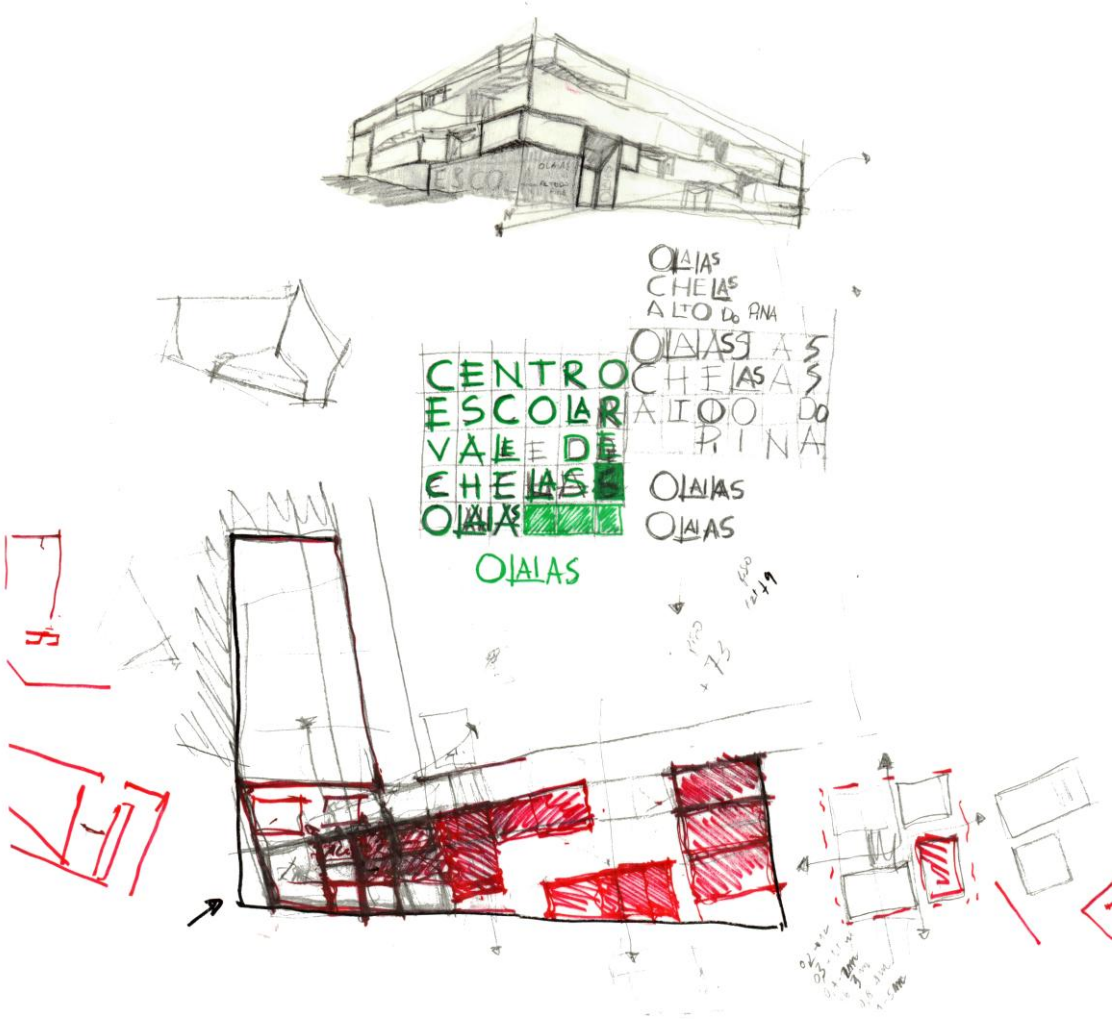


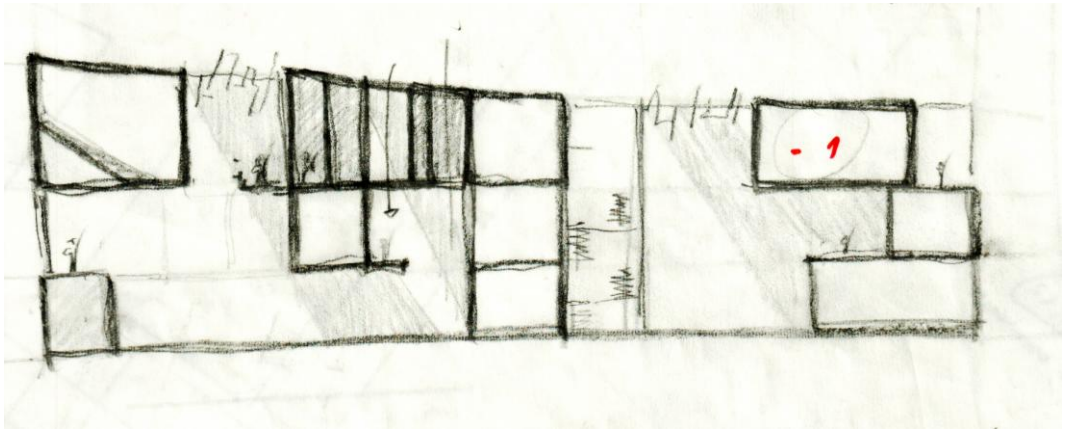


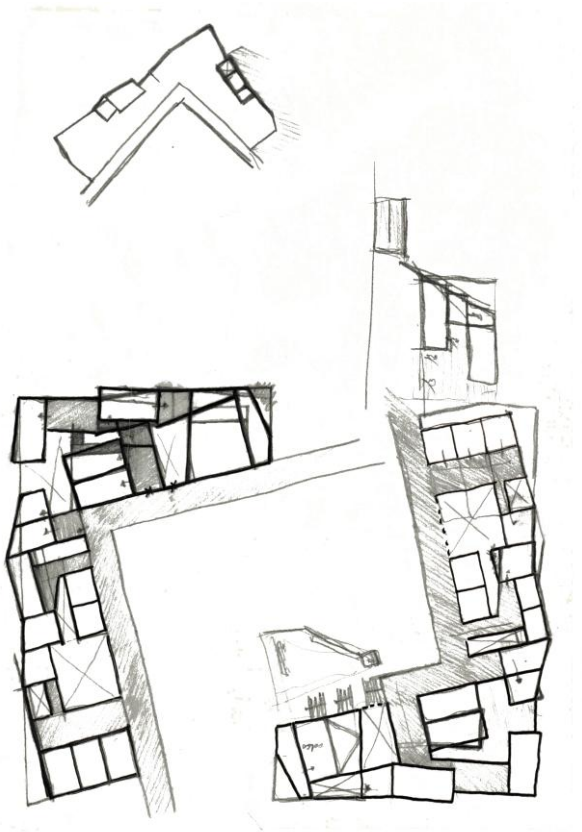

ESTADIO

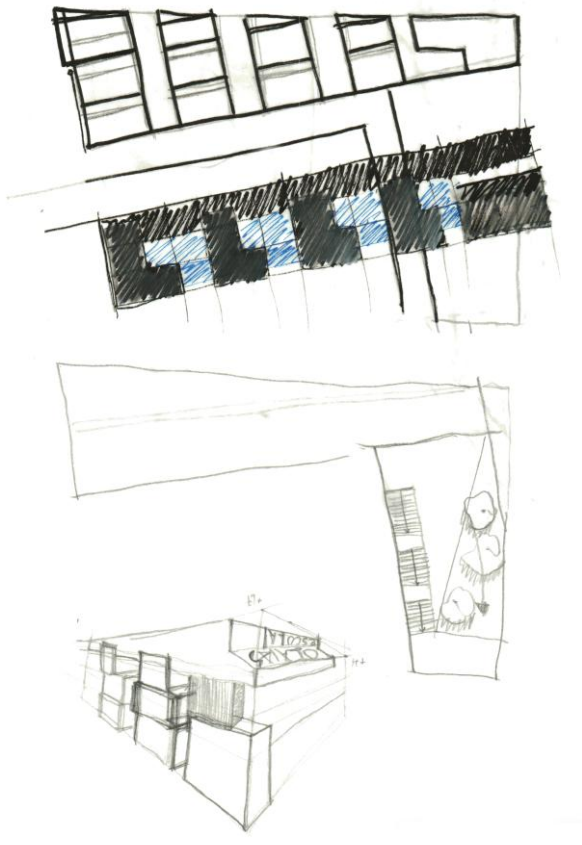


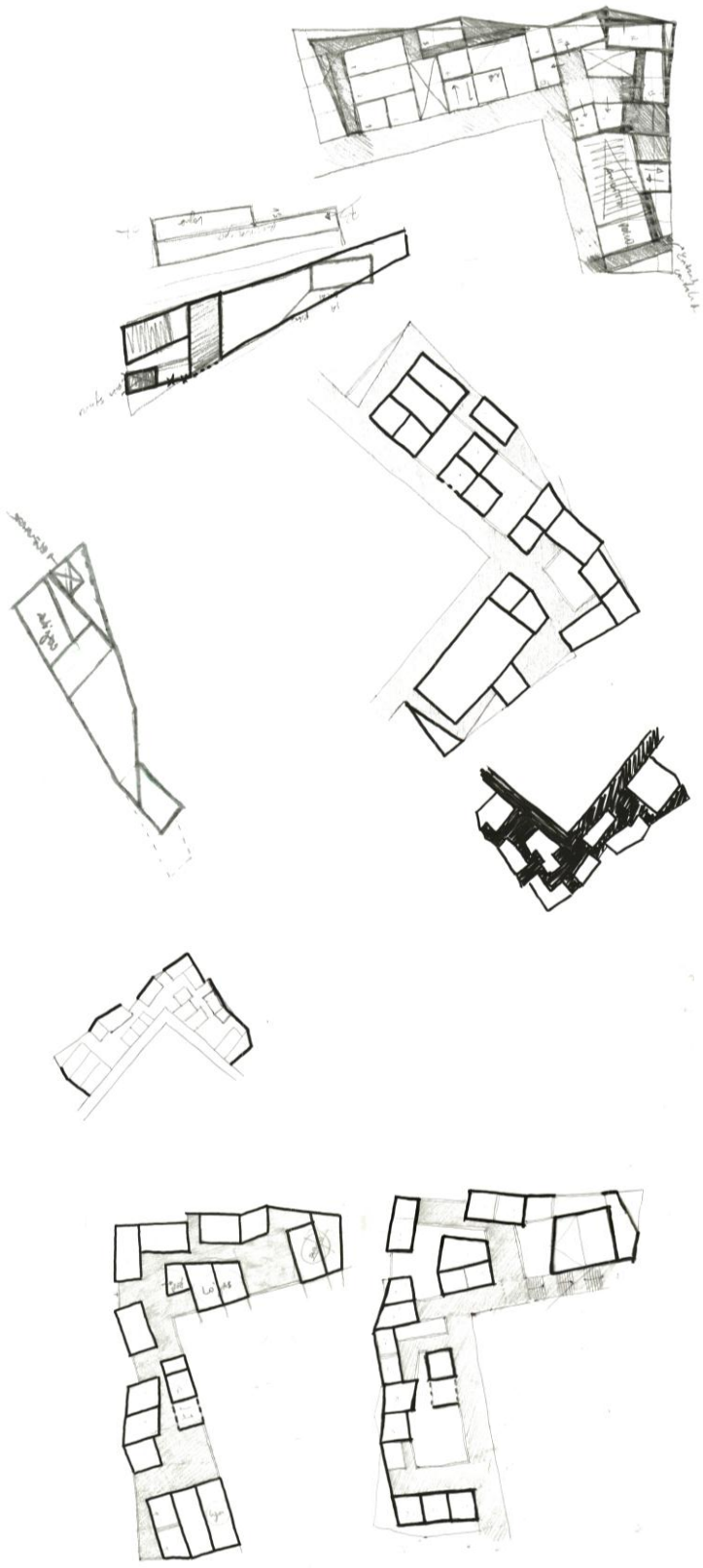


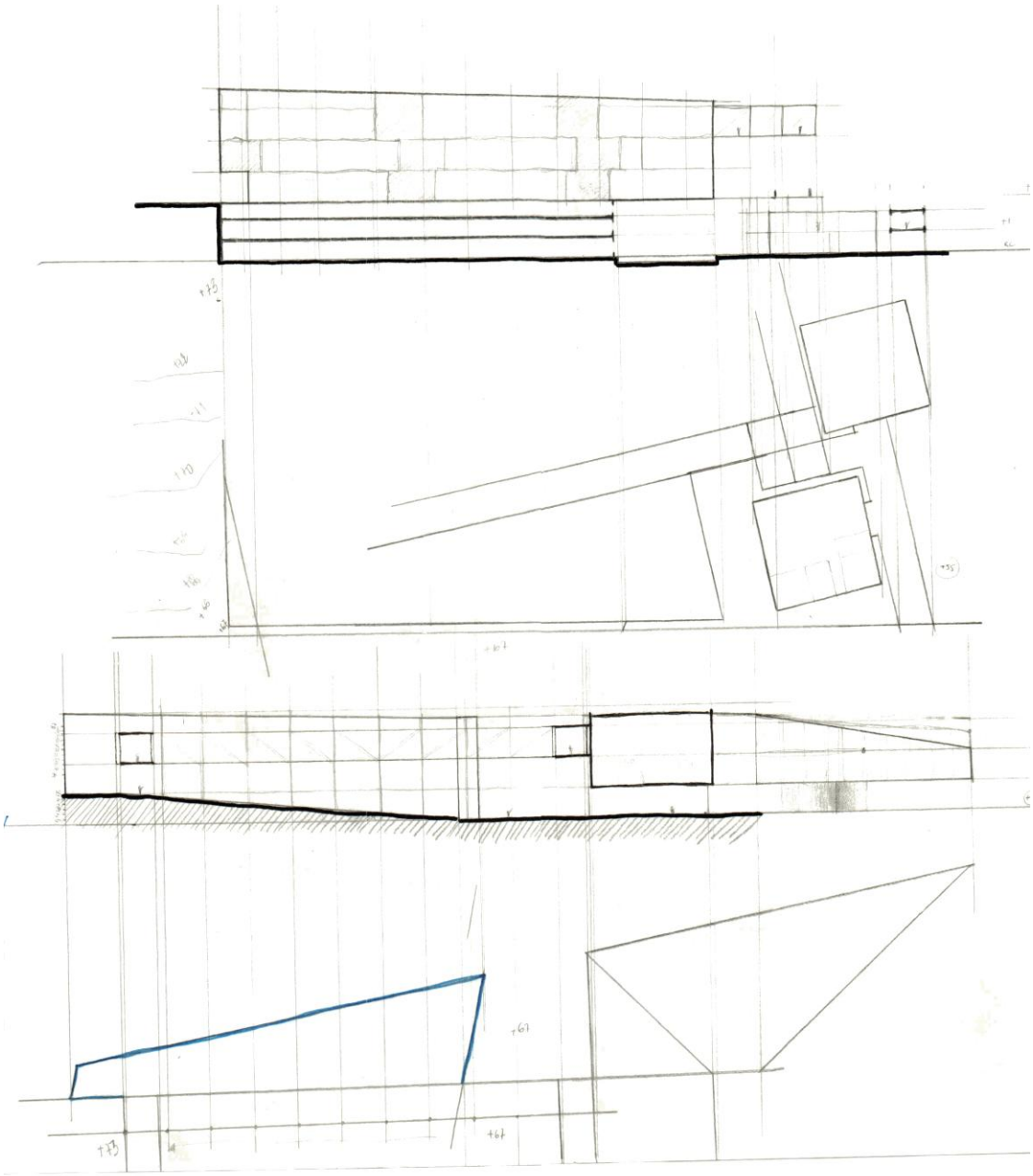

CENTRO
ESCOLAR
VALE DE
CHELAS
OLAIAS
OLAIAS
OLAIAS
OLAIAS

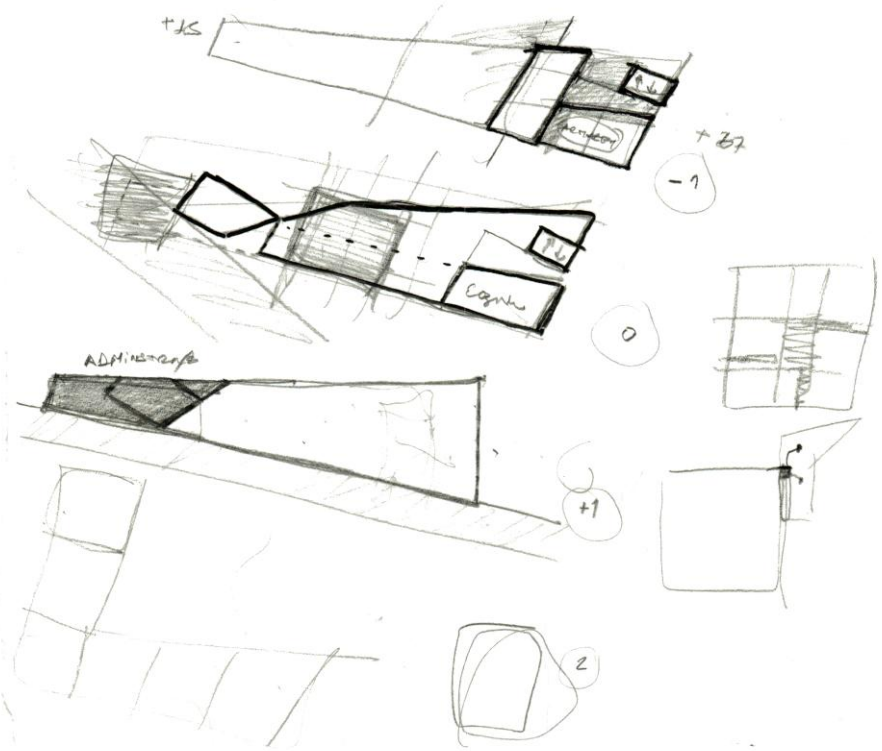

-1

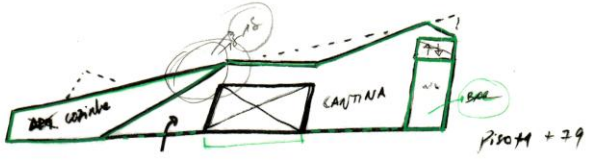


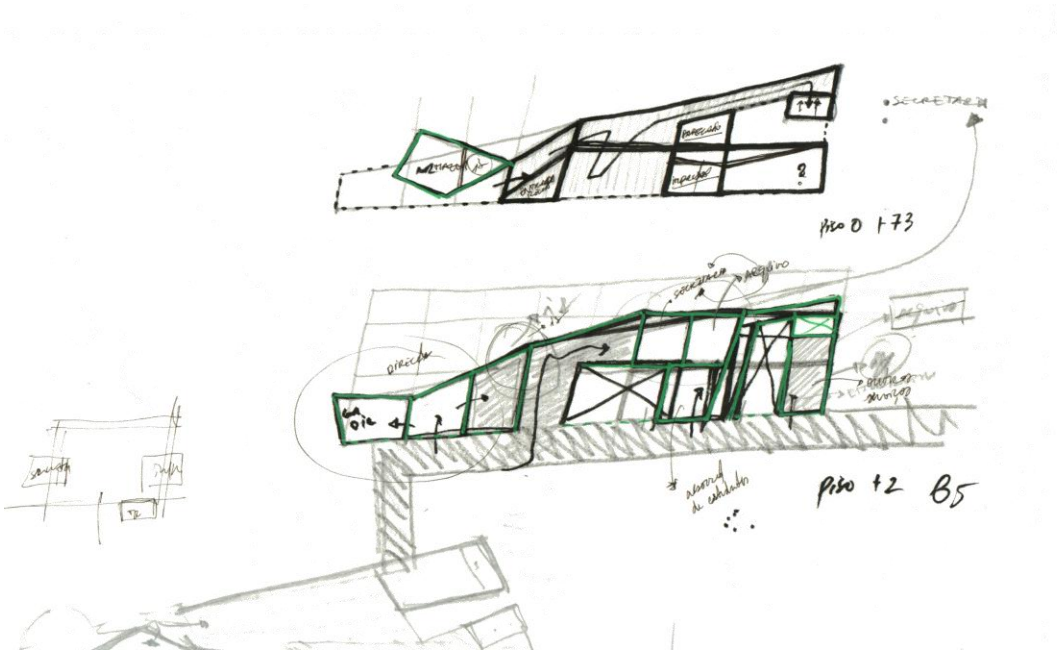


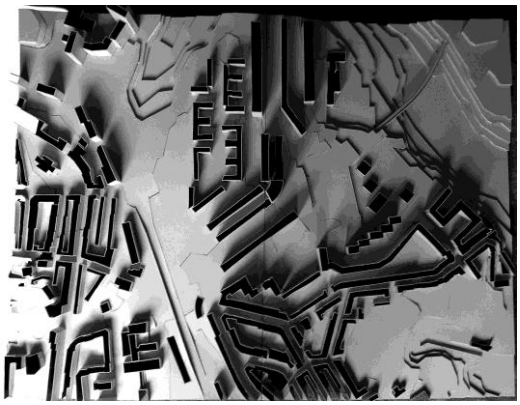
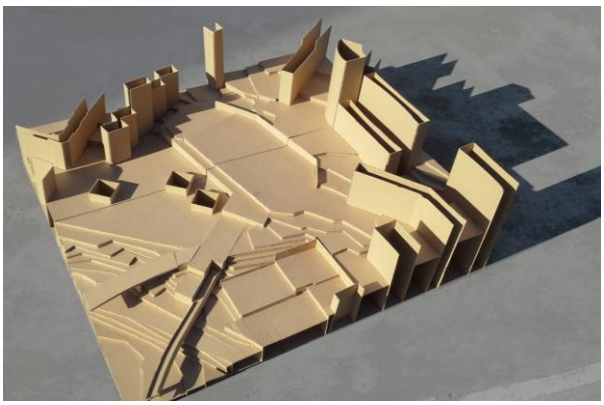
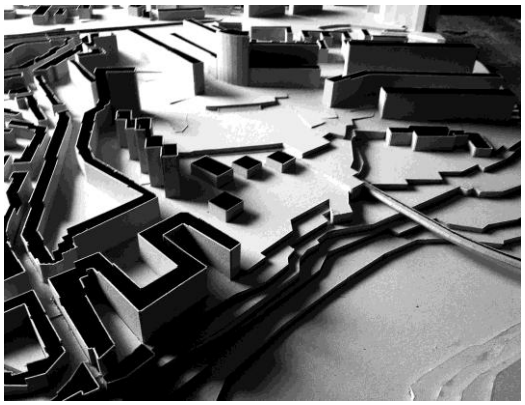
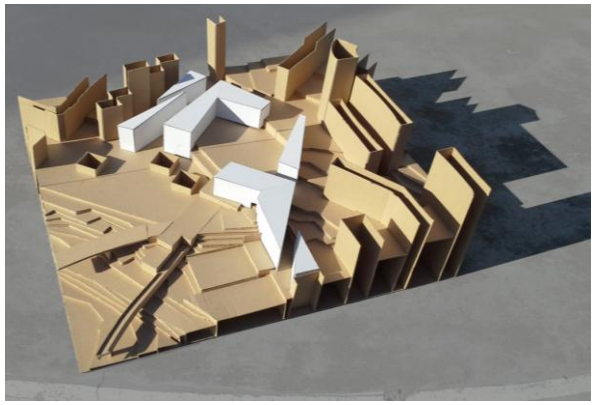


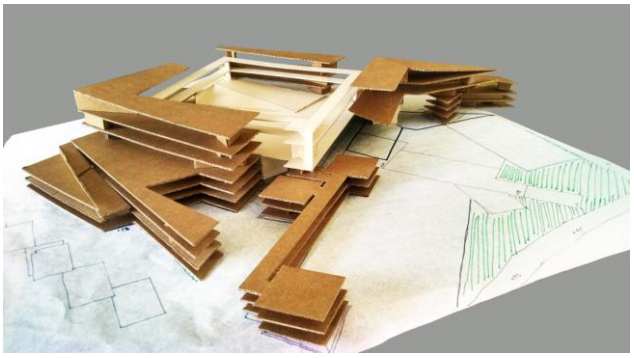
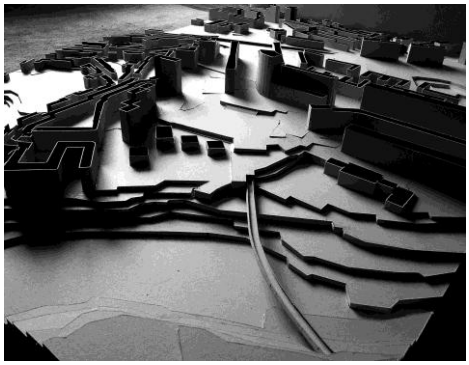
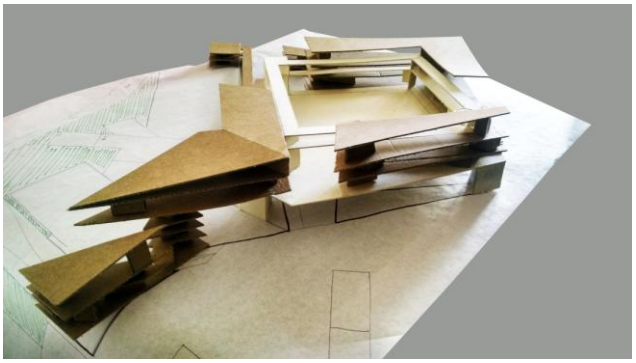


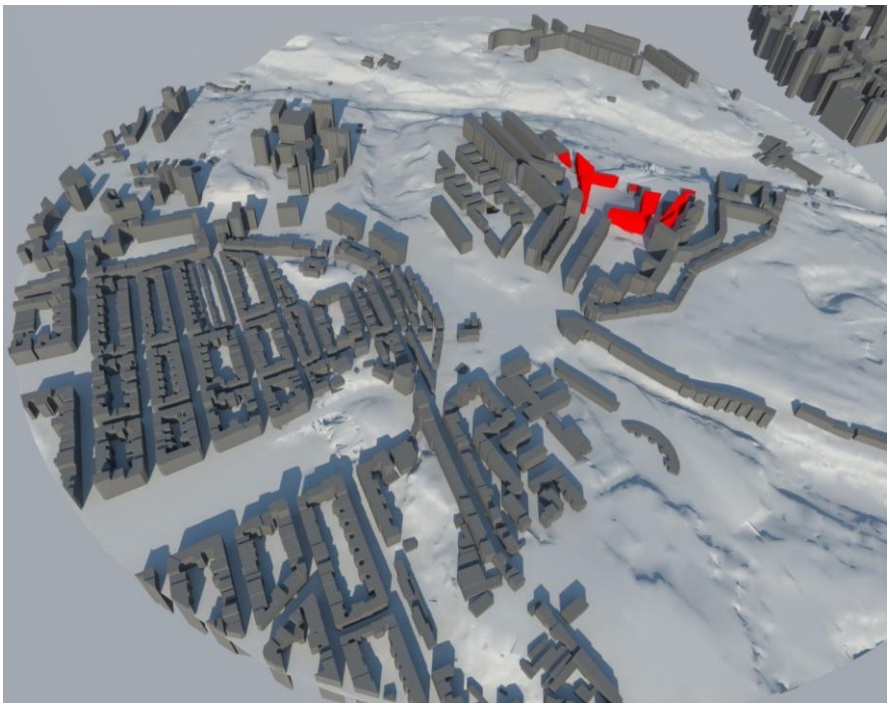

+15
+7
-1
0
+1
2


cozinha
CANTINA
BAR
Piso 1 +9

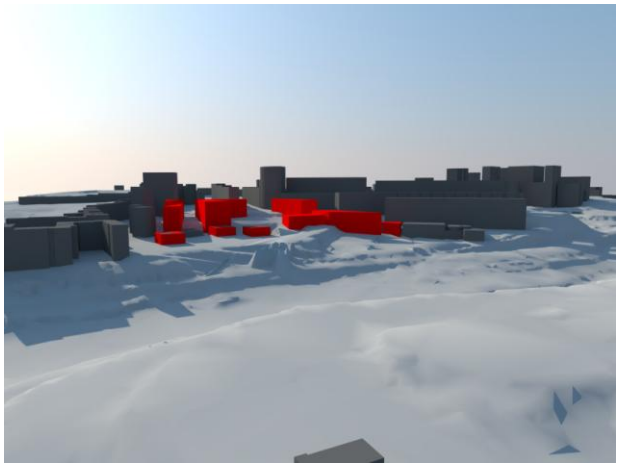

SECRETARIA
Piso 0 +3
Piso +2 B5

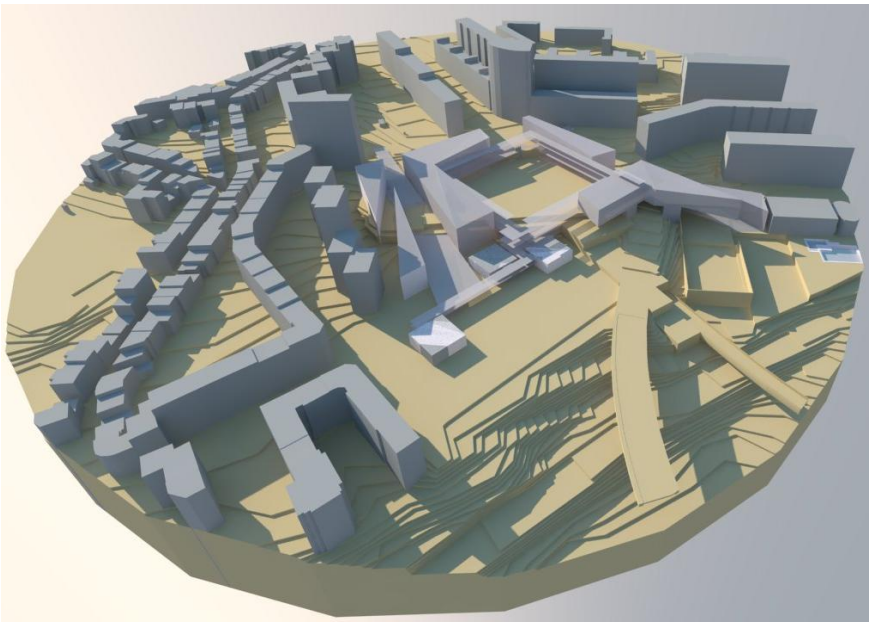





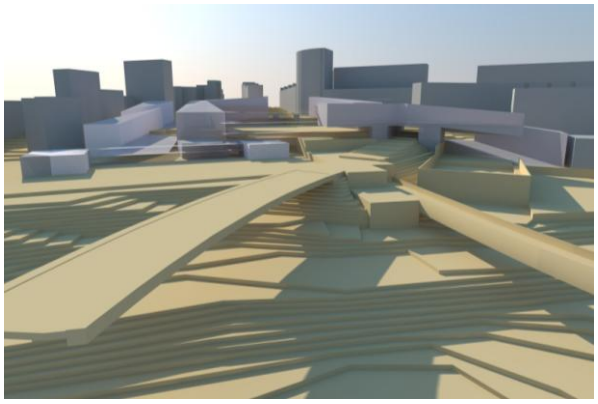




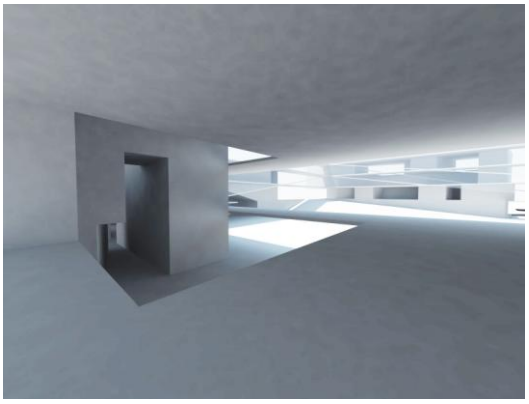


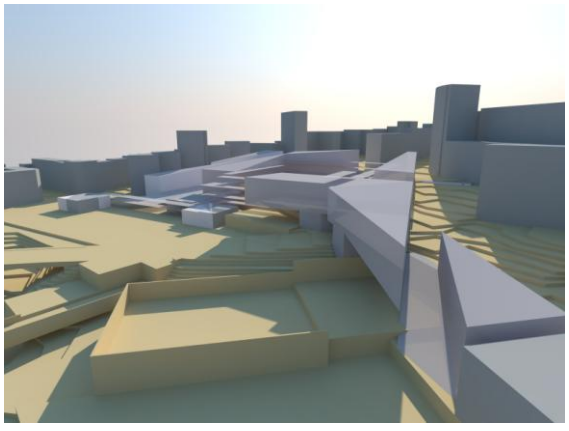


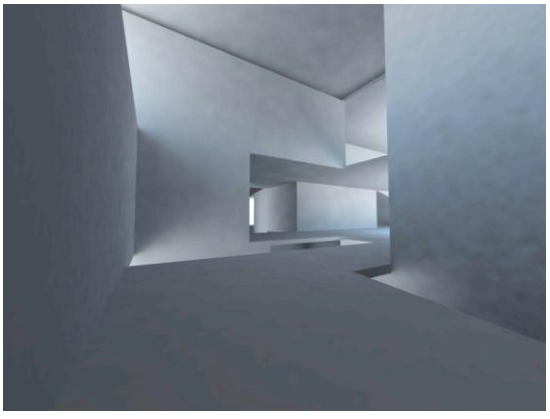




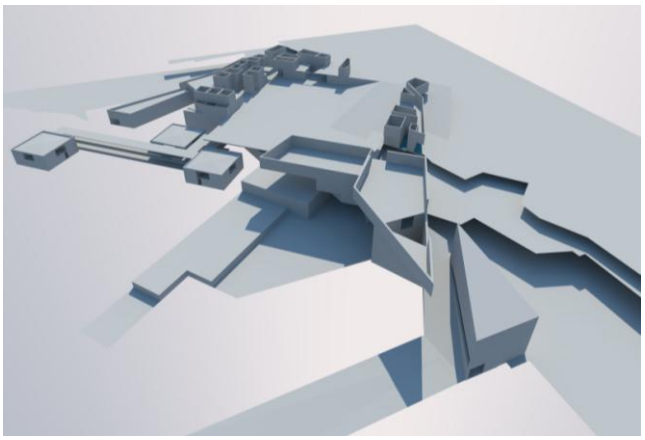


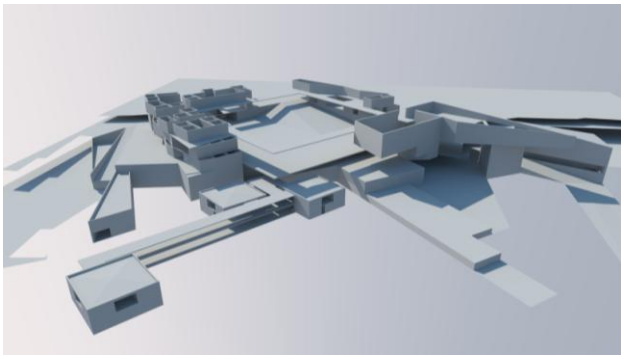


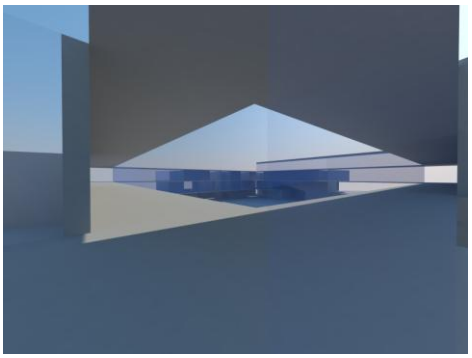


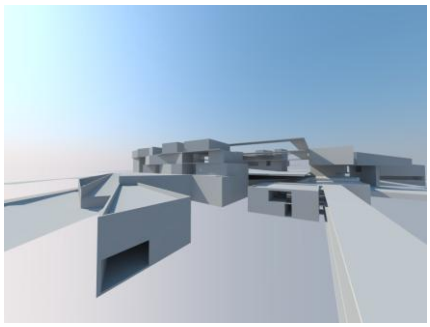


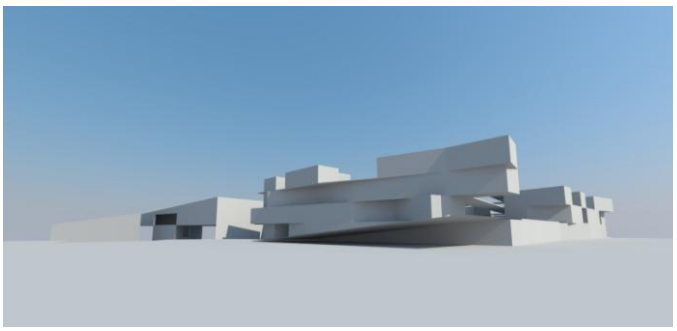


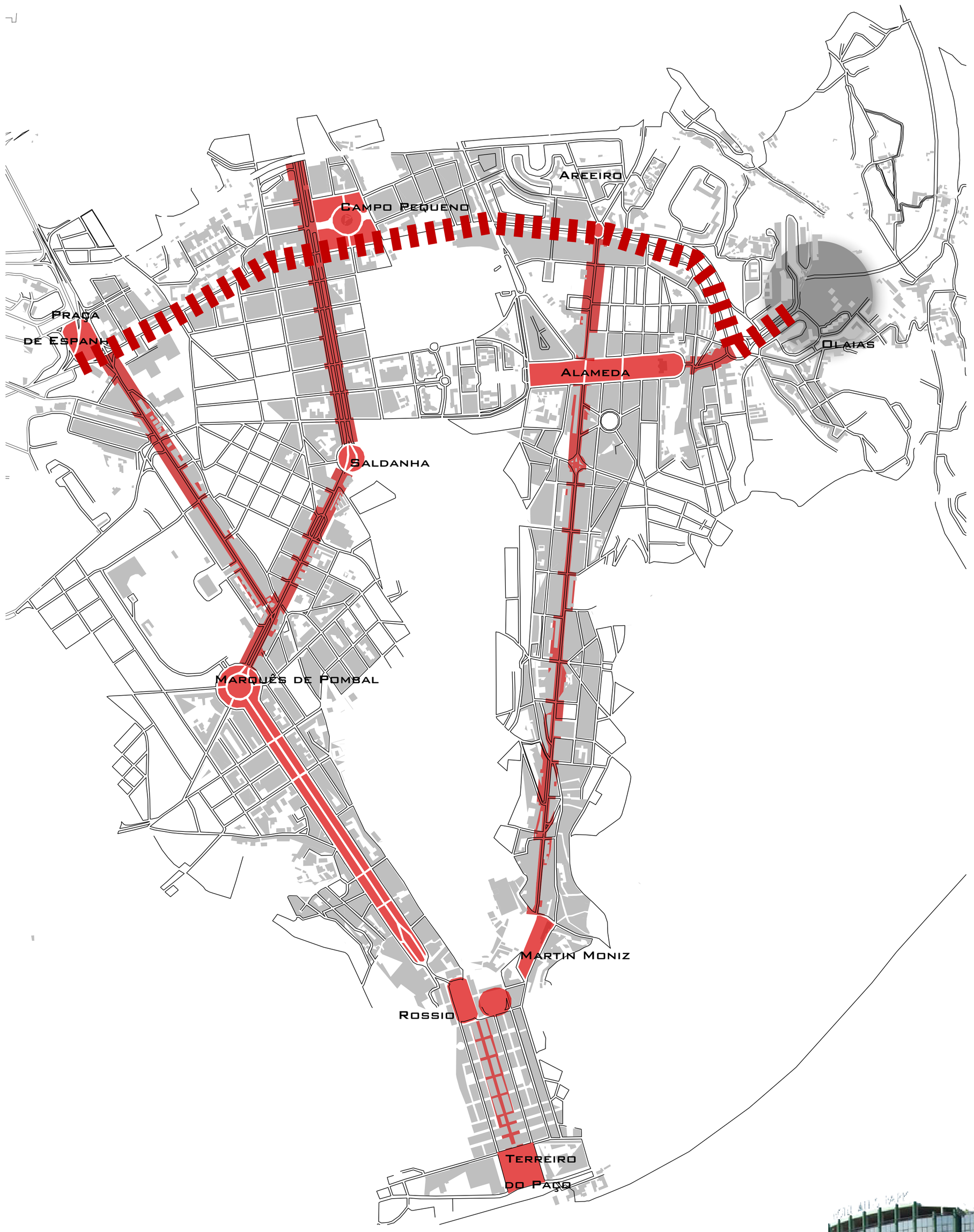


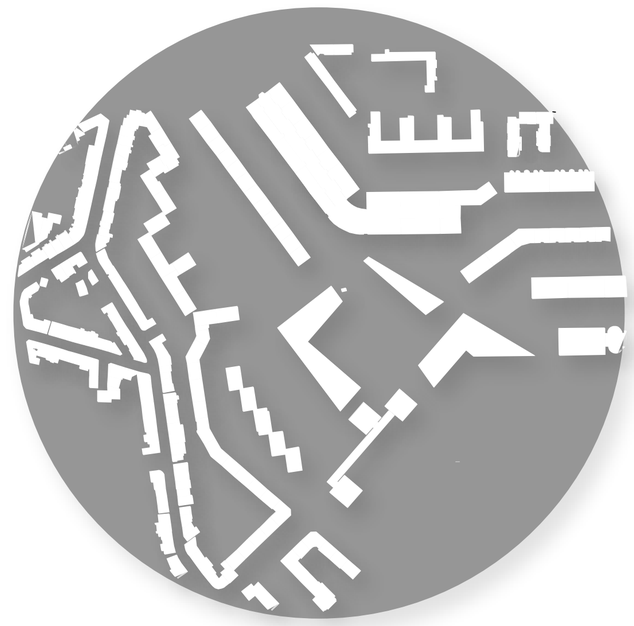












OLAIAS A ESCOLA

COMO ELEMENTO DE REGENERAÇÃO URBANA

A cidade que hoje herdamos e habitamos, não é mais que uma grande "manta de retalhos". Pedaços fragmentados de território de maior ou menor dimensão, de diferentes estratos temporais, distintos na sua forma, pois o seu traçado segue diversas correntes ideológicas. É uma cidade muitas vezes "elitista", o que cria desequilíbrios urbanos e sociais, segregando diferentes tipos de bairros, alguns ditos económicos; socias; informais (...), por vezes até pouco seguros dada a sua grande diversidade cultural, sendo este, também o seu maior capital.

Em muitos destes casos,
a responsabilidade social é respondida através da instituição ESCOLA. A escolarização das populações sempre foi o "trunfo" para uma sociedade mais capacitada e promissora. Se o homem é capaz de erguer tamanha estrutura, à escola o deve. Uma boa rede de escolas sempre foi a prioridade das civilizações que procuram ser desenvolvidas.

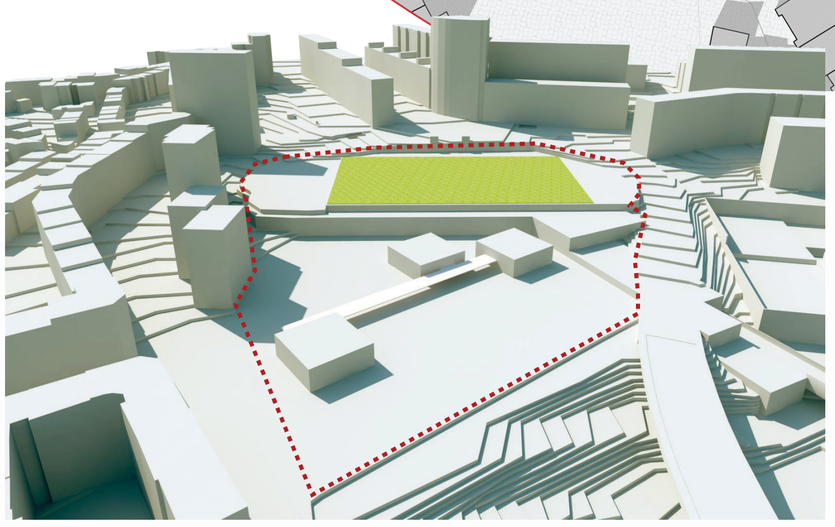
O bairro das Olaias apresenta-se como um território de limite, entre a cidade consolidada e a cidade dispersa, daí a sua fragilidade em se conectar com a cidade convencional, aqui a escola assume um papel primordial, acreditando no seu valor urbano e social que sintetiza, suportada pela ideia do OBJECT-CTIY, creio capaz de regenerar este pedaço território, sustentando assim, a criação de um centro com caracter agregador e, uma maior coesão urbana da cidade de Lisboa.



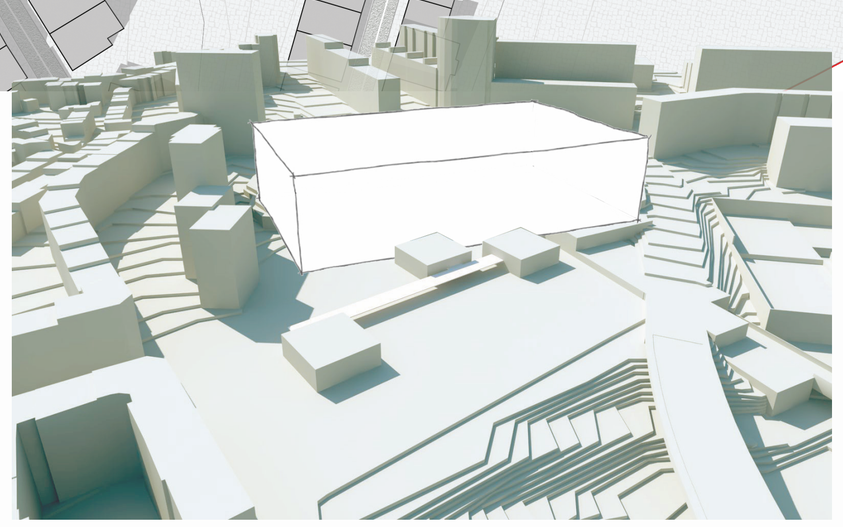
OLAIAS A ESCOLA

COMO ELEMENTO DE REGENERAÇÃO URBANA

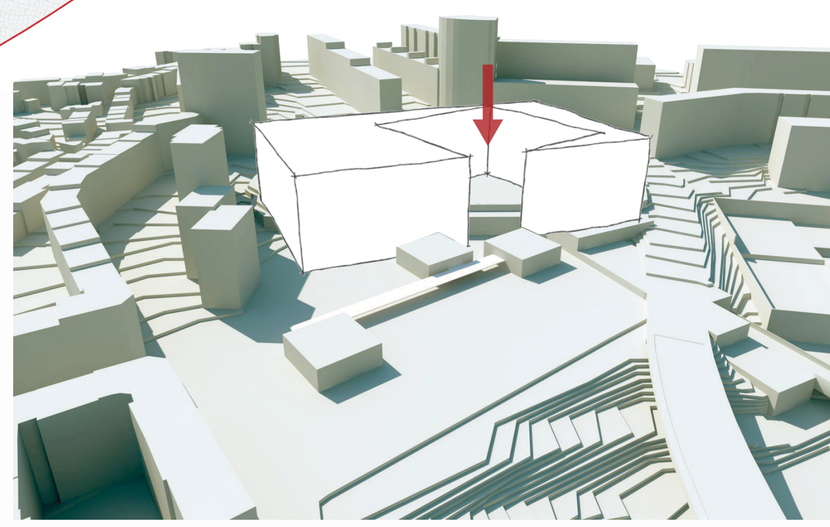
Planta de implantação
escala 1| 1000



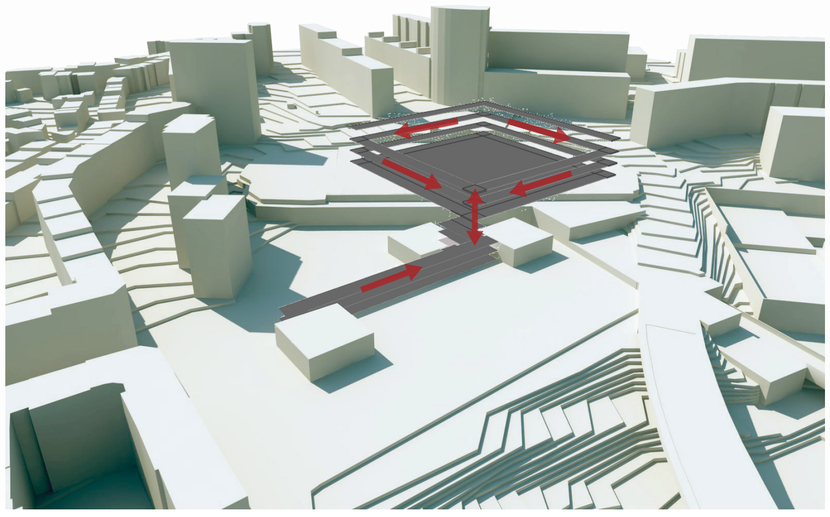
ÁREA DE INTERVEÇÃO



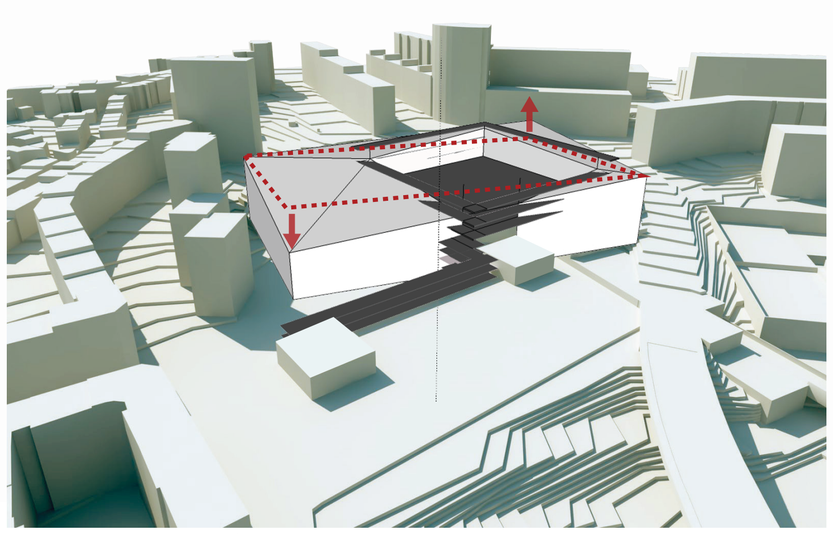
VOLUMETRIA



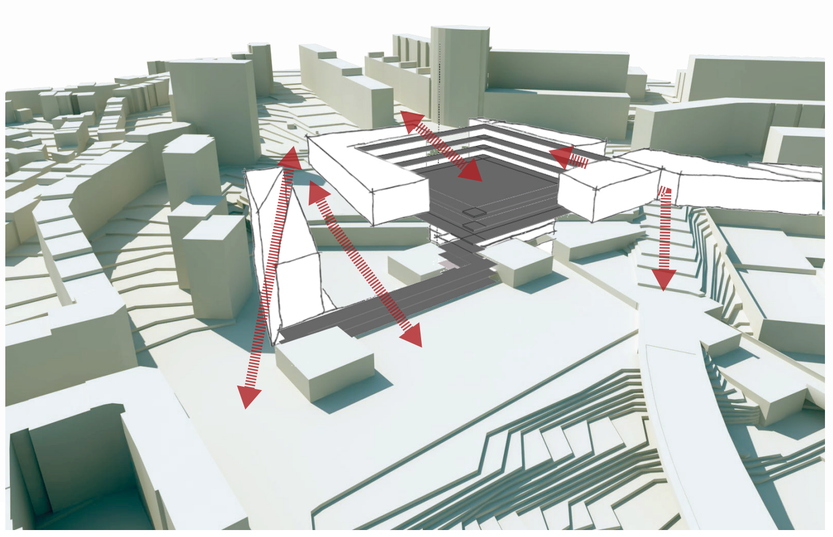
ESPAÇO VAZIO - PRAÇA



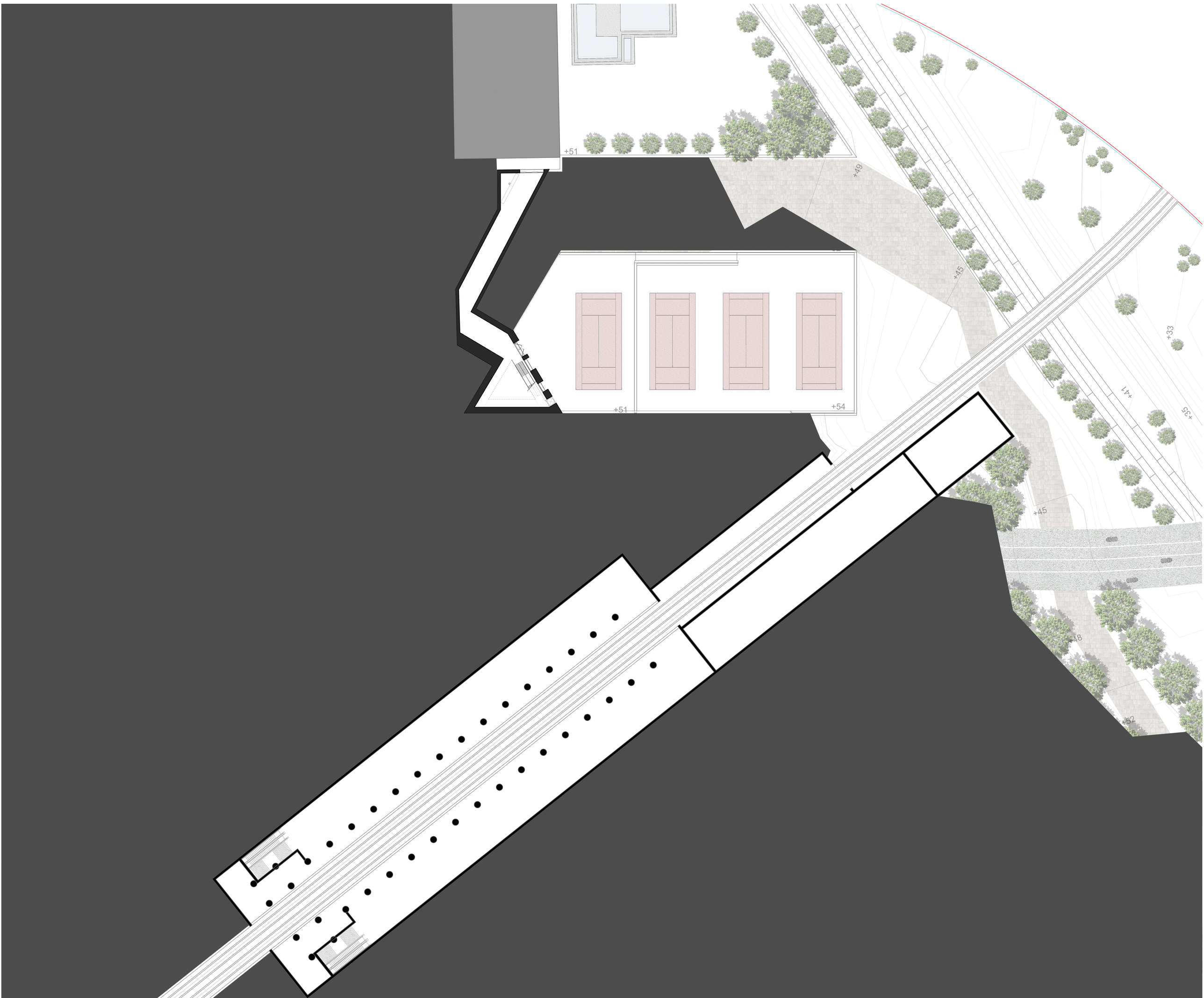
CIRCULAÇÃO

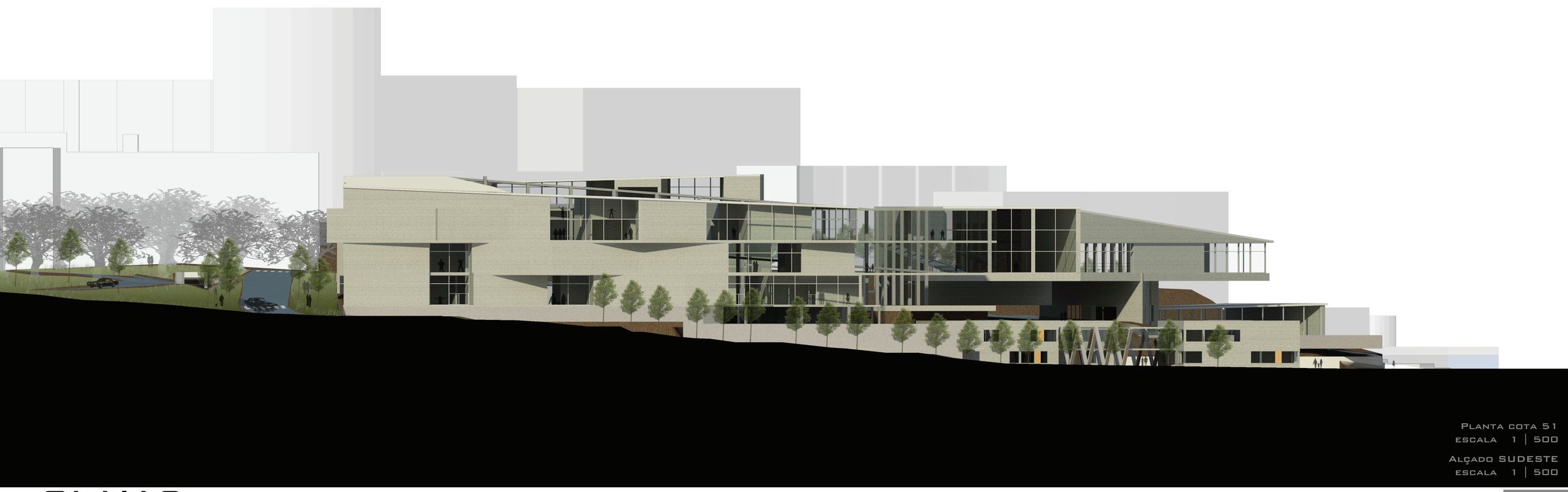


ALINHAMENTO DE CÉRCIAS



LINHAS DE FORÇA





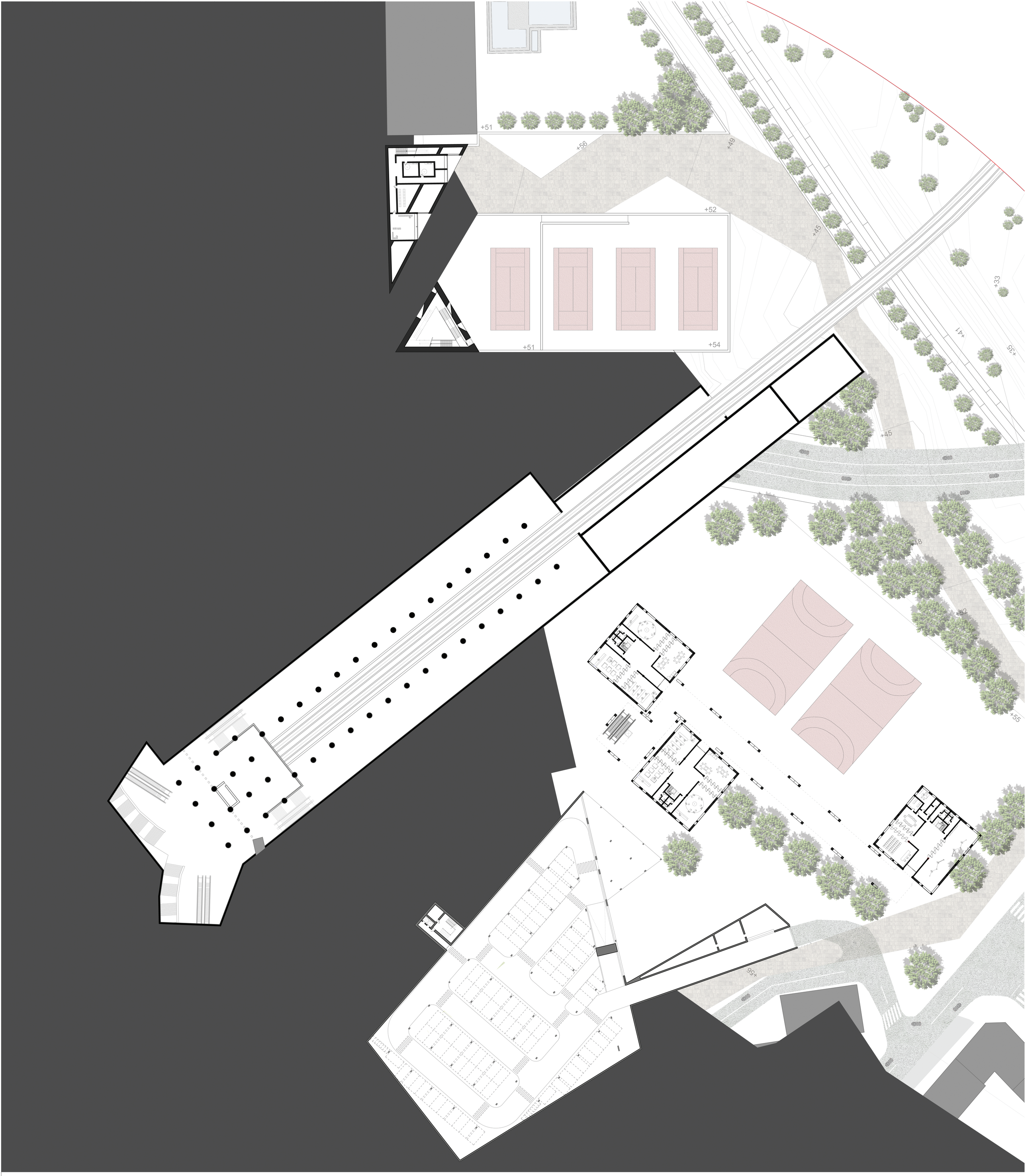
Planta cota 51
escala 1 | 500

Alçado SUDESTE
escala 1 | 500

OLAIAS

A ESCOLA como elemento de regeneração urbana

JOÃO PEDRO MARQUES CHAVES
UNIVERSIDADE DE LISBOA FACULDADE DE ARQUITECTURA

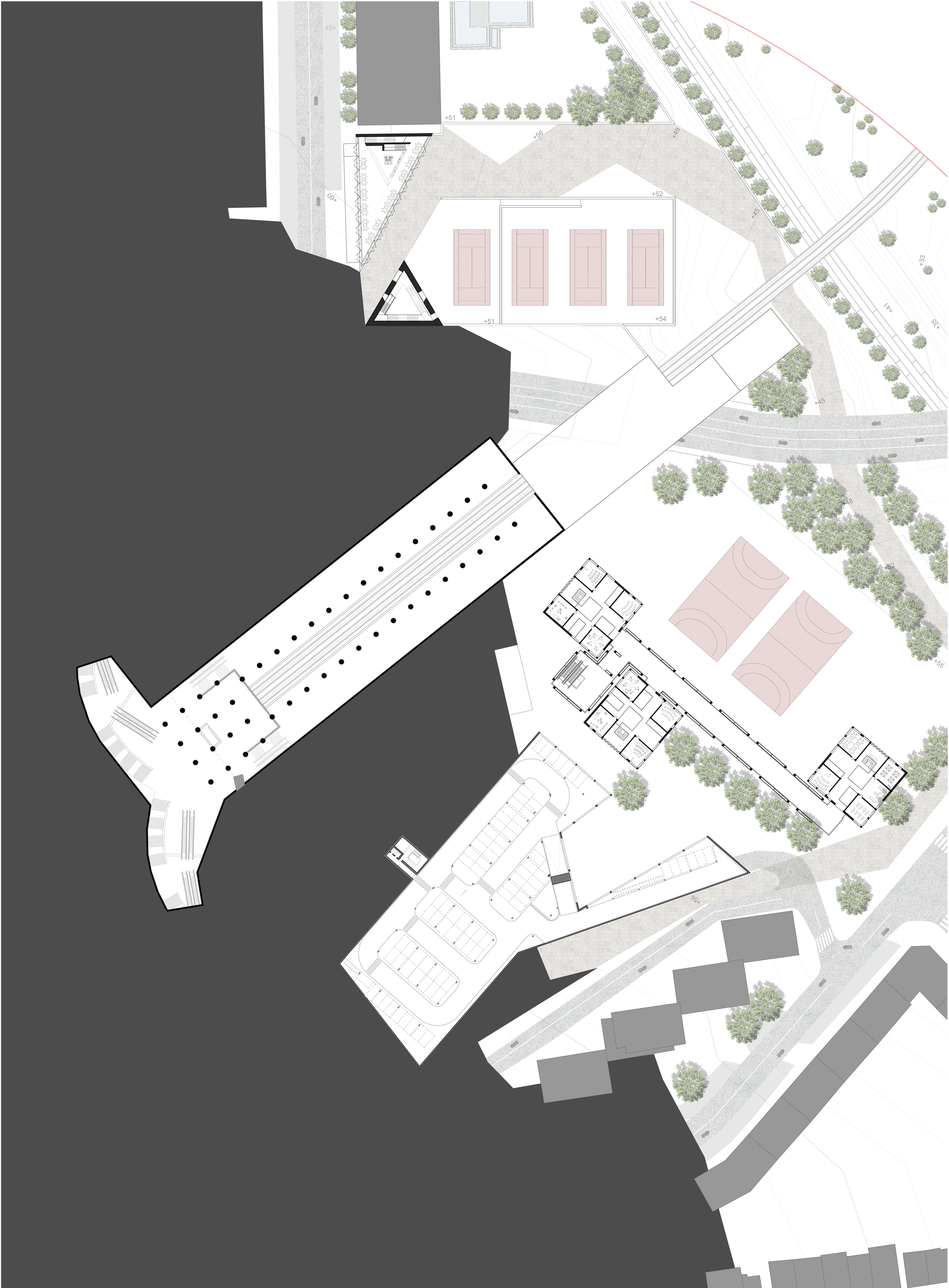


Planta cota 55
escala 1 | 500
Alçado sudoeste
escala 1 | 500

OLAIAS

A ESCOLA como elemento de regeneração urbana

JOÃO PEDRO MARQUES CHAVES
UNIVERSIDADE DE LISBOA FACULDADE DE ARQUITECTURA



OLAIAS

A ESCOLA COMO ELEMENTO DE REGENERAÇÃO URBANA

JOÃO PEDRO MARQUES CHAVES
UNIVERSIDADE DE LISBOA FACULDADE DE ARQUITECTURA

PLANTA COTA 59
ESCALA 1 | 500

Planta cota 63
escala 1 | 500

OLAIAS

A ESCOLA como elemento de regeneração urbana

JOÃO PEDRO MARQUES CHAVES
UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE ARQUITECTURA

Planta cota 67
escala 1 | 500

OLAIAS

A ESCOLA como elemento de regeneração urbana

JOÃO PEDRO MARQUES CHAVES

OLAIAS

A ESCOLA COMO ELEMENTO DE REGENERAÇÃO URBANA

JOÃO PEDRO MARQUES CHAVES

UNIVERSIDADE DE LISBOA FACULDADE DE ARQUITECTURA

PLANTA COTA 73
ESCALA 1 | 500

PLANTA COTA 79
ESCALA 1 | 500

OLAIAS

A ESCOLA COMO ELEMENTO DE REGENERAÇÃO URBANA

JOÃO PEDRO MARQUES CHAVES
UNIVERSIDADE DE LISBOA FACULDADE DE ARQUITECTURA

PLANTA COTA 85
ESCALA 1 | 500

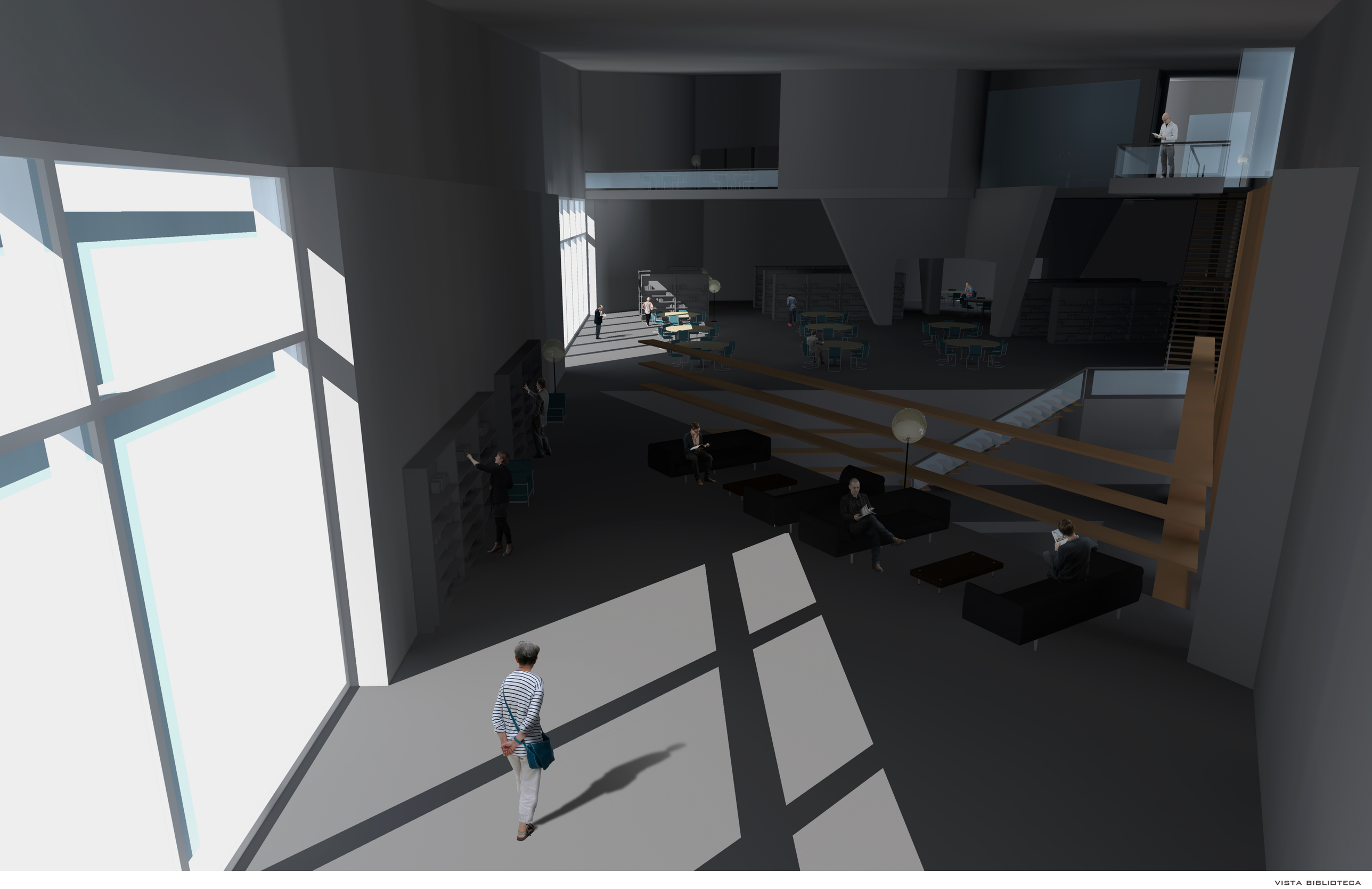
OLAIAS

A ESCOLA COMO ELEMENTO DE REGENERAÇÃO URBANA

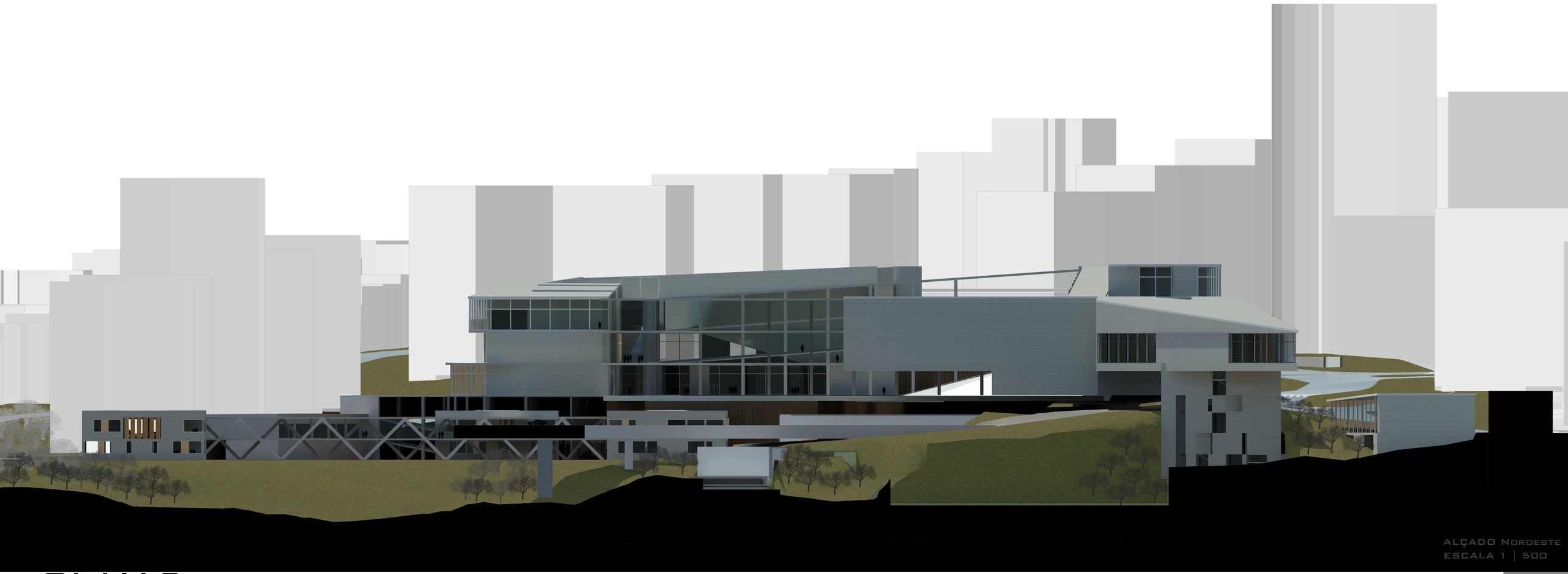
JOÃO PEDRO MARQUES CHAVES
UNIVERSIDADE DE LISBOA FACULDADE DE ARQUITECTURA



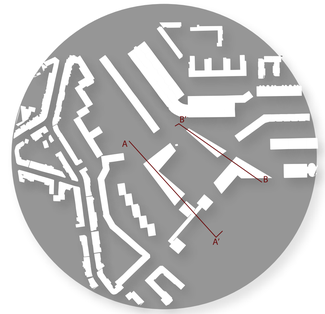
ALÇADO Noreste
ESCALA 1 | 500



VISTA BIBLIOTECA

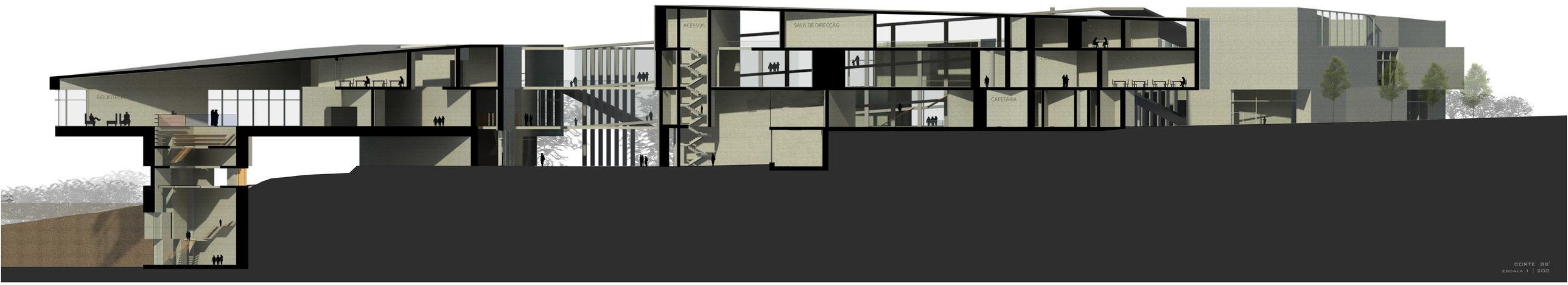


ALÇADO Noroeste
ESCALA 1 | 500



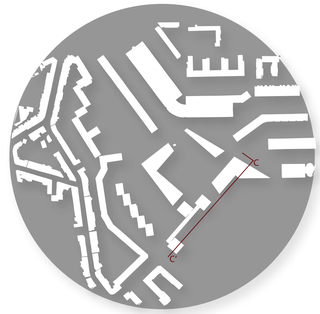


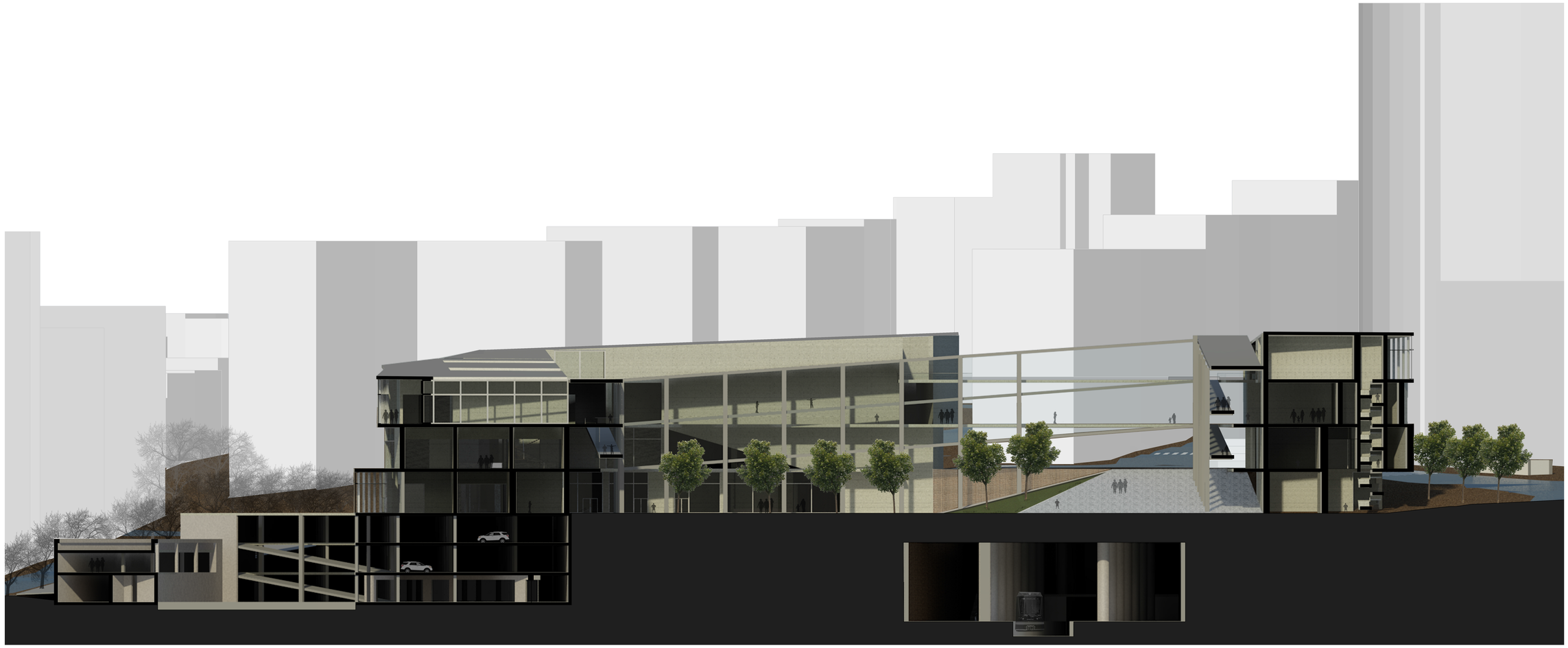
CORTE AA'
ESCALA 1 | 200



CORTE BB'
ESCALA 1 | 200

OLAIAS A ESCOLA COMO ELEMENTO DE REGENERAÇÃO URBANA
JOÃO PEDRO MARQUES CHAVES UNIVERSIDADE DE LISBOA FACULDADE DE ARQUITECTURA





CORTE CC'
ESCALA 1 | 200

OLAIAS A ESCOLA COMO ELEMENTO DE REGENERAÇÃO URBANA
JOÃO PEDRO MARQUES CHAVES UNIVERSIDADE DE LISBOA FACULDADE DE ARQUITECTURA

